

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - CCSH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL
E A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESPÍRITA
RIO-GRANDENSE (1934-1959)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Bruno Cortês Scherer

Santa Maria, RS, Brasil

2015

A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL E A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESPÍRITA RIO- GRANDENSE (1934-1959)

Bruno Cortês Scherer

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para a
obtenção do grau de
Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Beatriz Teixeira Weber

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CORTÊS SCHERER, BRUNO

A Federação Espírita do Rio Grande do Sul e a organização do movimento espírita rio-grandense (1934-1959) / BRUNO CORTÊS SCHERER.-2015.
176 p.; 30cm

Orientador: BEATRIZ TEIXEIRA WEBER

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2015

1. Espiritismo 2. FERGS 3. Rio Grande do Sul 4. História 5. Religiosidade I. TEIXEIRA WEBER, BEATRIZ II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação de Mestrado

**A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL E A
ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESPÍRITA RIO-GRANDENSE
(1934-1959)**

Elaborada por
Bruno Cortês Scherer

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História.

Comissão Examinadora

Beatriz Teixeira Weber, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Marta Rosa Borin, Dra. (UFSM)

Artur Cesar Isaia, Dr. (UFSC)

Vitor Otavio Fernandes Biasoli, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 09 de janeiro de 2015

AGRADECIMENTOS

A conclusão de mais esta jornada pessoal e profissional reforça minha convicção de que tudo e todos têm seu propósito de ser. E que tudo ocorrendo no seu devido tempo, devemos estar sempre atentos às oportunidades e dispostos a viver, a descobrir e a realizar aquilo que almejamos em nossa passagem efêmera por este mundo. Enfim, que há muito mais à nossa volta do que podemos apreender através dos nossos sentidos e da nossa razão.

Assim, agradeço primeiramente à Deus e à minha família que mais uma vez estiveram ao meu lado do início ao fim, sobretudo nos momentos mais difíceis, quando a incerteza, o desânimo e o cansaço pareciam ser mais fortes. Especialmente meus pais, Silvana Cortês Scherer e Pedro Airton Dutra Scherer, que incondicionalmente prestaram seu apoio de todas as formas e depositaram sua confiança em minha capacidade de superação e conquista. Também a meu irmão Raul Cortês Scherer, minhas tias Sibeles da Rocha Cortês e Simone Cortês Siqueira, e meus avós Vera Paulina da Rocha Cortês e Izabelino Ávila Cortês.

Meus afetuosos e eternos agradecimentos à Daiane Silveira Rossi que, depois de tantos encontros e desencontros, entrou definitivamente em minha vida passando a me acompanhar, apoiar e ensinar, fazendo, enfim, com que essa jornada valesse a pena e a vida se tornasse mais interessante. Amo você moça. Este trabalho é dedicado à vocês.

Meus sinceros agradecimentos às colegas e amigas Débora Graeff, Renata Maciel e Thielle Kaus, que apesar da distância sempre estiveram presentes nas lembranças dos tempos de outrora e nos encontros em que tivemos a oportunidade de recordar, desabafar e dar boas risadas. E aos demais amigos e companheiros de jornada, alguns desde o início, outros que encontrei ao longo do caminho e que tomaram parte direta ou indiretamente não apenas deste trabalho, mas também de minha vida.

Em especial, aos colegas e amigos de pesquisa por seus conselhos, críticas, incentivo e companheirismo, os quais me conduziram a importantes reflexões e proporcionaram maior segurança para seguir trabalhando. Renan Mattos, que foi a voz da experiência através de sua atenção, exemplos e sugestões; Thaís Balk, pela amizade sincera, revisões textuais e ouvidos atentos às minhas dúvidas e incertezas sobre a academia e a vida; Rayssa Wolf, por seu exemplo de comprometimento profissional, alguém que, assim como Thaís, tive satisfação de conhecer e acompanhar do início ao fim de sua exitosa trajetória acadêmica; e, finalmente, aos colegas mais recentes, Dalvan Lins e Paulo Henrique Vianna.

Ao término de mais essa etapa, também reforço minha expressão de profunda gratidão à professora Beatriz Teixeira Weber, por mais uma vez dispor-se a orientação de um tema tão significativo para mim. Por seus ensinamentos, incentivo, confiança e amizade, prestando amparo e aconselhamentos mesmo quando sobrecarregada por seus inúmeros afazeres e dificuldades pessoais.

Meus agradecimentos aos membros e funcionários da Sociedade Espírita Estudo e Caridade, do Abrigo Espírita Oscar José Pithan e da Federação Espírita do Rio Grande do Sul, que contribuíram enormemente para minhas pesquisas e reflexões acerca da trajetória histórica do espiritismo em Santa Maria e no Rio Grande do Sul.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, em especial, a Vitor Otávio Fernandes Biasoli, Luís Augusto Farinatti, Diorge Alceno Konrad, Glaucia Vieira Ramos Konrad, Carlos Henrique Armani, Beatriz Ana Loner, Marta Rosa Borin e Maria Medianeira Padoin que, em diferentes aspectos, contribuíram para as reflexões dessa pesquisa.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro e estrutural que viabilizaram as atividades de pesquisa.

*Ainda que não tenhamos agora a força que em velhos dias
Movia terra e céu; o que nós somos, somos;
Um igual temperamento de heroicos corações,
Fracos por tempo e fado, mas fortes em seguir,
A lutar, a buscar, a achar e não ceder.*

Alfred Tennyson

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL E A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESPÍRITA RIO-GRANDENSE (1934-1959)

Autor: Bruno Cortês Scherer
Orientadora: Beatriz Teixeira Weber
Data e local da defesa: Santa Maria - RS, 09 de janeiro de 2015.

Essa dissertação tematiza a organização do movimento espírita no Rio Grande do Sul elegendo como objeto de análise a atuação da Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS), entre os anos de 1934 e 1959. Adotando como fontes de pesquisa o periódico “A Reencarnação”, editado pela instituição como seu órgão oficial de imprensa, entre outros elementos documentais, identifica-se e reflete-se sobre suas propostas de organização institucional e doutrinária, considerando-se o relacionamento da entidade e do espiritismo com outros agentes sociais e sua inserção no campo religioso. O estudo aponta para uma série de iniciativas desenvolvidas ao longo deste período, centradas na difusão do espiritismo, na normatização de discursos e práticas rituais e na definição de formas de atuação no espaço social. Afirmado-se como uma instância de representação capaz de resguardar o espiritismo e seus praticantes dos constrangimentos legais, bem como das oposições advindas dos campos médico e religioso, a FERGS e sua proposta de organização institucional emergiram neste período como uma consistente via para a difusão e consolidação do espiritismo na sociedade rio-grandense. O estudo insere-se na linha de pesquisa “Migrações e Trabalho”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, nível Mestrado, com área de concentração “História, Poder e Cultura”, e encontra-se vinculado ao projeto de pesquisa “Espiritismo, Religião e Assistência no Rio Grande do Sul na Primeira Metade do Século XX”.

Palavras-chave: Espiritismo. FERGS. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Graduate Program in Management
Federal University of Santa Maria

THE FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL AND THE ORGANIZATION OF RIO-GRANDENSE SPIRITIST MOVEMENT (1934-1959)

Author: Bruno Cortês Scherer
Supervisor: Beatriz Teixeira Weber
Date and place of defense: Santa Maria, January 09, 2015.

This dissertation studies the organization of the spiritist movement in Rio Grande do Sul chosen as the object of analysis the performance of the Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS), between the years 1934 and 1959. Adopting as source the newspaper "A Reencarnação" edited by the institution as its official press, among other documentary evidence, identifies and reflected on its proposed institutional and doctrinal organization, considering the relationship of the entity and spiritism with other social actors and their integration in the religious field. The study points to a number of initiatives developed over this period, focusing on dissemination of spiritism, on the norms of discourse and practice rituals and defining ways of working in the social space. Asserting itself as an instance of representation able to protect spiritism and its practitioners legal constraints and the resulting oppositions of medical and religious fields, the FERGS and its proposed institutional organization emerged in this period as a consistent way to the diffusion and consolidation of spiritism in rio-grandense society. The study is part of the line of research "Migration and Labour" of the Post-Graduate in History at the Federal University of Santa Maria, Master level, with specialization "History, Power and Culture", and is linked the research project "Spiritualism, Religion and assistance in Rio Grande do Sul in the First Half of the twentieth Century."

Keywords: Spiritism. FERGS. Rio Grande do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Instituições filiadas à FERGS entre 1934 e 1949.....	87
Mapa 2 - Instituições filiadas à FERGS entre 1949 e 1959.....	160
Gráfico 1 - Evolução do quadro federativo da FERGS (1934-1949)	99
Gráfico 2 - Evolução do quadro federativo da FERGS (1950-1959).....	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPA - Confederação Espírita Pan-Americana

CPE - Centro de Preparação de Evangelizadores

CFN - Conselho Federativo Nacional

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

FEB - Federação Espírita Brasileira

FEP - Federação Espírita do Paraná

FEESP - Federação Espírita do Estado de São Paulo

FERGS - Federação Espírita do Rio Grande do Sul

LEB - Liga Espírita do Brasil

PRR - Partido Republicano Rio-Grandense

UEM - União Espírita Mineira

USE - União Social Espírita

SEOGN - Serviço de Evangelização e Orientação das Gerações Novas

SPEE - Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO NO BRASIL.....	30
1.1 A religião espírita.....	30
1.2 O espiritismo no Brasil.....	37
1.3 O espiritismo no Rio Grande do Sul.....	53
2. A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL.....	62
2.1 A Federação Espírita do Rio Grande do Sul.....	62
2.2.1 “Disciplinar, moralizar e uniformizar”: a ação federativa nas décadas de 1930 e 1940.....	64
2.2.2 A FERGS e a unificação do espiritismo no Brasil.....	93
3. A AÇÃO SOCIAL ESPÍRITA.....	102
3.1 Educar e evangelizar as novas gerações.....	102
3.2 Modernizar a prática da caridade.....	117
4. O MOVIMENTO ESPÍRITA RIO-GRANDENSE NA DÉCADA DE 1950.....	132
4.1 Os ecos do “Pacto Áureo”.....	132
4.2 A ação federativa na década de 1950.....	136
4.3 O espiritismo no campo religioso rio-grandense.....	143
4.4 A integração do movimento espírita.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS.....	168
FONTES.....	173

INTRODUÇÃO

Elaborado na França, em 1857, por Allan Kardec, o espiritismo define-se como uma doutrina científica, filosófica e religiosa que no Brasil obteve ampla difusão entre fins do século XIX e início do século XX contando atualmente com um expressivo número de adeptos e simpatizantes entre a população brasileira. Conformando-se no país enquanto uma religião letrada e vinculada a um conjunto diversificado de obras sociais, destaca-se também no campo cultural através de uma abundante produção editorial, além da presença recorrente de temáticas espíritas em filmes, telenovelas e peças teatrais nacionais.

Essa inserção fundamenta-se num complexo sistema de organização institucional em moldes federativos, com instâncias de representação em níveis municipal e estadual, as quais articulam-se no Conselho Federativo Nacional (CFN), órgão presidido pela Federação Espírita Brasileira (FEB), com sede em Brasília, considerada a entidade máxima do espiritismo no Brasil. Resultante de uma longa trajetória, marcada por embates internos e externos ao meio espírita, essa estrutura é responsável pela normatização institucional, ritual e doutrinária dos grupos espíritas, bem como pela difusão e defesa do espiritismo.

Tendo em vista essa expressividade, os estudos acadêmicos sobre este fenômeno religioso têm se desenvolvido nos últimos anos, com diversas produções nas áreas de História, Sociologia e Antropologia. Embora não se equiparem ao volume de pesquisas dedicadas a outras formas de religiosidade, tais como o catolicismo e as religiões afro-brasileiras, através de um olhar interdisciplinar esses trabalhos apresentam contribuições significativas para a compreensão do processo de difusão e inserção do espiritismo na sociedade brasileira.

Todavia, a maior parte dessa produção circunscreve-se ao centro do país, sobretudo ao Rio de Janeiro, historicamente o principal núcleo de desenvolvimento da doutrina espírita no país, verificando-se, assim, um número reduzido de estudos abordando esse processo em outras regiões. Este é o caso do Rio Grande do Sul onde, a despeito da significativa presença do espiritismo enquanto movimento social e religioso, as pesquisas históricas evidenciam-se quantitativamente limitadas havendo, portanto, a necessidade de estudos mais sistemáticos e capazes de relacionar a prática espírita às conjunturas mais amplas.

A presente pesquisa principiou da constatação desses elementos, além da consideração das potencialidades da documentação preservada pelas instituições espíritas deste Estado. Igualmente, de reflexões realizadas ao longo do Curso de Graduação, as quais resultaram no

estudo monográfico intitulado “Ações sociais do espiritismo: a Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, Santa Maria – RS (1932-1957)”, que tematizou o aspecto caritativo do espiritismo brasileiro através da análise das ações assistenciais desenvolvidas por uma instituição espírita de grande projeção na região central do Rio Grande do Sul.

Essas indagações também foram fomentadas por um interesse pessoal motivado por contatos de longa data com o espiritismo e outras religiões mediúnicas advindos da inserção em um núcleo familiar que transita entre o catolicismo e essas perspectivas. Nesse sentido, a frequência às instituições e o conhecimento da doutrina permitiram a constatação de uma diversidade de interpretações, práticas e elementos organizacionais em coexistência com os parâmetros e a estrutura oficial representados pelas entidades federativas.

As problemáticas suscitadas por esses aspectos e o questionamento sobre a configuração atual do espiritismo, especialmente em termos institucionais, de atuação social e inserção no quadro da diversidade religiosa, convergiram, enfim, para o delineamento de uma proposta de pesquisa dedicada a analisar a trajetória do movimento espírita rio-grandense dentro de um recorte temporal no qual, tanto em nível estadual como nacional, desenvolveram-se as principais movimentações em torno da unificação institucional e doutrinária do espiritismo.

Assim, este trabalho tematiza a organização do movimento espírita no Rio Grande do Sul, adotando como objeto de estudo a atuação da Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS), entidade fundada em 1921 com o objetivo de difundir, organizar e representar o espiritismo neste Estado. A análise concentra-se entre os anos de 1934 e 1959, correspondendo o primeiro marco à criação do periódico *A Reencarnação*, dada a representatividade que o mesmo assumiu para o desenvolvimento das propostas institucionais; por sua vez, o segundo marco corresponde ao intento de analisar a repercussão da unificação nacional do espiritismo, ocorrida em 1949, no meio espírita rio-grandense ao longo de uma década.

Considerando seu caráter representativo, pretende-se analisar de que forma a FERGS desenvolveu e difundiu sua proposta de organização para o movimento espírita, e em que medida suas ações efetivamente contribuíram para a difusão e consolidação do espiritismo na sociedade rio-grandense. A partir da definição dessa problemática, delinearam-se os objetivos de identificar e compreender suas propostas e iniciativas em termos institucionais, rituais, doutrinários e de atuação social, considerando seu relacionamento e do espiritismo com outros agentes sociais, notadamente sua inserção no campo religioso, e, por fim, suas articulações com o contexto sociopolítico brasileiro.

Em termos metodológicos, o estudo procura articular os elementos analíticos mais adequados aos seus objetivos, conceitos teóricos e evidências documentais que, neste caso,

referem-se especialmente ao periódico *A Reencarnação*, editado pela FERGS a partir de 1934 como seu órgão oficial de imprensa, instrumento de comunicação, organização e difusão do espiritismo no Estado. Deste modo, em relação à criticidade das fontes, parte-se das considerações de Jacques Le Goff no sentido de que:

Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a serem fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade. (LE GOFF, 2003, p. 110.)

Tendo em vista esses elementos, a análise de *A Reencarnação* assumiu um caráter problematizador concentrando-se especialmente nos aspectos relativos à sua periodicidade e circulação, ao conteúdo de seus artigos e à disposição dos mesmos no periódico, também seus produtores, temáticas e objetivos explícitos e implícitos. Assim, procurou-se realizar o que Cláudio Pereira Elmir (1995) define como uma “leitura intensiva”, empírica, minuciosa e exaustiva da fonte periódica, em suma, distinta de uma “leitura extensiva”, realizada pelos leitores-modelo quando da produção do periódico.

Como destaca Márcia Janete Espig (1998, p. 274), “a imprensa não informa a história, simplesmente, e não basta ao pesquisador retirar de suas páginas os dados referentes ao período desejado para que possa considerar seu trabalho concluído”. Assim, procedeu-se ao tratamento dos artigos principiando de uma leitura primária que, por sua vez, possibilitou a classificação dos mesmos em temáticas condizentes com os objetivos da pesquisa sendo as principais: textos relativos à organização institucional, ritual e doutrinária; informativos sobre a integração do movimento espírita; divulgação e teorizações sobre suas ações sociais; referências sobre o relacionamento do espiritismo com outros agentes sociais; e relatórios institucionais.

A partir dessa organização, procedeu-se à um segundo momento de leitura intensiva com vistas à análise dos artigos mediante questionamentos articulados à contextualização com base em referências bibliográficas gerais e específicas. Neste processo, almejou-se especialmente identificar e problematizar o discurso institucional manifesto nas publicações do periódico, entrevendo seus objetivos e intenções em diferentes momentos.

De fato, o exame do conteúdo de qualquer documento que se conceba como evidência para a história não pode ser dissociado do seu contexto de produção, bem como dos autores e responsáveis pela elaboração do material, na medida em que o texto escrito encerra uma interpretação parcial dos acontecimentos de uma época na visão de seus contemporâneos. Como

salienta Espig (1998, p. 276), “a imprensa deve, nesse sentido, ser pensada como uma representação construída sobre o real, sobre a qual incidem determinados filtros deformadores que cabe ao historiador determinar e equacionar”.

Daí a atenção às intencionalidades e a consideração do conteúdo como a seleção daquilo que foi considerado importante para ser divulgado, com que finalidade e para qual público. Com efeito, de acordo com Tânia Regina de Luca (2005, p.140), os “jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”.

Com base nesses apontamentos, considerou-se que *A Reencarnação*, enquanto órgão atrelado à FERGS, se apresentava no período analisado como um porta-voz responsável pela definição e difusão de perspectivas concernentes à legitimação institucional e à difusão de propostas de organização para o movimento espírita. E que, nesse sentido, tinha como principais articulistas indivíduos de projeção no movimento espírita que se encontravam vinculados à entidade, direcionando sua produção especialmente para trabalhadores e dirigentes de grupos, centros e sociedades espíritas com o intuito de conquistar a sua adesão.

Essa constatação evidenciou a necessidade de problematização das falas apresentadas nas publicações, especialmente aquelas relativas à implementação e recepção das propostas organizacionais pelo movimento espírita. Assim, atentou-se para os indícios que denotavam instabilidades, dificuldades, tensões internas e insucessos das ações institucionais, o que permitiu contrapor e relativizar os discursos que apregoavam os sucessos e a expansão da ação federativa, bem como a representatividade da Federação e a coesão do movimento espírita.

Por fim, além do esforço de contextualização, esse exercício analítico também se desenvolveu a partir do entrecruzamento com outras evidências documentais, tais como estatutos, regimentos, normativas, entre outros, às quais foram dispensadas atenções e tratamentos semelhantes. No mais, cabe ressaltar que todas as referências documentais apresentadas sob a forma de citações diretas e indiretas ao longo dos capítulos que compõe este estudo conservam sua grafia original.

Quanto às referências bibliográficas, buscou-se subsídios nos principais estudos existentes sobre a trajetória do espiritismo no Brasil, provenientes de pesquisas realizadas nas áreas de História, Sociologia e Antropologia, sobretudo, os trabalhos de Sylvia Damázio (1994), Emerson Giumbelli (1997), Bernardo Lewgoy (2004), Sandra Jacqueline Stoll (2003), Fábio Luiz da Silva (2005) e Célia da Graça Arribas (2010). E, com relação ao Rio Grande do Sul, os estudos de Beatriz Teixeira Weber (1999), Angélica Bersch Boff (2001), Sinuê Neckel

Miguel (2007), Marcelo de Freitas Gil (2008) e Marcelo de Lima Melnitzki (2012), considerando suas diferentes perspectivas de análise e contribuições.

Em termos teóricos, a pesquisa articula perspectivas analíticas e conceituais da Sociologia a fim de compreender seu objeto de estudo. Assim, considerando o espiritismo como um movimento social e religioso, principia-se da compreensão do conceito de *religião* com recurso à abordagem de Pierre Bourdieu que concebe a mesma enquanto linguagem, um sistema simbólico de comunicação e pensamento elaborado pelos indivíduos em sociedade e que exerce funções sociais explicativas, ordenadoras e legitimadoras (BOURDIEU, 2011, p.46).

Nesse sentido, a análise agregou a noção de *trabalho religioso* que Pedro Ribeiro de Oliveira (2011, p. 182) define como a “produção e objetivação de práticas ou discursos revestidos de caráter sagrado que, assim, atendem a uma necessidade de expressão de um grupo ou classe social”. Processo que, de acordo com Bourdieu (2011), desenvolve-se a partir da divisão fundamental entre os *produtores*, agentes especializados que se encarregam da organização doutrinária, ritual e institucional, bem como da reprodução, gestão e difusão de bens religiosos; e os *consumidores* ou *leigos*, indivíduos que se encontram apartados dos meios de produção, em função do monopólio exercido pelos primeiros.

Assim, procurou-se compreender o trabalho religioso realizado pela FERGS sob a forma de discursos e teorizações que visavam à normatização ritual, doutrinária e organizacional para o movimento espírita através de agentes especializados, representados por suas lideranças e articulistas do periódico *A Reencarnação*, e, a partir disso, também a inserção e atuação do espiritismo no âmbito da religião, considerando suas relações com outras perspectivas religiosas e a sociedade de forma mais geral.

Esse processo produtivo articula-se, com efeito, à constituição e à dinâmica de um *campo religioso*, microcosmo relativamente autônomo dotado de lógica e necessidades específicas, e lugar de relações de concorrência que os diferentes agentes especializados mantêm entre si no atendimento à demanda dos leigos (BOURDIEU, 2011). Nesse sentido, a posse do *capital religioso*, enquanto trabalho simbólico acumulado, permite que os agentes assegurem sua dominação, mas também a sua entrada e ação em outros campos, verificando-se, assim, a articulação entre os diferentes âmbitos que compõem o espaço social, de forma que as ações e lutas externas também interferem na sua dinâmica interna.

Dentro dessa perspectiva, a reflexão sobre as relações e a inserção social do espiritismo desenvolveu-se também a partir dos conceitos de *capital social* e *capital simbólico*, sendo o primeiro definido como um conjunto de relações estabelecidas e mantidas por um indivíduo ou grupo e que envolvem trocas de diferentes espécies.

O capital social é o conjunto dos recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 2007, p. 67)

Por sua vez, o capital simbólico encontra sua definição em atos de conhecimento e reconhecimento de atributos individuais, coletivos e/ou institucionais capazes de proporcionar legitimidade. De acordo com Bourdieu (1996, p. 107), o capital simbólico corresponde “a uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor”.

Nessa qualidade, o capital simbólico assume o caráter de um crédito, um “poder atribuído àqueles que obtiveram o reconhecimento suficiente para ter a condição de impor o reconhecimento” (BOURDIEU, 1990, p. 116). De fato, essa propriedade encontra-se no fundamento do exercício de um *poder simbólico*, “poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Deste modo, as ações e interações sociais da FERGS e do espiritismo, expressas pelo desenvolvimento de obras assistenciais e pela atuação de indivíduos dotados de diferentes tipos de capitais, mobilizando-os em favor da causa espírita, foram compreendidas como atos vinculados a um trabalho de sociabilidade. Igualmente, entreviu-se a articulação desses elementos no processo de afirmação e legitimação da entidade enquanto instância de representação oficial do espiritismo no Estado.

Almejando a inscrição da análise dentro de uma perspectiva relacional, especialmente as ações sociais do espiritismo e suas relações no campo religioso foram pensadas a partir da consideração de como a FERGS e o movimento espírita concebiam a realidade que os circundava. Pois, como assinala Bourdieu (1990), as ações dos indivíduos estão pautadas pela posição que ocupam no espaço social, de forma objetiva, mas também pelas formas com que eles apreendem a realidade, de forma subjetiva.

Nesse sentido, alinhando-se ao intento de superação da oposição entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações, uma referência importante foi a abordagem de Roger Chartier, inserida no campo da Nova História Cultural, que almeja “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída,

pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16). Mais especificamente, o conceito de *representação* ao articular três modos de relação com o mundo social:

[...] por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada. (CHARTIER, 2002, p. 11)

Igualmente, o conceito de *práticas*, também fundamentado neste autor, enquanto modos de agir, ações produzidas a partir de determinadas representações que, assim, constroem o mundo social dotando-o de sentido. As formas de religiosidade, enquanto integrantes de formações culturais, tornam-se passíveis desse tipo de análise, na medida em que influenciam percepções e ações individuais e coletivas.

Em suma, tais conceitos foram operacionalizados neste estudo com vistas a compreender as relações e o trabalho social realizado pela FERGS e pelo movimento espírita de forma mais geral, através de suas diversas ações sociais nas áreas da saúde, educação e assistência social. Por um lado, enquanto estratégias de inserção na sociedade rio-grandense, com vistas ao estabelecimento de contatos convenientes, à obtenção de recursos materiais, à inserção e legitimação social do espiritismo.

Por outro, como ações atreladas a determinadas concepções acerca da vida em sociedade, da morte e do pós-morte, que são tomadas por seus adeptos como modos de ser e estar no mundo. Aspectos que permitiram igualmente desenvolver considerações sobre os elementos constitutivos de uma identidade espírita, enquanto aspecto integrante das relações e tensões que envolveram o espiritismo no campo religioso, os quais, enfim, também integram o processo de organização do movimento espírita rio-grandense.

Formulado nesses termos, o presente estudo insere-se na linha de pesquisa “Migrações e Trabalho”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, nível Mestrado, com área de concentração “História, Poder e Cultura”, e encontra-se vinculado ao projeto “Espiritismo, Religião e Assistência no Rio Grande do Sul na Primeira Metade do Século XX”. Pesquisa que objetiva compreender o crescimento do movimento espírita neste Estado ao longo da primeira metade do século XX, relacionando este processo às atividades de assistência oferecidas por instituições das cidades de Porto Alegre e Santa Maria.

Assim, além de contribuir para a compreensão sobre a difusão e consolidação do espiritismo na sociedade rio-grandense, esta pesquisa coloca-se como uma possibilidade de

refletir sobre a diversidade religiosa e as relações entre religião e sociedade no Rio Grande do Sul em meados do século XX. E, nesse sentido, também como uma forma de problematização das rupturas e continuidades desses elementos no tempo presente.

Enfim, cabe destacar que as atividades de pesquisa foram viabilizadas pelo apoio financeiro e estrutural proporcionado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da concessão de bolsa de pesquisa.

Feitas as devidas considerações sobre os elementos fundamentais da pesquisa, apresenta-se a seguir a estrutura da Dissertação.

O primeiro capítulo, com base em elementos bibliográficos, apresenta uma visão geral sobre a trajetória do espiritismo no Brasil e no Rio Grande do Sul, desde sua introdução nas últimas décadas do século XIX até meados do século XX. O enfoque recai sobre suas formas de organização institucional, ritual e doutrinária, com especial atenção ao processo de unificação do movimento espírita, cuja conclusão no final da década de 1940 sancionou o sistema federativo como parâmetro de organização para os grupos espíritas brasileiros.

O segundo capítulo, fundamentando-se na análise documental e em referências bibliográficas, aborda a trajetória da FERGS ao longo das décadas de 1930 e 1940. Atenta-se para sua gênese e atuação em favor da organização do movimento espírita rio-grandense, considerando a formulação de suas propostas, o processo de legitimação enquanto instância de representação estadual do espiritismo, bem como suas relações e embates com outros agentes sociais e o movimento espírita nacional.

Os capítulos seguintes tematizam a organização do movimento espírita rio-grandense ao longo da década de 1950. O terceiro, atém-se à incorporação de preocupações e ações de cunho social pela proposta coordenada pela FERGS, entrevendo as percepções sobre a sociedade brasileira a partir de representações atreladas ao sistema de crenças espíritas. Por fim, o quarto capítulo concentra-se na repercussão da unificação nacional do espiritismo, nas propostas desenvolvidas pela FERGS no sentido de administrar e desenvolver a ação federativa no Estado e, igualmente, nas ações e posicionamentos suscitados pela conjuntura sociopolítica e pela dinâmica do campo religioso neste período.

1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPIRITISMO NO BRASIL

Neste capítulo, através de uma revisão bibliográfica que contempla estudos nas áreas de História, Sociologia e Antropologia, almeja-se constituir um panorama acerca da institucionalização¹ do espiritismo, partindo de sua origem na França em meados do século XIX e seguindo por sua introdução e desenvolvimento no Brasil e no Rio Grande do Sul até meados do século XX. O enfoque recai sobre suas formas de organização institucional, ritual e doutrinária, considerando-se as relações e os embates internos e externos, bem como o processo de unificação do movimento espírita² nacional, cuja conclusão no final da década de 1940 sancionou o sistema federativo sob a direção da Federação Espírita Brasileira (FEB).

1.1 A religião espírita

As origens do espiritismo remontam ao contexto de profundas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais vivenciadas pela sociedade ocidental no século XIX, em grande parte legadas pela Revolução Científica do século XVII, pelo Iluminismo e pelas Revoluções Industrial, Americana e Francesa. De acordo com Sylvia Damázio (1994), ao canalizar essas mudanças, a ciência gradativamente adentrou os campos do pensamento político, filosófico e religioso preconizando a análise racional em detrimento das explicações sobrenaturais e teológicas, de modo a ser concebida como o único caminho para o conhecimento da verdade e para o desenvolvimento moral, intelectual e técnico da humanidade.

Na medida em que o cientificismo ascendeu a um grau quase absoluto, pautando-se pelo método experimental e pela causalidade da matéria, de forma a excluir a ideia do milagre e do

¹ A partir da definição de *igreja* apresentada por Pierre Bourdieu, a ideia de *institucionalização* concebida neste estudo corresponde ao processo de racionalização e burocratização da seita profética, estado de uma formação religiosa quando de sua emergência. Assim, a *instituição* religiosa se constituiria como tal mediante a sistematização de seus elementos rituais e doutrinários, bem como da definição de uma estrutura organizacional e hierarquização de funções a partir da divisão social do trabalho religioso com o estabelecimento de instâncias (corpo sacerdotal) encarregadas da produção, reprodução e difusão dos bens religiosos. BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: A economia das trocas simbólicas. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 27-78.

² Com base nas considerações de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (1983) e Jeferson Betarello (2009), a expressão *Movimento Espírita* será compreendida ao longo deste estudo como o conjunto de ações e relações que envolvem os adeptos e instituições em torno do estudo, da prática e da difusão do espiritismo codificado por Allan Kardec.

sobrenatural, acabou confrontando-se com o pensamento religioso e os dogmas estabelecidos. Com efeito, muitos passaram a enxergar a ciência como a moderna doutrina capaz de suplantar todas as formas de religiosidade, contudo, frente à exacerbação do pensamento científico materialista emergiram fortes reações de caráter filosófico e religioso.

Esse contraponto teria se expressado através de um ecletismo espiritualista sustentado por intelectuais e artistas, pela adoção de uma postura fortemente conservadora por parte da Igreja Católica, e pelo surgimento de movimentos religiosos de variados matizes, tanto na Europa quanto na América do Norte.

De fato, na Europa ocorrera um reflorescimento de antigas crenças e práticas que iam da cabala à magia negra, passando pela astrologia e quiromancia. Era o contraponto das ciências ocultas e místicas ao estabelecimento da grande deusa Ciência. Nos Estados Unidos, a reação contra o cientismo se expressaria em forma de movimentos religiosos que tiveram grande repercussão na Europa: em meados do século, os Mórmons e o Moderno Espiritualismo – resultado das manifestações dos espíritos provocadas pela mediunidade das irmãs Fox; nas últimas décadas, a organização da Sociedade da Torre de Vigilância do Sião, que se transformaria nas Testemunhas de Jeová; a Sociedade Teosófica do Coronel Olcott e da célebre Madame Blavatski; o Adventismo de Mrs. White; a Igreja de Cristo, fundada por Mary Baker Eddy. (DAMÁZIO, 1994, p. 23)

Deste conjunto diversificado de manifestações, o Espiritualismo foi aquele que obteve maior repercussão nos meios norte-americano e europeu, ao longo da segunda metade do século XIX. Congregando diversas correntes místicas e religiosas, caracterizava-se como um “movimento espiritual, filosófico e científico centrado na relação com a morte, no contato sistemático e regular com os mortos, nas manifestações conscientes dos espíritos e nos ensinamentos por eles transmitidos” (SILVA, 1997, p. 18).

As origens deste movimento remontam a uma série de fenômenos observados em 1848, na cidade de Hydesville, Estado de Nova York, nos Estados Unidos. Sobre estes acontecimentos foram difundidos diversos relatos que, com algumas variações, descrevem experiências sobrenaturais vivenciadas pela família metodista dos Fox: ruídos, objetos em movimento, golpes sobre móveis e nas paredes sem nenhum tipo de interferência física.

Os esclarecimentos teriam principiado quando as filhas do casal, Margareth e Kate, percebendo que as batidas não eram aleatórias, teriam estabelecido um contato inteligível com o produtor dos sons, este que se apresentara como o espírito de um homem que fora assassinado naquela casa anos antes. Rapidamente os acontecimentos de Hydesville se espalharam pelo país

dando visibilidade a fenômenos similares que, associados às habilidades de numerosos médiuns³, passaram a ser noticiados com intensa frequência pela imprensa.

Suscitando o interesse de estudiosos, líderes religiosos e a curiosidade da população em geral, entre múltiplas interpretações, adesões e fortes contestações, o movimento espiritualista continuou sua propagação alcançando a Europa. De forma similar ao contato estabelecido pelas irmãs Fox, as comunicações espirituais se multiplicaram, ocasiões onde os seres misteriosos que respondiam às perguntas se declaravam espíritos, prestavam informações a seu respeito e opinavam sobre diversas questões.

De acordo com Eliane Moura Silva (1997), ao incorporar princípios científicos e racionais para a compreensão dos fenômenos espirituais, na mesma medida em que combatia o materialismo simplista, o espiritualismo propunha uma fé racional apresentando novas possibilidades para se pensar as revelações divinas sem os dogmatismos das religiões tradicionais. Difundindo-se em diferentes meios sociais ao longo do século XIX e início do século XX, também recebeu diversas críticas da comunidade científica em geral e da imprensa, que se tornaram grandes contestadores do movimento denunciando numerosos casos de fraude.

Na França, como em outros países europeus, os fenômenos espiritualistas despertaram grande interesse e as reuniões em torno das “mesas girantes”⁴ tornaram-se um passatempo habitual. Todavia, para além do entretenimento, também chamaram a atenção de místicos, ocultistas e outros estudiosos que almejavam compreendê-los tanto à luz da ciência como da religião. De fato, teria sido o interesse científico em desvendar as causas dessas manifestações que levou o pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail a estudá-las com maior atenção e, posteriormente, a sistematizar suas conclusões sob a forma de uma doutrina que, segundo ele, seria capaz de conciliar o pensamento científico e o religioso.

Nascido em 03 de outubro de 1804, em Lyon, na França, Rivail realizou seus estudos acadêmicos no Instituto de Educação Pestalozzi, em Yverdon, na Suíça, onde tornou-se discípulo do pedagogo João Henrique Pestalozzi que, por sua vez, se inspirava em Jean-Jaques Rousseau. Através da mediação do Instituto e de seu mentor, Rivail incorporou certas influências da filosofia do século XVIII, tais como os ideais de tolerância, fraternidade e

³ O médium é o indivíduo considerado capaz de intermediar as comunicações entre vivos e mortos, recebendo e transmitindo as mensagens dos espíritos. Segundo o espiritismo, a mediunidade pode manifestar-se de formas diversas, estando ligada a fenômenos que foram especialmente relatados e observados ao longo da segunda metade do século XIX, tais como telecinese, levitação, materialização de pessoas e objetos, fala e escrita em transe, efeitos luminosos, entre outros.

⁴ Os primeiros contatos espirituais teriam se desenvolvido em sessões nas quais um grupo de pessoas se reunia em torno de uma mesa que, supostamente por ação dos espíritos, levitava e com um dos pés produzia certo número de batidas em resposta às perguntas que eram formuladas. Posteriormente, os métodos de comunicação se refinaram sendo as respostas transmitidas oralmente pelos médiuns (psicofonia) ou pela escrita (psicografia).

universalidade, os quais, posteriormente, serviriam de modelo para sua doutrina. Radicando-se em Paris na década de 1820, voltou-se às atividades de ensino e à elaboração de obras pedagógicas, além de planos e projetos dirigidos à reforma do ensino francês.

A partir de 1855, após ter entrado em contato com os fenômenos das “mesas girantes”, iniciou um estudo aprofundado partindo do pressuposto de que os mesmos decorreriam necessariamente de uma causa inteligente. Além de se dedicar ao estudo sobre crenças relacionadas à possibilidade de vida após a morte, recolheu mensagens e realizou uma série de sessões de perguntas e respostas sobre diversas questões intermediadas por médiuns de diferentes países (SILVA, 2005; ARRIBAS, 2010).

Enfim, no dia 18 de abril de 1857, publicava a primeira edição de *O Livro dos Espíritos*, resultado de suas pesquisas e da sistematização das comunicações e fenômenos observados. Rivail, que a partir de então assumia o pseudônimo Allan Kardec⁵, fundava o Espiritismo, uma doutrina com o triplice aspecto: científico – concernente ao estudo das manifestações dos espíritos; filosófico – referente aos princípios morais; e religioso – relativo às consequências e à aplicação desses princípios, os quais se fundamentavam na moral cristã.

Enquanto vertente do espiritualismo, o espiritismo apresentava-se como uma doutrina universalista, porque passível de ser aceita por adeptos de todas as crenças, e assentada sobre bases científicas, tendo como pressupostos básicos a existência de Deus, a imortalidade da alma, a comunicabilidade dos espíritos, a reencarnação e a evolução universal e infinita. O caráter científico da nova doutrina e a sua formulação em moldes empíricos e racionais foram os aspectos mais destacados e reivindicados por Allan Kardec.

Como meio de elaboração, o Espiritismo procede exatamente do mesmo modo que as ciências positivas, quer dizer, aplica o método experimental. Fatos de uma ordem nova se apresentam e não podem se explicar pelas leis conhecidas; observa-os, compara-os, analisa-os, e, dos efeitos remontando às causas, chega à lei que os rege; depois, deduz suas consequências e procura as suas aplicações úteis. [...] As ciências não tiveram progresso sério senão depois que o seu estudo se baseou no método experimental; mas, até esse dia, acreditou-se que este método não era aplicável senão à matéria, ao passo que o é, igualmente, às coisas metafísicas. (KARDEC, 2004, p.19)

O espiritismo era então concebido como uma nova ciência, preocupada com o “estudo dos “problemas espirituais” e com as diversas formas de manifestação dos espíritos”, admitindo que o próprio desenvolvimento científico seria aceito como responsável por futuras re-

⁵ A adoção deste pseudônimo seria uma homenagem de Rivail a uma de suas vidas passadas, quando teria vivido nas Gálias, no primeiro século antes de Cristo, como um sacerdote druida chamado Allan Kardec.

elaboraões doutrinárias (ARRIBAS, 2010, p. 30). Percebe-se, enfim, que a doutrina de Allan Kardec incorporava o espírito de seu tempo, tanto pela adesão ao pensamento cientificista quanto pela assimilação das ideias de evolucionismo e progresso.

A partir de *O Livro dos Espíritos*, Kardec desenvolveu sua doutrina em outras quatro obras, que juntas compõe a chamada “Codificação Espírita”, são elas: *O Livro dos Médiuns* (1861), *O Evangelho Segundo o Espiritismo* (1864), *O Céu e o Inferno* (1865) e *A Gênese* (1865). Além de escrever obras subsidiárias, com o intento de síntese e popularização do espiritismo, fundou, em 1858, a *Revista Espírita* e a Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas (SPEE), respectivamente, o primeiro periódico e a primeira instituição espírita formal, sendo ambas dedicadas ao estudo e à difusão do espiritismo.

Jeferson Betarello (2009), considera tais ações como fundamentais para o processo de institucionalização do espiritismo na França e o estabelecimento de parâmetros de organização que acompanhariam a doutrina espírita em sua difusão, tanto na Europa quanto na América, incluindo o Brasil. Assinala o autor que a própria cunhagem do termo “espiritismo” por Allan Kardec constituir-se-ia como um elemento institucional importante na medida em que procurava distinguir sua doutrina do espiritualismo e de outras crenças.

Com efeito, o espiritualismo é o oposto do materialismo; qualquer pessoa que acredite ter em si outra coisa além da matéria é espiritualista; mas isto não significa que ela acredite na existência dos Espíritos ou em suas comunicações com o mundo terreno. Para designar esta última crença, em lugar das palavras *espiritual* e *espiritualismo* empregaremos as palavras *espírita* e *espiritismo*, cujas formas lembram a origem e o sentido radical e que, por isso mesmo, têm a vantagem de ser perfeitamente inteligíveis, deixando para a palavra espiritualismo o seu sentido próprio. Diremos então, que a *Doutrina Espírita* ou *Espiritismo* tem por princípio as relações do mundo material com os Espíritos ou seres do mundo invisível. Os adeptos do Espiritismo serão os *espíritas* ou, se se preferir, os *espiritistas*. (KARDEC, 2007, p. 9)

De fato, a definição de um modelo de organização institucional teria se processado através do desenvolvimento teórico que resultou na demais obras da codificação espírita. Assim, enquanto *O Livro dos Espíritos* se apresentava como o marco fundador da doutrina, encerrando a revelação e seus postulados fundamentais, *O Livro dos Médiuns* trazia diversos aspectos concernentes à prática do espiritismo, em termos doutrinários, rituais e de organização dos grupos espíritas, orientando sobre o desenvolvimento de suas atividades, notadamente os trabalhos mediúnicos.

Já *O Evangelho Segundo o Espiritismo* concentrar-se-ia no aspecto religioso da doutrina definindo-a como a revivescência do cristianismo primitivo, na medida em que refutava

dogmas, rituais, sacramentos e a hierarquia eclesiástica. Além disso, estabeleceria um modo específico de ser espírita expresso pela adoção da ética cristã e da prática da caridade. Finalmente, as obras *O Céu e o Inferno* e *A Gênese*, tratariam das diferenças entre espiritismo e catolicismo expressando a visão espírita sobre o destino da alma humana no pós-morte a partir da ideia de reencarnação, bem como seu caráter racional e científico mediante à explicação dos milagres e fenômenos ditos sobrenaturais (BETARELLO, 2009, p. 33-34).

De forma equivalente, o espaço de debate e divulgação proporcionado pela *Revista Espírita* permitiu a formulação e difusão desses elementos, bem como a atuação da SPEE que originalmente esteve voltada ao atendimento das necessidades relativas ao estudo e à prática do espiritismo sem, no entanto, configurar-se como uma instância destinada a gerir o movimento espírita. Apesar disso, conforme Betarello (2009), com o passar do tempo a instituição veio a representá-lo de fato em função de seu pioneirismo, do carisma e da liderança de Allan Kardec que esteve à frente da mesma por mais de uma década.

A SPEE, além de uma sociedade voltada para o estudo, prática e complementação do Espiritismo, servia como um modelo a ser seguido por outras sociedades espíritas que tinham os mesmos objetivos. Os resultados obtidos em seus trabalhos foram compilados nas obras posteriores à *O Livro dos Espíritos*, sendo em parte registrados na *Revista Espírita* que também servia como meio de propaganda para as obras que iam sendo lançadas. (BETARELLO, 2009, p.32)

Assim, quando da morte de Allan Kardec, em 31 de março de 1869, a institucionalização do espiritismo francês já se encontraria delineada com a definição dos elementos teóricos e práticos, bem como dos mecanismos de difusão, articulação e orientação para o movimento espírita. De fato, enquanto a autoridade de Kardec e da Codificação se afiguravam como o cerne dessa organização, a *Revista Espírita* demarcava o recurso à imprensa como instrumento eficiente de propaganda, articulação e defesa para o espiritismo, atuando a SPEE como instância de representação, orientação e modelo de ação.

Betarello (2009) também chama a atenção para a ambiguidade ciência-religião expressa tanto pela formulação doutrinária quanto pelo posicionamento de Allan Kardec quando da elaboração e desenvolvimento de sua doutrina. Pois, se por um lado o espiritismo se apresentava como uma ciência, embora distinta das demais existentes na época, dado que seu objeto era de outra natureza, por outro, colocava-se também como uma religião, distinta das outras religiões uma vez que não admitiria cultos, liturgias, hierarquias e sacerdócio.

De acordo com o autor, essa imprecisão teria contribuído para interpretações diversificadas e, por conseguinte, a constituição de correntes dentro do espiritismo, enfatizando

um ou mais de seus aspectos. Essa tríplice caracterização ainda teria permitindo a doutrina inserir-se em diferentes campos nos quais encontrou, em contrapartida, a necessidade de defender e legitimar suas proposições frente às contestações e oposições advindas especialmente da ciência e da religião.

Em relação à última, é digno de nota um episódio ocorrido em 1861, na Espanha, quando cerca de trezentas obras espíritas foram confiscadas por ordem do Bispo de Barcelona. Considerados perniciosos à fé católica, os livros de Allan Kardec e outros autores foram incinerados em praça pública no que ficou conhecido como “Auto-de-fé de Barcelona”, considerado o marco inicial dos conflitos entre o espiritismo e a Igreja Católica, o qual foi seguido por outras manifestações de repúdio através de sermões, pastorais e da imprensa (DAMÁZIO, 1994, p. 37-38).

Não obstante tais embates e oposições, o espiritismo teria se difundido de forma significativa na França nos anos que se seguiram a sua fundação. A explicação racional oferecida pela doutrina contribuiu para sua aceitação principalmente entre grupos intelectuais e outros elementos das classes médias que buscavam novas formas de articulação entre o pensamento científico e o religioso.

Os espíritas franceses eram sobretudo da classe média cujos indivíduos procuravam uma forma de religiosidade que estivesse de acordo com os novos tempos: que acreditasse no progresso (portanto na ciência e na “evolução da humanidade”), que garantisse a liberdade de consciência (individualismo) e que se mostrasse capaz de responder à angústia humana. (SILVA, 2005, p. 18)

Para esses grupos, a doutrina kardecista seria capaz de apresentar uma interpretação mais coerente do mundo, explicando a posição social dos indivíduos e orientando a conduta moral da sociedade. Além de encerrar essas perspectivas, em função de sua definição plural, o espiritismo foi interpretado de diversas maneiras e posto em diálogo com outras formas de pensamento o que, a despeito das oposições enfrentadas, contribuiu para que obtivesse rápida e expressiva expansão também em outros países europeus e na América.

Tendo em vista os fins deste estudo, interessa-nos, a partir de agora, compreender o processo de introdução e desenvolvimento do espiritismo no Brasil entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX. Com efeito, inserido em situações diferentes de seu contexto de surgimento na França oitocentista, o espiritismo inevitavelmente foi impelido a adaptar-se, adquirindo assim um caráter parcialmente distinto do original.

1.2 O espiritismo no Brasil

De forma geral, os principais autores que tematizam a trajetória do espiritismo no Brasil assinalam que em terras brasileiras a doutrina de Allan Kardec adquiriu características próprias, diferenciando-se parcialmente de sua matriz francesa. Assim, como aponta Sandra Jacqueline Stoll (2003), se na França o espiritismo manteve-se mais inclinado aos seus aspectos científico-filosóficos, no Brasil uma série de fatores teria contribuído para sua conformação religiosa, caritativa e letrada, sustentada por um complexo sistema de organização institucional que garantiu sua difusão por todo o país.

Segundo Célia da Graça Arribas (2010), as notícias sobre os fenômenos das “mesas girantes” nos Estados Unidos e na Europa já circulavam no Brasil por volta de 1853, publicadas no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, no *Diário de Pernambuco*, de Recife, e em *O Cearense*, de Fortaleza. Já o contato com o espiritismo teria ocorrido pouco tempo depois da publicação de *O Livro dos Espíritos* em função das estreitas ligações entre as camadas intelectuais brasileiras e francesas, no entanto, sua difusão e a organização de grupos espíritas no país ocorreriam gradualmente. Os autores que discutem esse processo situam-no por volta da década de 1860 distinguindo, a partir daí, pelo menos três momentos.

O primeiro deles seria marcado pela acolhida das ideias espíritas entre um grupo de imigrantes franceses residentes na Corte do Rio de Janeiro. Tratava-se de um grupo de prestígio econômico, social e cultural, formado em grande parte por professores, jornalistas e comerciantes. Neste núcleo, em 1860, foi publicada a primeira obra espírita escrita no Brasil intitulada *Os tempos são chegados*, de Casimir Lieutaud, contudo, restringindo-se a algumas reuniões e poucas publicações, o grupo acabou limitando a circulação das ideias espíritas, embora tenha conquistando adeptos na elite da sociedade imperial.

Em um segundo momento, a doutrina ganharia projeção nacional na Bahia, onde surgiram as primeiras organizações espíritas entre 1865 e 1873, a partir de uma intensa campanha de difusão mobilizada pelo jornalista Luís Olímpio Telles de Menezes que mantinha contato com Casimir Lieutaud no Rio de Janeiro e outros espíritas franceses. Em 1865, ele fundou a primeira agremiação e o primeiro jornal espírita do país, respectivamente, o *Grupo Familiar do Espiritismo* e o *Eco d'Além Túmulo*, em torno dos quais se reuniu um grupo seletivo da sociedade baiana formado por aristocratas, médicos, autoridades, políticos e intelectuais. No mesmo ano, Telles de Menezes elaborou uma publicação intitulada *O Espiritismo: introdução ao estudo da Doutrina Espírita*, contendo páginas traduzidas de *O Livro dos Espíritos*.

O crescimento do espiritismo na Bahia logo suscitou a oposição da Igreja Católica que passou a considerar suas interpretações religiosas como ameaças aos dogmas estabelecidos. Na verdade, até aquele momento, com seu triplice aspecto, a doutrina espírita não se definia essencialmente como uma religião. Aliás, para os primeiros espíritas o espiritismo não deveria significar uma ruptura com a religião católica, mas antes uma adequação aos novos tempos.

Não só a cidade de Salvador, mas o Brasil enfrentava grandes mudanças: o movimento abolicionista, que culminou com o fim da escravidão em 1888, ocasionando uma crise na mão-de-obra da lavoura; a Guerra do Paraguai (1870), que resultou na politização do exército e no fortalecimento das ideias republicanas; os conflitos entre a Igreja e o Império Brasileiro; as reivindicações de uma camada social média (da qual pertenciam funcionários públicos, profissionais liberais, estudantes, artistas, comerciantes) que estava crescendo nos grandes centros urbanos e que desejava mais liberdade e maior participação nos assuntos políticos do país, identificando-se, assim, com os ideais republicanos. (ARRIBAS, 2010, p. 76)

Em 16 de junho de 1867, uma pastoral em oposição ao espiritismo, redigida pelo arcebispo da Bahia D. Manuel Joaquim da Silveira, deu início a uma séria polêmica entre a Igreja Católica e os espíritas num combate que se desenvolveu durante meses nas páginas da imprensa. Entretanto, segundo Arribas (2010), foi justamente esse ato da Igreja em contrapor o espiritismo que possibilitou o espaço para sua visibilidade e entrada no campo religioso brasileiro. De fato, a partir dessa polêmica, o aspecto religioso da doutrina, em especial, tornou-se amplamente conhecido, gerando uma nova onda de interesse por todo o país.

Finalmente, em sua terceira fase, a partir da década de 1870, o Rio de Janeiro firmou-se como o principal núcleo de desenvolvimento e difusão do espiritismo no país. Todavia, a constituição e consolidação do movimento espírita brasileiro demandariam um longo processo marcado por embates externos e internos uma vez que em terras brasileiras a doutrina espírita foi interpretada de diferentes formas, dando origem a diversos grupos e correntes de acordo com a ênfase que legavam aos seus aspectos científico, filosófico e religioso.

Essa diversidade, porém, favoreceu sua difusão através da tradução das obras de Allan Kardec e da criação de diversos periódicos. Com efeito, tal como na França, a imprensa se tornou um importante meio de divulgação, debate, resposta aos opositores e promotor da articulação entre os grupos espíritas. Tais funções foram especialmente desempenhadas pelo periódico *O Reformador*, criado em 1883, pelo jornalista Augusto Elias da Silva, sendo publicado até os dias atuais.

Na década de 1880, também surgiram as primeiras iniciativas com o objetivo de promover a unidade doutrinária e reunir, de maneira institucional, a crescente população de

adeptos e grupos dispersos. Os esforços levaram à organização de instituições agremiadoras como a Federação Espírita Brasileira (FEB), fundada em 1884, e que nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do XX teria atuado intensamente no sentido de efetivar a organização do movimento espírita nacional. Com a fundação da FEB, *O Reformador* tornou-se seu órgão divulgador oficial, dedicando-se à defesa do espiritismo contra os ataques movidos por pastorais católicas e outros periódicos opositores, mas, sobretudo, difundindo um projeto específico de uniformização doutrinária.

Esse processo também é analisado por Emerson Giumbelli (1997) que, através de um diálogo entre antropologia e a sociologia, analisa os conflitos entre diferentes atores sociais em torno da legitimidade do espiritismo, bem como o investimento dos espíritas na delimitação de suas fronteiras e identidades em relação a outras práticas condenadas pela legislação vigente em fins do século XIX e na primeira metade do XX. Identificando as relações conflituosas entre espíritas e outros agentes sociais, o autor destaca o investimento da FEB em determinado modelo institucional e doutrinário como estratégia de legitimidade.

Questionando a proposição apresentada por Arribas (2010) de que em seus primórdios a FEB almejava a representação nacional do espiritismo a partir de um projeto organizacional já definido, o autor afirma que seus objetivos iniciais situavam-se mais no sentido de propaganda e difusão da doutrina espírita com enfoque no Rio de Janeiro. O posto de representação espírita só se tornaria uma aspiração a partir da década de 1890, quando da promulgação do Código Penal republicano que enquadrava as práticas de cura espíritas nos artigos 156, 157 e 158.⁶

Giumbelli (1997) argumenta que a nova legislação resultou numa onda de processos que se estendeu até a primeira década do século XX, contra instituições espíritas e médiuns, acusados de curandeirismo, charlatanismo e prática ilegal da medicina. O autor associa a incidência dessas ações no Rio de Janeiro às tentativas da classe médica de impor um maior controle sobre o exercício da “arte de curar”. Todavia, a despeito do empenho da medicina na fiscalização, a maior parte das denúncias contra os espíritas teria sido desqualificada na esfera jurídica, evidenciado a existência de opiniões divergentes entre os dois campos.

⁶ Capítulo III do Código Penal, “Dos crimes contra a saúde pública”: Art. 156 – Exercer a medicina em qualquer de seus ramos, a arte dentária ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou o magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos: [...] Art. 157 - Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública: [...] Art. 158 – Ministras ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim, o ofício denominado de curandeirismo: [...]. In: DAMAZIO, Sylvia F. Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 94-95.

Nesse contexto, os espíritas teriam lançado mão de estratégias às quais incluíam a fundamentação científica de suas práticas, a descriminalização da mediunidade, então associada à loucura pela medicina, e, por fim, a reivindicação da liberdade de culto como uma garantia constitucional. De fato, esse teria sido o principal recurso dos espíritas para sua absolvição sendo na maior parte dos casos acatado pelas instâncias legais, isto é, o entendimento de que suas práticas eram questões de ordem religiosa e a cura, em última instância, seria uma questão de fé. Logo, defendia-se que submeter-se a tais procedimentos era uma questão de foro privado.

É preciso considerar que o espiritismo, inicialmente restrito às classes médias e altas, teria alcançado as classes populares através da prestação gratuita de serviços de saúde promovidos por instituições espíritas, especialmente através da ação de médiuns curadores e receitistas, havendo, nesse sentido, também uma aproximação com a medicina homeopática. No entendimento de Damázio (1994, p. 153), “o principal fator da expansão do Espiritismo, em suas várias vertentes, foi a prática da medicina mágica arraigada na cultura brasileira”, isto é, uma tradição místico-religiosa de práticas de cura e crenças no sobrenatural, presentes na sociedade brasileira desde o período colonial.

Giumbelli (1997) considera então o papel da FEB nesse contexto de embates com o saber médico e os órgãos de saúde, identificando uma nova postura da instituição que passou a desempenhar e reivindicar progressivamente uma função representativa. Deste modo, na mesma medida em que procurou adequar suas práticas à legislação vigente e mediar processos de acusação contra o espiritismo junto às instâncias da lei - ao longo da última década do século XIX e nas primeiras décadas do século XX - ela teria realizado uma série de investimentos em determinado modelo institucional e doutrinário para os grupos espíritas brasileiros.

Num contexto em que o espiritismo e suas práticas suscitavam o ataque da medicina oficial e a ação condenatória dos agentes repressivos do Estado, a estratégia concebida como mais adequada para garantir sua sobrevivência no país teria sido a de tornar-se uma religião. Assim, amparado constitucionalmente pela liberdade de culto, o espiritismo, sob a égide da FEB, teria procurado afastar-se de práticas que o colocassem em conflito com o saber médico e a legislação vigente. Nesse sentido, Giumbelli (1997) destaca outro elemento que tomou parte dos embates entre espiritismo e outros agentes sociais, o chamado “baixo espiritismo”.

Tratava-se de uma categoria que se originou no seio dos órgãos de repressão, sendo também difundida pela imprensa nas primeiras décadas do século XX, referindo-se a todo um conjunto de práticas consideradas ilegítimas e exploratórias, englobando a magia negra e tradições africanas e afro-brasileiras. Diante desse estatuto categorizador e acusatório as representações espíritas, sobretudo a FEB, teriam empreendido o esforço de delimitar as

fronteiras e as distinções de sua prática em relação às demais. O resultado teria sido a oposição entre um “alto” espiritismo (entendido como “verdadeiro”, científico, moderno e caridoso) e um “baixo” espiritismo, com toda sua carga negativa.

Para Giumbelli (1997), essa polarização foi eficaz para amenizar o enquadramento dos espíritas, desviando a ação repressiva para outras práticas, na mesma medida em que contribuiu para a definição de sua identidade e para consolidar a perspectiva organizativa da FEB. Essa atuação teria prosseguido nas décadas de 1930 e 1940, especialmente após a promulgação de um novo Código Penal, com os espíritas dialogando com as forças repressivas e o próprio Estado. Nesse último aspecto, destaca o autor que o investimento em uma série de atividades assistenciais e humanitárias teria sido fundamental para a construção de uma identidade social do espiritismo no Brasil.

De fato, haveria uma convergência dessas ações com as preocupações do Estado em relação às questões de assistência pública, especialmente na “Era Vargas”. Assim, o espiritismo, ainda que não totalmente livre de acusações, teria passado a gozar de uma melhor imagem frente às esferas do poder. Já a FEB teria concentrado seus esforços na difusão e implementação de normas e orientações de conduta, bem como propostas de filiação para instituições de todo o país com um claro objetivo de organizar o movimento espírita sob sua direção.

A adoção dessa postura pelo espiritismo brasileiro é analisada sob outra perspectiva por Arribas (2010), que, além de considerar os embates externos ao movimento espírita, observa os conflitos internos que teriam contribuído para a construção de um espiritismo religioso no país. A partir de uma abordagem sociológica, a autora relaciona o desenvolvimento do espiritismo ao processo de autonomização do campo religioso brasileiro. Destaca, assim, de que forma ele gradativamente inseriu-se nesse meio a partir de uma série de disputas simbólicas motivadas pelas oposições que recebeu dos campos médico e jurídico.

A opção por um espiritismo religioso teria sido defendida e construída, sob os auspícios da FEB, a partir do trabalho intelectual de indivíduos identificados com essa proposta, sendo o líder espírita Adolfo Bezerra de Menezes o principal deles, ao presidir a instituição em 1889 e entre 1895 e 1900. É nesse sentido que, divergindo parcialmente da compreensão de Giumbelli (1997) em relação ao caráter assumido pelo espiritismo no Brasil, a autora argumenta que ele não foi apenas resultado de injunções externas ao seu meio.

Houve uma guerra simbólica na qual contendaram várias vertentes de interpretação do espiritismo, todas com a mesma finalidade: ter para si o poder legítimo de ditar o que era ou não o espiritismo. Longe de ser uma estratégia de defesa contra as pressões externas, a criação de um espiritismo religioso foi o resultado de pesados

investimentos. Foi preciso muito trabalho religioso para organizá-lo, sistematizá-lo e, principalmente, inculcá-lo na vida de seus adeptos. (ARRIBAS, 2010, p.258)

Arribas (2010), como outros autores, incluindo o próprio Giumbelli (1997), considera que em função de sua formulação como ciência, filosofia e religião o espiritismo foi interpretado de diversas formas por seus seguidores, dando origem a diversos grupos e correntes, que enfatizavam um ou mais aspectos. Desta forma, a autora concentra-se nos embates entre “científicos” e “religiosos” que nas últimas décadas do século XIX teriam polarizado as propostas de organização do movimento espírita brasileiro. Os primeiros, priorizando os aspectos científicos da doutrina kardecista, os segundos, os aspectos religiosos, ainda que não houvesse uma ruptura drástica com as demais possibilidades.

Giumbelli (1997), contudo, relativiza essa oposição argumentando no sentido de que assim como as aspirações representativas da FEB, ela se processou com o tempo, por uma série de questões, não apenas internas, mas também externas. No mais, além de considerar que esses embates não envolveram uma ruptura total entre ciência e religião no espiritismo brasileiro, seria muito difícil reduzir a diversidade das práticas, interpretações e propostas existentes a somente esses dois grupos.

Apesar disso, os dois autores tendem a concordar sobre o papel da prática da caridade como estratégia de inserção e legitimação social para o espiritismo, bem como o modelo religioso como forma de contornar as oposições que recebia de diversos campos. Nesse ponto, Arribas (2010) vai além, analisando os conflitos entre espíritas e católicos desde a introdução do espiritismo em terras brasileiras, identificando nas últimas décadas do século XIX e no seio da FEB tentativas de aproximação entre o ideário espírita e o católico, sobretudo, através da ideia da caridade cristã.

A autora argumenta que Bezerra de Menezes foi um dos responsáveis por essa aproximação, ao formatar várias possibilidades de inserção, aproximando o espiritismo de uma perspectiva católico-cristã e afirmando que a maior parte do sistema de crenças de ambos seria compatível. Para tanto, em suas teorizações, ele buscava na história do cristianismo primitivo a origem da própria história do espiritismo. Para muitos espíritas envolvidos nessa causa, seria claro o entendimento de que, numa nação tradicionalmente católica, o único espiritismo que poderia obter êxito seria o religioso e cristão, tendo a melhor propaganda e fundamentação calcadas no cristianismo e na ideia da caridade.

Nesse sentido, a definição de caridade concebida pelo espiritismo aproximar-se-ia do ideário católico, expressa pela preocupação em adotar práticas de prestação de auxílio gratuito

sob a perspectiva de salvação dos indivíduos que a elas se dedicassem. Apesar de a salvação ser entendida de forma diferente para espíritas e católicos, o tipo de atividade a ser desenvolvida deveria ser semelhante, o atendimento aos necessitados, o que desde então teria se tornado um traço marcante do espiritismo brasileiro.

Essa noção de caridade não se constituiria como algo estranho aos preceitos originais do espiritismo, de modo que a partir de suas obras fundamentais é possível identificar os principais aspectos que a definem, de forma a perceber as concepções que ela comporta e sua respectiva abrangência. Assim, em primeiro lugar, pode-se concebê-la no seu aspecto material, referente a todo tipo de auxílios em favor dos necessitados, cuja maior expressão encontra-se nas obras sociais promovidas por instituições espíritas que não raro se apresentam como mantenedoras de albergues, escolas, creches, hospitais, farmácias, etc.

Em segundo lugar, em seu viés espiritual, englobando a assistência através da orientação e instrução daqueles que necessitam de esclarecimento sobre as questões espirituais. Tais ações são frequentemente praticadas nas instituições espíritas através das palestras públicas sobre a doutrina, na evangelização de crianças e jovens, nos grupos de estudo e em aconselhamentos individuais. Também nas sessões de “desobsessão”, nas quais o espírito “obsessor” desencarnado e o indivíduo “obsedado” são instruídos a uma mudança de atitudes e pensamentos, visando à conciliação e à restituição da saúde física e espiritual de ambos.

E, por fim, a caridade em seu aspecto moral, expresso por um exercício contínuo de virtudes na interação social, tais como a compreensão, a tolerância, a abnegação, o respeito e o amor incondicional em relação ao semelhante (ARRIBAS, 2010, p. 187). Em *O Livro dos Espíritos*, salienta-se que a caridade material é a mais fácil de ser empreendida, enquanto que a caridade moral é a mais importante e meritória, por ser também a mais difícil de ser realizada, exigindo superioridade moral dos indivíduos.

Também várias passagens da obra *O Evangelho Segundo o Espiritismo* apresentam a caridade como via de salvação e a maior das virtudes, estando associada ao amor a Deus e ao próximo, à fé, à humildade e à indulgência.

Meus filhos, na máxima: Fora da caridade não há salvação, estão contidos os destinos dos homens na Terra e no céu; na Terra, porque à sombra desse estandarte eles viverão em paz; no céu, porque aqueles que a tiverem praticado, encontrarão graça diante do Senhor. Esta divisa é a luz celeste, a coluna luminosa que guia o homem no deserto da vida para conduzi-lo à Terra prometida, e brilha no céu como uma auréola santa na fronte dos eleitos, e na Terra está gravada no coração daqueles a quem Jesus dirá: Passai à direita, vós os benditos de meu Pai. (KARDEC, 2008, p. 153-154)

Assim, a caridade espírita, emerge como um meio de elevação moral para os indivíduos que a praticam, proporcionando também os meios para o avanço daqueles que dela se beneficiam. Entendimento que adquire um tom salvacionista, na medida em que é através dela que o indivíduo poderá progredir alcançando estágios mais elevados de espiritualidade como “espírito puro” e, assim, mais próximo de Deus. A feição que o espiritismo adquiriu no Brasil conceberia a caridade em toda essa abrangência, mas é inegável a ênfase atribuída à dimensão material através de um conjunto diversificado de obras assistenciais que o notabilizaram fornecendo o capital social necessário a sua inserção na sociedade brasileira.

Embora Arribas (2010) tenda a superestimar em alguns aspectos de sua análise a atuação de Bezerra de Menezes e a própria projeção da FEB como instituição representativa, suas interpretações acerca da conformação do espiritismo em torno de uma proposta religiosa e caritativa, bem como os debates e tensões internas ao movimento espírita são importantes e devem ser consideradas. Assim, procuraremos articulá-las na medida do possível aos argumentos de Giumbelli (1997) com relação às questões externas que tomaram parte no processo de organização do espiritismo no Brasil.

Em certa medida, o estudo de Fábio Luiz da Silva (2005) articula tais perspectivas ao considerar que “o Espiritismo teve de lutar em diversos campos em busca de sua legitimação social, mas teve e tem, também, disputas internas pela hegemonia do discurso espírita”, em paralelo aos “conflitos com a Igreja Católica, com o saber médico, com as autoridades públicas” (SILVA, 2005, p.4). Dessa forma, o autor propõe-se a analisar esses conflitos e a organização do movimento espírita nas décadas de 1930 e 1940, considerando o esforço da FEB na construção de uma visão espírita da história do Brasil a partir das obras do médium Francisco Cândido Xavier, as quais comportariam representações que vinculariam o espiritismo ao ideal nacionalista do período, servindo assim aos seus propósitos de legitimação e da própria instituição que desejava impor-se aos demais grupos espíritas do país.

Essa análise concentra-se em duas obras que convergiram para tal intuito, a primeira delas intitulada *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*, publicada em 1938, com psicografia de Xavier e cuja autoria foi atribuída ao espírito de Humberto de Campos. Este livro consistiria numa releitura espírita da história do Brasil, em que os principais acontecimentos, antes mesmo da chegada dos portugueses, são narrados e interpretados como partes de um plano maior. Pois enquanto governador do planeta Terra, Cristo teria conferido ao Brasil a missão de difundir os valores cristãos, delegando tarefas a espíritos elevados, alguns dos quais teriam encarnado e tomado parte nos rumos da história do país.

De acordo com essa interpretação o Brasil se tornaria, no futuro, um novo paraíso na Terra, com seu povo solidário, pacífico e cristão sendo um exemplo para o restante do mundo. Silva (2005) destaca a importância atribuída ao país nessa narrativa, bem como a exaltação das qualidades da terra e de sua gente, elementos que relaciona ao contexto de sua produção, o Estado Novo e sua política de construção de uma identidade nacional.

A outra obra analisada pelo autor é *A Caminho da Luz*, publicada em 1939, e também psicografada por Xavier, com uma leitura similar, porém, tratando da história da humanidade, desde a gênese planetária até o surgimento do socialismo. De acordo com a análise de Silva (2005), sua narrativa também adquire tons mitológicos e proféticos colocando a história do mundo como uma história sagrada na qual os seres humanos cumprem um papel determinado pela Providência divina e cujas civilizações são julgadas moralmente. Entendimento que reforçaria a suposta missão desempenhada pelo Brasil no “concerto dos povos”.

Ao concluir que as representações contidas nestas obras constituiriam uma filosofia espírita da história, uma vez que tudo evoluiria e convergiria para uma condição superior que seria o paraíso terrestre, Silva (2005) procura compreender os fins e a apropriação dessa construção pelo movimento espírita em seu contexto de elaboração. O autor então se atém às relações entre espíritas e outros agentes sociais, entre as décadas de 1930 e 1940, evidenciando a continuidade das tensões das décadas anteriores.

Em relação aos embates com o catolicismo, Silva (2005) aproxima-se de Giumbelli (1997) e Arribas (2010) ao considerar as tentativas do espiritismo em distinguir-se de práticas condenáveis, isto é, da magia e dos cultos africanos e afro-brasileiros. E, por outro lado, buscando aproximar-se da religião católica, reivindicando seu caráter cristão e a ideia de caridade. O autor enfatiza a continuidade dessas oposições no período analisado, citando, nesse sentido, a realização do Concílio Plenário Brasileiro, em 1939, em que a Igreja Católica manifestaria sua preocupação com a propagação do protestantismo e do espiritismo.

Outra frente de conflitos envolveria o campo médico, especialmente com a promulgação de um novo Código Penal, em 1940, que apesar de não apresentar referências explícitas ao espiritismo, mantinha, como seu predecessor, o enquadramento de suas práticas como exercício ilegal da medicina, curandeirismo e charlatanismo.⁷ De acordo com Silva (2005), as estratégias

⁷ Promulgado pelo decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o novo Código Penal brasileiro passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1942. Apesar de não fazer menção explícita ao espiritismo, como na legislação de 1890, o novo código manteve a possibilidade de enquadramento dos espíritas em relação ao exercício ilegítimo da medicina e a prática do curandeirismo. “Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica. [...] Art. 282 – Exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites [...] Charlatanismo – Art. 283 – Inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível [...] Curandeirismo – Art. 284 – Exercer o curandeirismo: I – prescrevendo, ministrando ou aplicando,

para lidar com essas oposições se dariam no sentido de reivindicar o caráter científico da doutrina, buscando argumentos em estudos e no apoio de médicos e cientistas de renome favoráveis ao espiritismo.

Apesar disso, o autor considera que nessa frente de batalha os espíritas teriam tido menos sucesso, de forma que a reivindicação do estatuto de religião seria a alternativa mais coerente para a defesa do espiritismo. Razão pela qual a FEB teria realizado tal opção, reformulando os serviços de saúde que prestava e incorporando essa perspectiva ao seu projeto de organização institucional para o espiritismo no Brasil.

Já em relação ao Estado, o espiritismo também teria buscado ajustar-se às condições de possibilidade disponíveis. Assim, a fim de contornar a perseguição deflagrada contra práticas consideradas como empecilhos à consolidação de seus ideais de nacionalidade e modernidade, haveria um esforço do espiritismo em afirmar sua origem europeia, civilizada, bem como seu caráter cristão e, ao mesmo tempo, científico. Para tanto, reforçava-se a necessidade de distinção em relação aos cultos africanos e a própria Umbanda, que surge no Brasil no final da década de 1920, tornando-se também um alvo de perseguições. No mais, reivindicar-se-ia uma postura de neutralidade político-partidária para o movimento espírita como forma de evitar qualquer atrito de ordem política com a esfera estatal.

Em relação às disputas internas em torno de diferentes propostas de interpretação e organização, o autor assinala que neste contexto o que estava em jogo era justamente o poder de um discurso performativo, “capaz de dividir, de definir quem é espírita e quem é “*herege*” ou não espírita”, em outros termos, o poder de falar em nome do espiritismo (SILVA, 2005, p.117). Para isso a FEB teria se lançado em busca de capital simbólico interno ao movimento espírita, na mesma medida em que procurava desqualificar seus opositores e suas propostas.

Daí o recurso à produção editorial espírita com obras que defendiam não apenas a missão do Brasil na difusão do cristianismo, como da própria FEB em conduzir o espiritismo no país, guiada, por sua vez, pelos espíritos superiores. De acordo com Silva (2005), essa busca por legitimidade que atribuía um caráter providencial à existência e às ações dessa instituição, revestindo-as de autoridade, também se manifestaria em diversos artigos de *O Reformador* neste período, funcionando como argumentos na disputa.

O autor retoma os conflitos entre “científicos” e “religiosos”, identificando a clara perspectiva religiosa assumida pela FEB que considerava seus opositores como avessos a essa

habitualmente, qualquer substância; II – usando gestos, palavras ou qualquer outro meio; III - fazendo diagnósticos [...]”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 18 dez. 2014.

postura e a sua missão orientadora. Silva (2005) identifica esses embates ao longo da década de 1940, aos quais também acrescenta fraturas dentro do próprio grupo religioso e a existência de outras propostas de organização, como a da Liga Espírita do Brasil (LEB), criada em 1926, com a finalidade de discutir a organização geral dos espíritas.

Ela seria a principal concorrente da FEB, assim como foi o Centro da União Espírita do Brasil, que atuou entre 1881 e 1894, sendo a primeira instituição que se pretendeu unificadora do movimento espírita nacional com uma inclinação declaradamente científica (GIUMBELLI, 1997; ARRIBAS, 2010). Segundo Silva (2005, p.134), diante dessas alternativas, em 1945, a FEB teria promovido a iniciativa das “sociedades coligadas”, “grupos ou instituições que receberiam orientação e material doutrinário da FEB, desde que as atividades destas não representassem ganho pecuniário”. Essas instituições poderiam ser exclusivamente kardecistas; umbandistas, sendo essa uma estratégia para arregimentar também os adeptos desse segmento; e aquelas que aceitavam Kardec e outros autores como Jean-Baptiste Roustaing.⁸

Ao analisar uma ruptura contemporânea dentro do movimento espírita brasileiro, Pedro Paulo Amorim (2011) reconstitui a trajetória de embates internos ao campo espírita e destaca que a adesão à obra de Roustaing, especialmente pelo grupo religioso dentro da FEB, potencializou os conflitos entre as alas científica e religiosa entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX de modo a retardar o consenso em torno do modelo institucional e doutrinário a ser adotado pelo espiritismo no país. Finalmente contornada, ou melhor, silenciada, quando da unificação espírita ao final da década de 1940, a questão ressurgiria novamente em outros momentos em razão de sua defesa pela instituição, responsável por sua publicação no país, permanecendo até os dias atuais como um elemento de divergência no movimento espírita brasileiro (AMORIM, 2011, p. 87-90).

Prosseguindo, além da iniciativa das sociedades coligadas, na segunda metade da década de 1940, a FEB continuaria a reforçar seu discurso de autoridade recusando-se a tomar partido

⁸ Jean-Baptiste Roustaing (1805-1879) foi um advogado e espírita francês contemporâneo de Allan Kardec. Em 1866, ele publicou a obra intitulada *Os Quatro Evangelhos: Espiritismo Cristão ou Revelação da Revelação*, obra coordenada por Roustaing e psicografada pela médium belga Émilie Collignon. Com forte conotação religiosa e com ideias que divergiam de algumas das interpretações de Kardec, o texto discutia a utilização do magnetismo humano e espiritual por Jesus e os apóstolos no tratamento de enfermidades em várias passagens do Novo Testamento. Propunha-se a explicar, à luz dos ensinamentos dos espíritos, todos os eventos, parábolas e o Sermão da Montanha na pregação de Jesus e, também, os Dez Mandamentos mosaicos. Uma das teses mais polêmicas defendidas na obra é a de que Jesus Cristo prescindira de um corpo material, tendo possuído apenas um corpo fluídico durante sua passagem pela Terra. Nesse sentido, a gravidez e o parto de Maria teriam sido puramente psicológicos, frutos da sugestão de espíritos superiores. Kardec teria inicialmente recebido essas teses com ressalvas, mas sem reprová-las por completo, entretanto, posteriormente as refutou em definitivo. No Brasil, a obra obteve significativa recepção pelo grupo religioso e pela FEB. Apesar disso, as divergências entre os chamados *Kardecistas* e *Roustainguistas* permanecem até hoje, ainda que ideias de Roustaing sejam pouco conhecidas pela maior parte dos espíritas brasileiros.

numa série de congressos espíritas estaduais e nacionais que tinham como pauta de discussão a unificação do movimento espírita, uma vez que em seu entendimento essa organização já estava em curso sob seu comando. O resultado dessas ações, segundo Silva (2005), teria sido a vitória da FEB com a assinatura do chamado “Pacto Áureo”, em 05 de outubro de 1949, que conferiu a essa instituição, ao menos oficialmente, a direção do movimento espírita brasileiro.

Apesar das divergências internas, os grupos espíritas concordariam que, num contexto de oposições e indefinições, a necessidade de unidade era uma prioridade. Dessa forma, as dissensões sobre o aspecto científico ou religioso, bem como a adesão às teses de Roustaing, embora não tenham desaparecido, como vimos, foram momentaneamente silenciadas. Com respaldo oficial, a FEB emergiria como a representante legítima do espiritismo no Brasil, sendo responsável por sua defesa e difusão, bem como pela reunião dos grupos espíritas.

De acordo com Sinuê Neckel Miguel (2007), um dos principais pontos de discussão no sentido da unificação institucional seria justamente a questão das oposições e constrangimentos externos dos quais a doutrina era alvo no país. Haveria de maneira cada vez mais incisiva, ao longo da década de 1940, uma defesa das ações das entidades federativas, cooperando com a entidade máxima, neste caso a FEB, sob o argumento de que “a união federativa cumpre dois papéis: um moral, o de confraternizar sob os princípios cristãos; outro pragmático, fazendo frente aos ataques externos dos adversários do Espiritismo” (MIGUEL, 2007, p. 55).

Em relação aos projetos unificadores, o autor concorda com Silva (2005) ao destacar a polarização de propostas entre a FEB e a LEB, considerando que a primeira, em seu entendimento, já teria a seu encargo a organização do movimento espírita, representando-o legitimamente, ainda que suas ações estivessem mais concentradas na assistência social e na difusão do espiritismo através de sua editora. Daí suas subseqüentes recusas em participar das discussões promovidas pela LEB e outras entidades espíritas no período.

A questão organizacional do movimento espírita emerge com fundamental importância da intrincada rede de relações entre lideranças espíritas e as instituições representadas. As adesões, ou filiações, das instituições umas às outras numa hierarquia federativa que supostamente culminaria na FEB, não ocorriam automaticamente, pois o grau de institucionalização ainda era muito aquém do necessário, mesmo tomando-se como referência as mais fortes federativas, como seriam a FERGS e a FEB. É por isso que acompanhamos no período aqui estudado uma intensa movimentação das instituições espíritas em torno da definição organizacional de toda a estrutura federativa. A FEB estava muito atenta a essas questões. É por isso que, assim como conseguiu realizar uma aproximação com a LEB, procurou integrar ao seu domínio um amplo leque de grupos espíritas e mesmo de potenciais adeptos do Espiritismo, caso dos umbandistas. (MIGUEL, 2007, p. 58)

Isso significa que a própria organização institucional das entidades federativas ainda estava em construção neste período, entretanto, nos anos que antecederam a assinatura do “Pacto Áureo”, diversas instituições estaduais promoveram a realização de congressos, tendo entre suas pautas de discussão a unificação espírita. É o caso da Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS), que realiza seu congresso em 1945, e da União Social Espírita (USE) que surge em São Paulo, em 1946, organizando seu congresso em 1947 e, no ano seguinte, o Congresso Brasileiro de Unificação Espírita (MIGUEL, 2007, p. 61).

A FEB não participou deste congresso, justificando sua ausência com a alegação de que estaria dedicada a atividades igualmente relevantes, como a prática da caridade e a difusão do livro espírita. Miguel (2007) entende que as razões da FEB em não aderir a esse movimento residiriam na sua recusa em aceitar qualquer tipo de organização que minimizasse a autoridade e o controle dos quais ela já se julgava investida.

Não querendo figurar como subordinada, a FEB recusava-se a aceitar que o poder de liderança fosse “concedido desde baixo”, já que esses congressos representavam vontades múltiplas de diversos setores do movimento espírita brasileiro, no qual muitos certamente apoiariam a FEB somente na condição de instituição executora das decisões resultantes de um diálogo mais horizontal. (MIGUEL, 2007, p. 65-66)

Para o autor, a defesa da FEB por instituições que lhe eram favoráveis, bem como a postura de abstenção ao debate, com base na reivindicação de sua legitimidade, atuaria como instrumentos de pressão dentro do movimento espírita. Por outro lado, em seus artigos em *O Reformador*, a instituição reforçaria essa postura com críticas às propostas em discussão, tomando-as como suas inimigas, de caráter separatista e impositivo, sendo os congressos similares aos concílios católicos.

Esse teria sido o contexto que antecedeu o 2º Congresso Espírita Pan-Americano, realizado em outubro de 1949, sendo promovido pela Confederação Espírita Pan-Americana (CEPA) e pela LEB, onde a principal finalidade seria estabelecer uma organização definitiva através da mobilização das principais entidades federativas. Segundo Miguel (2007), a FERGS, atuando como comissão executiva do evento, junto da USE, da Federação Espírita do Estado de São Paulo (FEESP), da União Espírita Mineira (UEM), a Federação Espírita do Paraná (FEP) e a LEB, lideravam essa mobilização pela unificação.

A pressão pela concretização de medidas unificacionistas teria conduzido a FEB a se definir pela realização de um acordo que instituiria o Conselho Federativo Nacional (CFN). Mas só o teria aceito na medida em que o apoio das federativas estaduais a sua proposta

garantissem a preservação de sua autoridade frente a todas as demais. O resultado desse consenso, no qual as relações entre as lideranças espíritas foi fundamental, como destaca Miguel (2007), foi a já referida assinatura do “Pacto Áureo”, em 05 de outubro de 1949.

Daí pra frente, a estrutura federativa do movimento espírita brasileiro se solidificou em torno da FEB, que seguiu fortalecida ao mesmo tempo em que uma boa parcela do grupo que pugnara pela unificação sentiu-se satisfeita também. Resumidamente, o que ficou estabelecido foi o seguinte: A FEB criaria um Conselho Federativo Nacional, de caráter permanente, “com a finalidade de executar, desenvolver e ampliar os planos da sua atual Organização Federativa”, sendo formado pelos representantes das federativas estaduais e presidido pelo presidente da FEB. Cada federativa indicaria um membro de sua diretoria para representá-la e, na falta de consenso interno, deveria ser enviada ao presidente do Conselho (ao mesmo tempo presidente da FEB) uma lista tríplice de indicados, “a fim de que este escolha um desses nomes para membro do Conselho”. [...] Em suma, do ponto de vista da engenharia institucional-administrativa, o CFN recém-nascido era mais filho da “Casa Mãe” do que das outras federativas. Era de fato um órgão subordinado à FEB, pois esta detinha a presidência do Conselho e a função de escolher seus membros em caso de impasse nas federativas através da lista tríplice; além disso, possuía o poder de veto no orçamento e a supremacia no seu financiamento. (MIGUEL, 2007, p. 81)

Silva (2005) e Miguel (2007) argumentam, enfim, que embora o acordo não tenha encerrado as divergências dentro do movimento espírita, tendo ele próprio gerado críticas em relação à forma com que as deliberações foram conduzidas até sua assinatura, o mesmo conferiu à instituição o reconhecimento da liderança que ela mesma proclamara durante décadas, o que de fato significou a oficialização de um modelo de espiritismo para o Brasil.

Tal perspectiva é também discutida nos estudos de Sandra Jacqueline Stoll (2003) e Bernardo Lewgoy (2004) que se concentram no papel desempenhado pelo médium Francisco Cândido Xavier e sua obra na consolidação de uma proposta religiosa problematizando o caráter assumido pelo espiritismo em terras brasileiras. Dentro de uma perspectiva antropológica, ao contestar argumentos que consideram o espiritismo brasileiro como uma deturpação de sua matriz francesa, Stoll (2003, p. 58) entende que ele seria, na verdade, “uma versão original e não um produto “menor”, “adulterado” ou desviante”.

Assim, contrapondo-se a sociólogos como Cândido Procópio Camargo, Roger Bastide, Marion Aubrée, François Laplantine, Renato Ortiz e Donald Warren, que tematizaram o espiritismo entre as décadas de 1960 e 1980, a autora destaca que “uma das lacunas dessa literatura consistiria justamente no fato de não se dimensionar como o imaginário e as práticas católicas impactaram o Espiritismo, influenciando de forma significativa o modo de sua expressão no Brasil” (STOLL, 2003, p. 59).

Compreendendo-o como o resultado de um ato criativo de reconstrução na realidade brasileira, Stoll (2003) dirige sua análise a três modelos que teriam marcado a trajetória da doutrina espírita no Brasil: o primeiro deles, a elaboração original de Allan Kardec; o segundo, centrado na figura de Francisco Cândido Xavier; e o terceiro, uma perspectiva mais contemporânea, representada pelo médium Luís Antonio Gasparetto. Para os fins do estudo proposto, consideraremos a análise desenvolvida em torno dos dois primeiros modelos, a partir dos quais a autora procura identificar suas diferenças e os elementos que constituiriam o que ela designa como espiritismo “à brasileira”.

Segundo ela, seriam personagens ideais “que personificam, através de sua história pessoal, ideias e estilos de vida, determinadas características que definem o perfil do espiritismo em determinados momentos e/ou contextos sociais” (STOLL, 2003, p. 20). Ao analisar as obras fundadoras do espiritismo e o contexto literário europeu, na segunda metade do século XIX, Stoll (2003) destaca que a participação de Allan Kardec em sua elaboração teria sido maior do que ele reconheceu. Como um intelectual de seu tempo, influenciado pelas ciências positivas, ele não apenas teria organizado suas obras sob essa perspectiva, como teria lhes conferido um caráter científico, contudo, assinala a autora que em sua formulação, pelo teor das “revelações” dos espíritos, o espiritismo seria essencialmente religioso.

A ideia de uma doutrina científica teria então partido do esforço de seu elaborador em conciliar ciência e religião, sendo o espiritismo uma dentre outras tentativas que integraram o chamado Moderno Espiritualismo. Deste modo, enquanto na França o espiritismo pendeu mais para um aspecto científico-filosófico e retraiu-se após a morte de Allan Kardec, no Brasil ele teria encontrado uma realidade distinta, na qual o aspecto religioso deparou-se com condições favoráveis para se desenvolver e sobressair-se aos demais aspectos, ainda que o espiritismo tenha gerado diversas correntes com interpretações igualmente variadas.

É a partir dessa percepção que a autora discute a influência da religiosidade brasileira, sobretudo católica, para o que o médium Francisco Cândido Xavier teria desempenhado um papel fundamental consolidando a orientação religiosa assumida pelo espiritismo no país. Para tanto, Stoll (2003) dedica-se a uma extensa análise da trajetória de vida deste personagem identificando os elementos de aproximação espírita com o catolicismo, especialmente, no que se refere à representação da santidade católica e suas características intrínsecas – o sofrimento, a renúncia de si, o celibato de cunho sacerdotal, a pobreza e a caridade.

O estudo de Lewgoy (2004), também sob um viés antropológico, segue pelo mesmo caminho, atendo-se aos discursos e representações produzidas em torno da imagem do médium e sua importância para o movimento espírita nacional. Segundo o autor, ao operar uma nova

aproximação sincrética entre espiritismo e catolicismo, em sua vertente popular, Xavier e sua produção literária teriam convergido para o projeto de organização religiosa da FEB.

Essa produção, quase que totalmente editada pela instituição, tornou-se o centro de uma série de investimentos editoriais, com vistas à difusão da doutrina espírita. Por outro lado, como já referido a partir do estudo de Silva (2005), o teor de suas obras, assim como sua postura exemplar de médium, espírita e cidadão, cumpriram também funções legitimadoras tanto para o caráter representativo desta instituição e sua proposta organizacional, como para o próprio espiritismo frente à conjuntura sociopolítica do país, marcada pelo nacionalismo autoritário e conservador nas décadas de 1930 e 1940.

Ademais, Lewgoy (2004) concorda com Stoll (2003), no sentido de que a trajetória de vida do médium teria lhe conferido uma aura de sacralidade muito próxima do ideal católico de santidade. Assim, frente à oposição de um catolicismo reformado e conservador, as representações sobre sua vida teriam aproximado o espiritismo do catolicismo popular, tornando mais fluídas as fronteiras entre esses dois sistemas religiosos. Isso, segundo o autor, teria facilitando a adesão à doutrina, ou pelo menos, a aceitação de alguns de seus princípios por parte dos católicos brasileiros.

Os estudos supracitados são referências contemporâneas no que concerne à trajetória do espiritismo no Brasil, atualizando aspectos e discussões das décadas de 1960 e 1970, através de diálogos interdisciplinares que convergem para uma produção mais complexa e que se encontra em pleno crescimento nos últimos anos. Esse desenvolvimento, contudo, circunscreve-se, em grande parte, ao centro do país, sobretudo, ao Rio de Janeiro, historicamente o principal pólo difusor do espiritismo e a partir do qual se desenvolveram as principais discussões em torno da organização do movimento espírita brasileiro.

Apesar disso, os elementos ressaltados se apresentam como uma base importante para o desenvolvimento desta pesquisa, evidenciando as múltiplas interpretações e adaptações pelas quais passou a doutrina de Allan Kardec em terras brasileiras, bem como a influência das injunções externas e internas sobre sua conformação e na formulação de estratégias de legitimação. E, finalmente, os debates e as proposições em favor da unificação do movimento espírita formalmente estabelecida no final da década de 1940 com a oficialização do sistema federativo, da liderança da FEB e de um modelo de espiritismo religioso, caritativo e letrado.

Enfim, de posse desses subsídios e com base em estudos bibliográficos específicos, passaremos a considerar no item seguinte a trajetória do espiritismo no Rio Grande do Sul, almejando um olhar comparativo no intento de identificar especificidades e conexões com o contexto mais amplo do movimento espírita nacional. Exercício que será fundamental para

compreendermos a inserção da Federação Espírita do Rio Grande do Sul, sua proposta e sua atuação enquanto entidade representativa em favor da organização do movimento espírita no Estado entre os anos de 1934 e 1959.

1.3 O espiritismo no Rio Grande do Sul

Precisar as origens do espiritismo no Rio Grande do Sul é uma tarefa relativamente complexa, em grande parte, devido à escassez de registros legados por seus primeiros praticantes. O que se conhece provém, em grande parte, de referências nos periódicos das últimas décadas do século XIX e de relatos de memória difundidos no meio espírita⁹. Apesar disso, esses indícios foram conjecturados em importantes estudos que apontam uma série de fatores que teriam contribuído para sua aceitação e difusão na sociedade rio-grandense.

Em relação a esse contexto, Benito Bisso Schmidt (2001) assinala a difusão de diversas teorias científicas, dentre as quais o positivismo, o darwinismo, a antropologia criminal e o próprio espiritismo, bem como as ideias socialistas e anarquistas. Essa variedade de perspectivas, que guardavam pontos de contato em torno da cientificidade, seria uma marca deste período no Rio Grande do Sul e no Brasil, com ampla receptividade entre as elites, mas também dentro do movimento operário.

Tais correntes procuravam romper com as explicações abstratas e metafísicas, buscando desvendar racionalmente a lógica do mundo natural, social, humano e sobrenatural, preferencialmente através da observação empírica. Todas tinham como ponto em comum a convicção de que a ciência e a técnica poderiam resolver os problemas básicos da humanidade. Ideias como estas encontraram ampla acolhida no Brasil, sobretudo entre os grupos urbanos. Afinal, para diversos setores da elite política e intelectual nativa, nosso jovem país precisava seguir, após a abolição da escravidão e a proclamação da República, os rumos do “progresso” e da “civilização” sinalizados pela Europa. Muitas lideranças da classe operária emergente no país, inspiradas no exemplo de seus pares europeus, também adotaram e difundiram as concepções antes mencionadas. (SCHMIDT, 2001, p. 113-114)

⁹ Alguns desses relatos associam a introdução do espiritismo no Rio Grande do Sul a dois marinheiros espanhóis que teriam se estabelecido em 1868 na cidade de São José do Norte, promovendo a realização de sessões espíritas. Em função da perseguição religiosa, ambos teriam se dirigido para Rio Grande e, por fim, Pelotas, onde teriam prosseguido com suas atividades que envolviam estudos doutrinários e manifestações mediúnicas. Essa atuação teria contribuído para a disseminação da prática espírita nessas cidades e também em Porto Alegre nos anos seguintes, inicialmente em grupos privados e posteriormente em instituições organizadas. A Reencarnação. Ano 72. n. 431. Porto Alegre. 1. sem. 2006. p. 5-11.

Segundo este autor, a adesão de indivíduos e lideranças operárias a essas ideias, procurando muitas vezes integrá-las, teria fomentado sua difusão por meio de periódicos, bibliotecas e escolas. O espiritismo encontraria uma forma de difusão através dessa integração ideológica, sobretudo com a doutrina positivista, cuja forte influência sobre a política rio-grandense durante a Primeira República brasileira também contribuiu para essa aceitação ao viabilizar uma atuação mais ampla através da defesa da liberdade de culto e profissional.

Ao tematizar as práticas de cura no período republicano rio-grandense, Beatriz Teixeira Weber (1999) aponta para uma realidade em que práticas, saberes e crenças diversas coexistiriam com a medicina oficial através de conflitos e assimilações. Tal pluralidade em torno da “arte de curar” teria sido favorecida pela influência do positivismo, especialmente, pela hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ao longo desse período.

Os dirigentes do governo, no Estado, assumiram uma posição política declaradamente positivista após a República, adotando como princípio a liberdade profissional e de cultos, e normatizando a prática da Medicina apenas pelo registro e pagamento de taxas ou multas por exercício indevido. Ao mesmo tempo, defendiam a completa liberdade religiosa, o que permitiu o desenvolvimento de práticas de cura alternativas. Em torno delas, até 1928, houve sérios conflitos com os médicos que tentavam organizar-se como grupo e reivindicavam o fim da liberdade profissional, exigindo a regulamentação da Medicina. (WEBER, 1999, p. 25)

É dentro desse contexto, marcado pela atuação de curandeiros, benzedeiros, homeopatas, práticos, médicos diplomados e grupos religiosos que a autora localiza uma significativa presença do espiritismo, sobretudo, pela atuação de médiuns curadores e receitistas, como é o caso das curas realizadas por Mozart Teixeira da Costa, em sua visita a Porto Alegre em 1925.¹⁰ Para Weber (1999), as opções por tais terapêuticas derivariam de crenças há muito arraigadas nessa sociedade, bem como a falta de acesso a serviços de saúde básicos por grande parte da população.

Em relação à inserção social do espiritismo, a autora destaca sua recepção por parte de imigrantes de prestígio econômico e cultural, além de médicos, advogados, engenheiros e militares que figuravam como os principais membros das entidades espíritas.

Para esses membros, a teoria conjugava uma explicação racional com possibilidades de cura, oferecendo uma interpretação de mundo coerente, sem negar elementos do

¹⁰ Médiun e maçom, o mineiro Mozart Teixeira da Costa visitou o Rio Grande do Sul em 1925, a convite da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Na ocasião, teria tratado milhares de pessoas atingidas por diversas enfermidades nas cidades de Porto Alegre e Pelotas, ações que obtiveram grande repercussão nos órgãos de imprensa da época. In: WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar*. Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense. Santa Maria/Bauru: EDUFMS/EDUSC, 1999. p. 199-204.

catolicismo, pois se inspiram nos Evangelhos e na ética cristã, considerando Cristo como a maior entidade encarnada. [...] Propunha uma articulação de seus princípios para a vida cotidiana, baseada na caridade, e oferecia possibilidades de terapia gratuita, da qual seus adeptos foram eficientes propagadores durante a visita de Mozart. Num Estado onde o autoritarismo positivista mantinha sua articulação, uma perspectiva religiosa que não tinha nenhum compromisso com eles conseguiu granjear simpatizantes até mesmo nas fileiras do PRR. Principalmente, o sucesso dessa perspectiva deve-se a ter articulado, coerentemente, a ciência com elementos mágicos, aproximando médicos formados, positivistas e doentes (de corpo e espírito) em geral. (WEBER, 1999, p. 206)

Junto à população desassistida a doutrina espírita teria obtido maior popularidade justamente em função da cura mediúnica, uma vez que o conteúdo doutrinário, por vezes complexo, encontrava dificuldades de compreensão nesse grupo. Assim, segundo Weber (1999, p. 206), “o tratamento mediúnico oferecido facilitava a assimilação de certos aspectos do espiritismo pela religiosidade popular”, uma vez que os mesmos se aproximavam “das práticas de cura brasileira tradicionais, exercidas por receitistas e curandeiros”.

Diante desses elementos, percebe-se que o espiritismo, assim como no centro do país, havia encontrado no Rio Grande do Sul um terreno propício para seu desenvolvimento, conquistando adeptos em todos os segmentos sociais. Inicialmente, restringindo-se a indivíduos e pequenos núcleos familiares, os primeiros grupos organizados teriam se constituído a partir de 1891, quando ocorreu a fundação do Centro Espírita Rio-Grandense, na cidade de Rio Grande, o qual foi seguido, em 1894, pelo Grupo Espírita Allan Kardec, em Porto Alegre (WEBER, 1999, p. 205).

Ao analisar a constituição de uma identidade espírita na cidade de Pelotas, outro reduto do espiritismo no Estado, Marcelo de Freitas Gil (2008) argumenta que a configuração da sociedade pelotense das últimas décadas do século XIX teria sido determinante para sua inserção social. O contato com a Europa, a partir do desenvolvimento charqueador pelotense, bem como as aproximações teóricas do espiritismo com a homeopatia, a maçonaria e o positivismo, teriam sido elementos fundamentais neste processo.

Além disso, suas ações nas áreas da saúde, assistência social e educacional, expressas pela criação de instituições espíritas dedicadas à prestação de auxílios gratuitos, teriam sido determinantes para a divulgação da doutrina naquela sociedade. É nesse sentido que Gil (2008) destaca algumas aproximações do espiritismo rio-grandense com as perspectivas mais gerais do movimento espírita nacional em fins do século XIX e início do XX, especialmente, a orientação religiosa vinculada ao ideário da caridade.

Refletindo sobre esses elementos, Miguel (2009a) argumenta que o caráter pretensamente científico e racional do espiritismo teria permitido que ele transitasse em meios

que lhe eram teoricamente familiares. Deste modo, despertaria o interesse e a adesão de indivíduos com respaldo social que lhe confeririam certa credibilidade.

[...] a formação de *uma rede social capaz de sustentar o movimento espírita* deve ter dinamizado o seu desenvolvimento institucional, facilitando sua legitimação perante a sociedade. Tal desenvolvimento pode ser evidenciado tanto pela maior formalização dos grupos espíritas, tornando-se sociedades com feição e personalidade jurídica, quanto pelo surgimento de diversas instituições espíritas em todo o Estado, com o significativo incremento no número de adeptos da doutrina. (MIGUEL, 2009a, p. 163-164).

Miguel (2009a) destaca, contudo, que o processo de inserção do espiritismo no Rio Grande do Sul, embora tenha encontrado condições favoráveis, não se deu sem tensões tendo ele se defrontado com as oposições do saber médico e das lideranças católicas, de maneira semelhante ao que ocorreu no centro do país. O autor as localiza na última década do século XIX através de órgãos da imprensa como o periódico *A Gazetinha*, publicado em Porto Alegre neste período, configurando-se então como um dos principais opositores da prática espírita.

Em seus artigos, identifica discursos que acusavam o espiritismo de conduzir a loucura e de explorar a credulidade pública, enfim, qualificando-o como uma prática desmoralizante. Igualmente, o periódico teria se transformado num espaço de debate entre espíritas e representantes do catolicismo em torno de determinados princípios como a religião e a caridade, sendo a doutrina acusada de estar vinculada à feitiçaria e outras práticas desqualificadas pela Igreja Católica.

Há que se considerar também a proximidade do espiritismo rio-grandense com um tradicional inimigo católico, a maçonaria, a partir do compartilhamento de certas concepções, tais como os ideais de racionalismo, crença no progresso, cientificismo, liberalismo e anticlericalismo. Assim, a adesão ou a simpatia de maçons em relação ao espiritismo, possivelmente intensificou a oposição católica.

De acordo Miguel (2009a), essas tensões assumiriam o status de “lutas de representações”, nas quais os espíritas buscariam sua legitimação e a delimitação de sua identidade, reivindicando o estatuto científico de suas práticas em contraponto às acusações de loucura e a defesa da caridade contra a acusação de exploração. Esses discursos se expressariam através de periódicos criados pelos próprios espíritas com esta finalidade, mas que também atuaram como canais de institucionalização na medida em que demarcavam seu espaço social através de suas ações.

Deste modo, para o autor, no início do século XX:

[...] a crescente institucionalização do Espiritismo no Rio Grande do Sul, qualitativa e quantitativamente, ia produzindo alguma estabilidade na demarcação do espaço social dos espíritas. Somando-se a esse processo, com a busca pela visibilidade social, os espíritas procuravam se manifestar através da imprensa, produzindo também os seus próprios periódicos. Esse tipo de publicização da doutrina espírita, dirigida a um público letrado, foi, sem dúvida, essencial para a constituição de uma determinada identidade, realizada no jogo das representações que tencionava a busca pela legitimação dos espíritas contra a condenação lançada pelos seus adversários. (MIGUEL, 2009a, p. 181)

Dentro dessa perspectiva, ao analisar as representações sobre ciência no *Jornal Espírita* de Porto Alegre, durante a década de 1930, Marcelo de Lima Melnitzki (2012) considera o desenvolvimento da imprensa espírita a partir dos primeiros grupos da capital como um importante momento de articulação para o nascente movimento espírita rio-grandense. Os periódicos, mas também as palestras públicas em cinemas e teatros da capital, constituir-se-iam como instrumentos de divulgação de suas concepções e princípios doutrinários.

Miguel (2009a) e Melnitzki (2012) indicam a fundação dos seguintes periódicos por grupos espíritas rio-grandenses, em sua maioria na capital, mas com expressiva circulação na virada do século: *A Evolução* (Rio Grande – 1892); *A Voz Espírita* (Porto Alegre – 1894); *A Religião Espírita* (Rio Grande – 1895); *Eco da Verdade* (Porto Alegre – 1895); *Revista Espírita* (Porto Alegre - 1898); *Eternidade* (Porto Alegre – 1906), *A Regeneração* (Rio Grande - 1900); e *Jornal Espírita* (Porto Alegre - 1918). Nas décadas de 1920 e 1930: *Boletim da FERGS* (Porto Alegre – 1923), *O Evangelho* (Porto Alegre – 1924), *O Semeador* (Porto Alegre – 1925) e *A Reencarnação* (Porto Alegre – 1934).¹¹

Os espíritas também marcaram sua presença na imprensa leiga, como demonstra Angélica Bersch Boff (2001) em seu estudo acerca das relações entre os saberes médico e espírita sobre a doença mental na imprensa porto-alegrense da década de 1920. Ao enfocar os discursos de ambas as perspectivas, divulgadas nos periódicos da capital, a autora enfatiza a difusão do espiritismo entre os segmentos intelectuais da sociedade rio-grandense.

Entre o final do século XIX e início do século XX, o Brasil é atingido por uma onda racionalista. Neste contexto, o Rio Grande do Sul apresenta algumas características particulares de enquadramento. Trata-se de um estado que nesta época obtém distinção diante do país, através do cultivo da cultura intelectual e científica. O governo positivista-castilista privilegia este aspecto, abrindo espaço e alimentando

¹¹ MIGUEL, Sinuê Neckel. Espiritismo fin de siècle: a inserção do Espiritismo no Rio Grande do Sul (1896-1898). Revista Brasileira de Histórias das Religiões. ANPUH, Ano II, n.4, mai. 2009. 40 p. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf3/texto7.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2014. MELNITZKI, Marcelo Lima. As regras espirituais são tão exatas e positivas como as das ciências materiais: As representações sobre a ciência no *Jornal Espírita*. Porto Alegre, década de 1930. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

qualquer iniciativa intelectual. Dada esta conjuntura, o espiritismo kardecista recém-chegado ao Brasil encontra no estado gaúcho solo fértil para sua decolagem, divulgação e avanço dos estudos, pesquisas e adesão do povo. (BOFF, 2001, p. 184)

Compreende Boff (2001) que, compartilhando os princípios de uma racionalidade-burguesa, espiritismo e medicina em suas preocupações com o problema da saúde mental convergiriam para uma perspectiva moralizadora, disciplinadora e evolucionista da sociedade. Por outro lado, há que se considerar suas especificidades e divergências neste contexto, tendo em vista a atuação expressiva do espiritismo nas questões de saúde e da própria vinculação de médicos diplomados a esta doutrina.¹²

Diversas instituições espíritas das primeiras décadas do século XX dedicaram uma atenção especial à questão da saúde em suas obras de caridade, tanto em termos materiais como espirituais. Daí a organização e manutenção de consultórios e enfermarias dedicados à prestação de cuidados, no qual atendiam médicos diplomados, simpatizantes ou adeptos do espiritismo e também da homeopatia, bem como os já referidos médiuns receitistas e curadores.

Da mesma forma, organizavam-se farmácias e dispensários homeopáticos que forneciam medicamentos também de forma gratuita. Nesse sentido, é possível conjecturar que a associação entre tratamentos convencionais e aqueles concernentes a uma terapêutica espírita (água fluidificada, passes magnéticos e tratamentos desobsessivos) não se constituiriam como dissonantes num contexto marcado pela diversidade de práticas.

Boff (2001) considera que a abertura proporcionada pela constituição rio-grandense à liberdade profissional viabilizou uma maior atuação espírita através de suas práticas de cura. Perspectiva que se contrapunha às disposições do Código Penal que vigorava no Brasil desde 1890 e que resultara numa série de processos contra médiuns e instituições espíritas no centro do país, com base em três artigos que dispunham dos crimes contra a saúde pública.

Esse descompasso entre a legislação federal e a estadual se manteria pelo menos até o início da década de 1930, período que assinala o fim da hegemonia do PRR no Estado. A partir daí, se intensificariam as tentativas de delimitação do campo médico, constituindo-se as décadas de 1920 e 1930 como um período “de grandes mudanças governamentais e legais” em que

¹² Um exemplo dessa atuação seria o Hospital Espírita de Porto Alegre, organizado a partir da iniciativa de membros da Sociedade Espírita Allan Kardec, a fim de proporcionar atendimento a pessoas com distúrbios mentais. Idealizado em 1912, as primeiras instalações foram inauguradas apenas em 1926, no bairro Petrópolis, em Porto Alegre. In: Boff, Angélica Bersch. *Espiritismo, alienismo e medicina: ciência ou fé? Os saberes publicados na imprensa gaúcha da década de 1920*. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. p. 24.

“dentro da legitimidade das leis, alguns médicos reivindicam a soberania de seu saber sobre saúde mental e, eminentemente, do tratamento psiquiátrico” (BOFF, 2001, p. 26).

Em sua defesa e na busca por sua própria legitimação social, o espiritismo reivindicaria a identificação com a ciência, distinguindo-se do charlatanismo e outras práticas combatidas pelo saber médico. Assim, pode-se compreender a importância da institucionalização dos grupos espíritas em termos de definição de discursos e práticas, a qual estaria ao encargo de suas lideranças, notadamente, indivíduos dotados de capitais sociais, culturais e simbólicos em função da posição que ocupavam nessa sociedade.

A grande maioria dos discursos, artigos, notícias e anúncios presentes nos mais difundidos e importantes jornais da época, estão relacionados com os grandes centros espíritas que estão se formando no Rio Grande do Sul desde o início do século. Estes centros têm vínculo direto com a FERGS, representante da Federação Espírita Brasileira no Rio Grande do Sul. Deste modo, os oradores destas falas são também, em sua maioria, “grandes homens”, ou seja, intelectuais, os quais tem, na época, a dianteira na organização dos centros e sociedades espíritas assim como no aprofundamento e difusão de pesquisas, enfim, do saber espírita no estado. Estes homens são, em sua grande maioria advogados, médicos, engenheiros, militares, professores, políticos e também homens de letras. (BOFF, 2001, p. 46)

Nesse sentido, pode-se identificar também no Rio Grande do Sul a polarização entre um “alto” e um “baixo” espiritismo, tal como analisado por Giumbelli (1997) em seu estudo sobre a legitimação da doutrina espírita no Rio de Janeiro. Pelo que expõe Boff (2001) é muito provável que, guardadas as devidas especificidades, essa delimitação de fronteiras e definição de identidades tenha se processado também no Rio Grande do Sul.

Essas ações não dizem respeito apenas ao relacionamento com a medicina, mas também ao campo religioso, onde o espiritismo defrontava-se com a Igreja Católica. De fato, tal como a medicina, ao longo da década de 1920 e, especialmente, após 1930, identifica-se um esforço significativo desta instituição em aproximar-se dos poderes públicos e do Estado em meio a disputas e conflitos com outras perspectivas religiosas, incluindo o espiritismo.

Os aspectos apresentados por esses estudos evidenciam a importância que a imprensa adquiriu para a articulação do movimento espírita rio-grandense enquanto instrumento de comunicação, propaganda, defesa e institucionalização. Nesse sentido, há que se considerar o trabalho intelectual desempenhado pelos articulistas espíritas, muitos dos quais atuavam como importantes lideranças mobilizando seus capitais culturais, sociais e simbólicos em favor do espiritismo em diversas cidades do Rio Grande do Sul.

Uma produção recente que se enquadra nessa perspectiva é o estudo de Renan Santos Mattos (2014) sobre a trajetória de Fernando Souza do Ó, paraibano radicado na cidade de Santa

Maria, município da região central do Estado. Militar, advogado e maçom e intelectual, Fernando do Ó destacou-se também como médium, escritor e líder espírita a partir da década de 1920, tendo participado da fundação de diversas instituições, além de mobilizar seus contatos e influência em favor das ações espíritas e de sua defesa no contexto das disputas religiosas numa cidade caracterizada pela forte presença e atuação do catolicismo.

Mattos (2014) explora esse personagem multifacetado evidenciando um intelectual versátil que expressava nas tribunas públicas, na imprensa e na literatura suas posições sobre o espiritismo e diversas questões em voga na década de 1930, tais como a nação, a organização da sociedade brasileira e as relações entre política e religião.

Com uma epistemologia própria, respaldado por conceitos colhidos em diversas correntes filosóficas, com o intuito de consolidar sua perspectiva cientificista, racional e letrada, defendeu a liberdade religiosa, o Estado laico, a aliança religião/ciência, empreendendo a iluminação da tradição católica vigente na cidade. [...] Fernando do Ó trazia um projeto de nação ora em sintonia ora em disputa com o governo. Opondo-se ao mundo comunista e igualmente ofertando alternativas de progresso para a sociedade de que fazia parte. (MATTOS, 2014, p. 174).

Deste modo, Fernando do Ó se colocaria não apenas como uma liderança atuante e elemento articulador dentro do movimento espírita, como também se proporia a pensar a realidade social em que se encontrava inserido. Enfim, ao focar a trajetória individual dentro do espiritismo o autor evidencia não apenas a diversidade de seus praticantes e líderes, como também percepções, reflexões e inserções igualmente plurais que perpassavam a doutrina, o que se apresenta como contraponto às interpretações que tendem a generalizar o grupo espírita e a desconectá-lo das questões externas ao seu meio.

Em suma, os trabalhos supracitados indicam que a doutrina de Allan Kardec encontrou condições favoráveis para se desenvolver no Rio Grande do Sul, obtendo um crescimento significativo a partir de suas principais cidades nas últimas décadas do século XIX. Suas concepções encontraram receptividade entre intelectuais e lideranças operárias num contexto marcado pela diversidade de ideias e sistemas de pensamento que tinham a ciência, o racionalismo e o evolucionismo como pilares comuns.

A influência de uma dessas correntes sobre a política estadual, o positivismo, além de contribuir para a receptividade do espiritismo em termos ideológicos permitiu-lhe também uma atuação mais direta na sociedade através de suas práticas de cura. Respaldado pela liberdade profissional e religiosa, asseguradas pela constituição rio-grandense, a doutrina difundiu-se no

seio dos grupos subalternos, através da prestação gratuita de serviços de saúde, configurando-se, assim, como um dentre outros saberes vigentes sobre a “arte de curar”.

Na medida em que se constituíam grupos organizados, suas atividades se estruturaram, bem como seus canais de difusão. Daí o recurso à imprensa, atestado pela proliferação de periódicos espíritas a partir da década de 1890, além de uma presença significativa na imprensa leiga. Assim, esses grupos veiculavam suas reuniões, obras de caridade e explicações doutrinárias, bem como suas concepções sobre saúde, religião e sociedade.

De maneira análoga a outras regiões do Brasil, no Rio Grande do Sul as práticas de cura espíritas representaram um importante elemento de inserção na sociedade, bem como o desenvolvimento da imprensa espírita se constituiu como um instrumento de propaganda, comunicação e institucionalização. Tornara-se, igualmente, um meio eficaz de fazer frente às oposições que o espiritismo recebia, sobretudo da medicina e da religião católica, que almejavam a hegemonia em seus respectivos campos de atuação, e, nesse sentido, também um meio de definição de sua identidade naquela sociedade.

Enfim, frente a esses elementos, é possível considerarmos as primeiras décadas do século XX como o momento de emergência do movimento espírita rio-grandense, um contexto em que, através de grupos formalizados, são delineadas as primeiras iniciativas no sentido de sua difusão, organização e defesa. Como veremos a seguir, o desenvolvimento dos debates e tensões entre espíritas e outros agentes sociais ao longo da primeira metade do século XX tornaram tais perspectivas cada vez mais indispensáveis.

Além disso, apesar de estar disseminado em diversas regiões do Estado, a doutrina kardecista seria praticada de forma muito diversa, não raro atrelada a práticas condenadas por seus opositores, o que se colocava como empecilho à sua inserção e legitimação social. Com base nesses elementos, a análise do próximo capítulo concentrar-se-á na constituição e atuação de uma instituição representativa de âmbito estadual enquanto um esforço coordenado de suas principais lideranças no sentido de articular e orientar o movimento espírita rio-grandense.

2. A FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo tematiza a organização do movimento espírita rio-grandense concentrando-se na atuação da Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS) entre os anos de 1934 e 1949. A partir de elementos bibliográficos e do periódico *A Reencarnação*, entre outras publicações institucionais¹³, analisa-se a gênese da instituição, a formulação de suas propostas organizacionais, o processo de legitimação enquanto instância de representação estadual do espiritismo, bem como suas relações com outros agentes sociais e, por fim, sua participação na unificação do movimento espírita nacional, considerando também o contexto sociopolítico do Brasil nas décadas de 1930 e 1940.

2.1 A Federação Espírita do Rio Grande do Sul

Ao abordar a organização do movimento espírita no Rio Grande do Sul o presente estudo concentra-se especificamente na atuação da FERGS em razão da instituição ter exercido efetivamente essa função a partir da década de 1920 de modo a consolidar-se, posteriormente, como representação oficial do espiritismo no Estado. A documentação analisada, concernente às décadas de 1930 e 1940, bem como a bibliografia consultada não apresentaram indícios sobre a existência de outras instituições concebidas neste período com o mesmo intuito e que porventura tenham desenvolvido propostas alternativas de organização. Apesar disso, essa é uma proposição que deve ser explorada por outras pesquisas que se ocupem desta temática na medida em que vislumbrarem outros elementos documentais e recortes temporais.

A criação da Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS) pode ser compreendida como uma iniciativa dos principais grupos espíritas rio-grandenses com o objetivo de promover uma organização sistemática para o movimento espírita. A diversidade com que se desenvolviam suas práticas e as questões que envolviam o relacionamento com outros agentes sociais se colocariam como as principais motivações para esse projeto, evidenciando no Rio Grande do Sul um contexto similar ao vivenciado pelo espiritismo no centro do Brasil.

¹³ Todas as referências documentais e bibliográficas apresentadas sob a forma de citações diretas e indiretas ao longo deste e dos demais capítulos conservam sua grafia original, sendo os grifos do autor devidamente indicados nos casos em que ocorrerem alterações ortográficas e realces na fonte.

De acordo com registros institucionais, sua fundação teria resultado da articulação entre 23 entidades espíritas de Porto Alegre e do interior do Estado em uma série de reuniões entre os dias 15 e 17 de fevereiro de 1921.¹⁴ Neste processo, que à época ficou conhecido como o 1º Congresso Espírita do Rio Grande do Sul¹⁵, foi eleita a primeira Diretoria¹⁶ e aprovado o Estatuto que definiu a entidade como uma “sociedade civil, espírita, de caráter religioso, filosófico e científico, tendo por finalidade a unificação e a orientação doutrinária de suas entidades federadas”.¹⁷

A FERGS então se apresentava como uma agremiação dedicada a congregar e orientar as células espíritas do Estado em torno de princípios comuns para a prática do espiritismo. Sua ação federativa constituir-se-ia na arregimentação e orientação de grupos, centros e sociedades através da normatização doutrinária, ritual e institucional, bem como das formas de intervenção no espaço social. Todavia, a efetivação dessas perspectivas demandaria uma série de investimentos, sobretudo em relação ao reconhecimento de sua autoridade como representante do espiritismo no Estado.

A partir dos relatos sobre seus primeiros anos de atividade, pode-se inferir que a década de 1920 constituiu-se como um período de estruturação interna, sendo o mesmo marcado por dificuldades administrativas e de ordem material em função da carência de recursos e de uma sede própria.¹⁸ Assim, foi especialmente a partir década de 1930 que se desenvolveram iniciativas mais sistemáticas visando à articulação e orientação dos grupos espíritas rio-grandenses.

¹⁴ A Reencarnação. Ano 20. n. 6-7. Porto Alegre. mar. abr. 1955. p. 1-2.

¹⁵ Posteriormente a denominação “1º Congresso Espírita do Rio Grande do Sul” foi atribuída ao congresso organizado pela FERGS em Porto Alegre, entre os dias 3 e 7 de outubro de 1945, configurando-se como o primeiro a ser realizar após a fundação da instituição.

¹⁶ A primeira diretoria foi constituída por Ernani C. Falcão Muzzel (Presidente); José Gomes Ferreira (Vice-presidente); Eduardo Pacheco de Andrade (1º Secretário); Anibal Teixeira da Silva (2º Secretário); Luiz A. A. Paranhos (1º Tesoureiro); Pedro Martins Dias Pereira (2º Tesoureiro). A Reencarnação. Ano 23. n. 7. Porto Alegre. abr. 1957. p. 5.

¹⁷ A Reencarnação. Porto Alegre. Ano 72. n. 431. Porto Alegre. 1. sem. 2006. p. 7.

¹⁸ Inicialmente a Federação teria funcionado nas dependências da Sociedade Espírita Allan Kardec, localizada na Rua General Vitorino, 146. Posteriormente, no início da década de 1940, sua sede passou a uma casa na Rua Avaí, cedida pelo confrade espírita Francisco Spinelli. Em 1924, uma comissão fora constituída para a obtenção de uma sede própria, o que se concretizou apenas em 1952, vindo a FERGS a localizar-se na Avenida Desembargador André da Rocha, n. 45/49, seu endereço atual. Ibid., p. 7-8.

2.2.1 “Disciplinar, moralizar e uniformizar”: a ação federativa nas décadas de 1930 e 1940

A partir da análise das publicações do periódico *A Reencarnação*, no período de 1934 a 1949, bem como de outras publicações institucionais, identifica-se uma série de propostas e ações da FERGS centradas na difusão do espiritismo, na normatização de discursos e práticas rituais e definição de formas de atuação no espaço social. Essas perspectivas serão apresentadas e discutidas a seguir de modo a compreender a estruturação e o desenvolvimento dessa ação federativa e em que medida ela contribuiu para a organização do movimento espírita rio-grandense neste período.

Inicialmente, é preciso ressaltar que a articulação da instituição em favor dessas perspectivas foi precedida por mudanças estatutárias e administrativas¹⁹ as quais são mencionadas num relatório publicado em *A Reencarnação* na edição de janeiro de 1935. Referindo-se ao ano de 1933, o então presidente, Ildefonso da Silva Dias, menciona a existência de “desinteligências, que culminaram no gesto nobre da renúncia coletiva a 16 d’esse mez e anno, da Diretoria da Federação e do Conselho Fiscal, declarando aquella ter sido levada a essa atitude, por ter-se certificado, pelo desenrolar dos factos que não representava a vontade de todos”.²⁰

Não apresentando mais detalhes sobre tais desinteligências, afirma-se que a questão foi solucionada com a eleição de uma nova Diretoria em fevereiro de 1934, cujas ações eram expostas naquele documento. Relatam-se, nesse sentido, iniciativas que visaram a expansão da ação federativa através de visitas de confraternização e realização de conferências nas instituições espíritas da capital e do interior do Estado, as quais, apesar de algumas resistências e desconfianças, teriam resultado em adesões e simpatias.

Menciona-se que neste período teriam sido retomadas e fortalecidas relações com outras instituições como é o caso da FEB, considerada “a entidade norteadora do Espiritismo no Brasil, com a qual, outro’ra, manteve a Federação Espírita do Rio Grande do Sul estreitos laços de adesão”. A FERGS em algum momento teria deixado de integrar o quadro federativo daquela agremiação, pois no mesmo relatório menciona-se que “providenciamos sobre os compromissos de adesão à essa Entidade, reentrando em seu quadro federativo, e sobre a nossa

¹⁹ No decorrer da pesquisa, não foram encontrados Estatutos da instituição referentes às décadas de 1920 e 1930, de modo que mudanças nesse sentido só puderam ser identificadas e analisadas a partir de referências em outros documentos, notadamente nos relatórios publicados em *A Reencarnação*.

²⁰ *A Reencarnação*. Ano 1. n. 4. Porto Alegre. jan. 1935. p. 6.

representação, por um delegado especial perante o Conselho Deliberativo, dessa instituição nacional em sua 2ª reunião, em 3 de outubro de 1933”.²¹

Ainda no que tange a expansão da influência da FERGS, o documento dava conta de uma importante iniciativa, qual seja, a nomeação de representantes autorizados nas principais localidades do Estado, a fim de que “sua acção doutrinária mais regular e facilmente se irradiasse”, especialmente nas regiões interioranas, “estabelecendo-se mais fortes laços de fraternidade” entre os grupos espíritas.²² A atuação desses indivíduos seria orientada por um conjunto de treze instruções que expressavam a intenção de fortalecimento da ação federativa.

Segundo a normativa, através de visitas periódicas os emissários da FERGS deveriam manter contato com as entidades adesas e não adesas em suas respectivas localidades de atuação. Em relação às primeiras, deveriam zelar especialmente pelo cumprimento das normas previstas pelos Estatutos e demais resoluções da Federação “assistindo aos trabalhos que lá se realizarem, para se inteirar dos métodos empregados”.²³

Quanto às entidades que não pertenciam ao quadro federativo, deveriam atuar junto de suas lideranças no sentido de angariar sua adesão. Em ambos os casos, a divulgação das perspectivas da instituição também estava sob responsabilidade dos representantes que deveriam “promover a realização de palestras e conferencias doutrinárias, organizando escala com elementos locais”.²⁴

Respondendo diretamente a FERGS, o papel de fiscalização exercido por esses indivíduos manifestava-se de forma ainda mais explícita em dois pontos que versavam sobre o “baixo” espiritismo e a supressão de elementos considerados inadequados para a prática espírita. Segundo a normativa, deveriam os representantes:

IX

Interessar-se por obter dados precisos no sentido de se conhecerem os focus perniciosos, onde se pratique o baixo espiritismo, embora disfarçadamente, sob suas designações de “sociedade beneficente”, “sociedade africana”, etc. [...]

XI

Intervir junto às entidades filiadas, no sentido de serem expurgadas de seus trabalhos, os característicos de superstição e de ignorância, que se nota no exagerado apego às defumações com incenso, a água com arruda, aos amuletos, etc.

²¹ A Reencarnação. Ano 1. n. 4. Porto Alegre. jan. 1935. p. 9.

²² O relatório informa os seguintes representantes e suas cidades de atuação: Albino Fagundes (Pelotas), Jayme Cardoso (Capão do Leão), Ilodino Soares (Santana do Livramento), João Montani (Uruguaiana), Ângelo Miguel Balestreri (Cruz Alta), João Fontoura Souza (Santa Maria) e Severino Prestes Filho (Dom Pedrito). Ibid., p. 13.

²³ Ibid., p. 13-14.

²⁴ Ibid., p. 14.

Tais perspectivas endossam a ideia de que a associação entre elementos de outras crenças religiosas e o espiritismo era um fato recorrente no período, constituindo-se como um obstáculo às pretensões da FERGS em relação à organização do movimento espírita. Assim, através de seus emissários e também da propaganda, a entidade propunha-se ao desenvolvimento de uma ação saneadora com o intuito normatizar interpretações doutrinárias e práticas rituais uniformizando-as segundo a sua definição do que seria o espiritismo.

Nesse sentido, as providências em relação ao “baixo” espiritismo foram reforçadas pelo Conselho Deliberativo da FERGS, em 1936, através de uma campanha que teria o objetivo de “disciplinar, moralizar e uniformizar os trabalhos”. Para tanto, a atuação dos representantes deveria prosseguir, intensificando-se o diálogo com os grupos que se ocupavam “com práticas de mediunidade interesseira, de fanatismo, de superstição” de modo a persuadi-los a aceitar a intervenção da Federação “para dirigir-lhes os trabalhos, segundo as boas normas”.²⁵

A FERGS preocupava-se em expressar publicamente suas iniciativas de combate às deturpações do espiritismo assinalando sua total desvinculação em relação a grupos e indivíduos que as praticassem. Assim, afirmava que somente considerava “Sociedades dignas aquelas que, filiadas ou não, se entreguem ao estudo e a divulgação do Espiritismo, segundo as obras de Allan Kardec e de seus continuadores, e que têm por preocupação máxima a pratica da Caridade, como Jesus a exercia”.²⁶

Tais iniciativas podem ser compreendidas considerando-se as tensões entre o espiritismo e outros agentes sociais na década de 1930. De fato, a criminalização de suas práticas de cura, as oposições do saber médico e do catolicismo, bem como a conjuntura política brasileira reforçavam a necessidade de sua legitimação social. Consciente disso, a FERGS atuaria no sentido de obter o reconhecimento de seu status de representação espírita no Estado.

Perante esses agentes e a sociedade em geral, a entidade reforçaria suas intenções de organizar os grupos espíritas em torno de princípios comuns, observando as determinações legais e os padrões de moralidade. Daí os esforços em favor da uniformidade doutrinária e ritual, da identificação do espiritismo e seus adeptos a partir da delimitação das fronteiras em relação a outras crenças e práticas as quais eram atribuídas à alcunha pejorativa de “baixo” espiritismo.

Um exemplo desse tipo de manifestação é o seguinte alerta:

Não são Espíritas os que lucram, exploram ou enganam em nome do Espiritismo; os que se ocupam da cartomancia, sortilégios ou adivinhação, para iludir aos seus

²⁵ A Reencarnação. Ano 2. n. 6. Porto Alegre. abr. 1936. p. 7.

²⁶ Ibid., p. 7

semelhantes; os que mistificam ou se atribuem falsas faculdades, em cujo fundo está o absurdo, o fanatismo ou o interesse. Quem quer que assim proceda não é espírita embora diga sê-lo. Pelos prejuízos de ordem moral que esses irmãos causam a doutrina e a verdadeira mediumnidade, a *Federação Espírita do Rio Grande do Sul* lança o seu protesto e a sua reprovação, recomendando os índices acima as pessoas de boa vontade, que procuram, no Espiritismo, instrução e consolo. Todo o trabalho espírita deve ser feito SEM REMUNERAÇÃO DIRECTA OU INDIRECTA porque o lêmã sagrado do Espiritismo é: FÔRA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO.²⁷

Esta passagem evidencia claramente a intenção da FERGS de distinguir a doutrina espírita do charlatanismo, da superstição e da “mediunidade interesseira”, praticados por indivíduos e grupos sob a denominação de espiritismo. Manifestando enfaticamente seu repúdio a tais atos, expressa, em contrapartida, o aspecto que definiria o verdadeiro caráter do espiritismo e da mediunidade dos quais se colocava como representante: a prática da caridade sem fins lucrativos.

A difusão dessas perspectivas estaria ao encargo de diversas publicações organizadas pela instituição, notadamente o periódico *A Reencarnação*, fundado em outubro de 1934.²⁸ Seus fins eram expressos nos seguintes termos em sua primeira edição:

“A REINCARNAÇÃO”, como órgão da Federação Espírita do Rio Grande do Sul, tem por finalidade articular melhor todas as entidades filiadas, dando-lhes orientação uniforme tendente a se estabelecerem normas comuns de trabalho e perfeita compreensão da Verdade. Com esforço paciente, dissipando a superstição e o erro, propõe-se “A REINCARNAÇÃO” a contribuir para sanear o ambiente em que se processam as práticas espíricas, expurgando-as de todos os aspectos do obscurantismo.²⁹

Deste modo, além das visitas, conferências e da circulação de seus representantes entre os grupos espíritas da capital e do interior do Estado, a FERGS passou a contar com um importante instrumento de atuação no meio espírita. De fato, na década de 1930 o recurso à imprensa ainda se apresentava como um eficiente canal de institucionalização e propaganda.

Essas iniciativas contribuiriam para ampliar a ação federativa no Estado, que neste momento estava em grande parte circunscrita à capital. Em 1934, o quadro federativo era composto por 32 instituições, das quais 15 estavam localizadas em Porto Alegre. Em seguida, vinham Pelotas e Rio Grande com duas entidades cada e, por fim, as cidades de Ijuí, Capão do

²⁷ *A Reencarnação*. Ano 2. n. 9. Porto Alegre. jun. 1936. p. 9.

²⁸ É importante ressaltar que esta não foi a primeira publicação organizada pela FERGS com o objetivo de divulgar suas ações, pois de acordo com o levantamento de periódicos espíritas realizado por Melnitzki (2012), a partir de 1923 a instituição passou a veicular entre os grupos espíritas filiados um boletim mensal. Infelizmente, ao longo desta pesquisa não foi possível acessar maiores informações sobre sua produção e período de circulação.

²⁹ *A Reencarnação*. Ano 1. n. 1. Porto Alegre. out. 1934. p. 2.

Leão, Santana do Livramento, Alegrete, Uruguaiana, Santa Maria, Quaraí, Taquara, Giruá, Guaíba, Bagé, Canela e Caxias do Sul com uma entidade federada.³⁰

Distribuída especialmente nas cidades em que haviam instituições filiadas a FERGS, *A Reencarnação* dedicar-se-ia através de suas publicações a promover o estreitamento das relações entre os grupos espíritas rio-grandenses a partir do vínculo com a Federação. Para tanto, recorreria à divulgação de relatórios de suas atividades, notas sobre o movimento federativo, bem como propostas e iniciativas organizacionais visando novas adesões.

A publicação de artigos versando sobre aspectos doutrinários e as atividades desenvolvidas nos e a partir dos centros espíritas cumpririam o intento de normatização de discursos e práticas comuns de acordo com o entendimento e os objetivos da entidade. Finalmente, essas perspectivas convergiriam para o intento de definição e exteriorização de uma determinada identidade social para o espiritismo e seus adeptos perante a sociedade rio-grandense.

É importante ressaltar que esses elementos integram a trajetória de *A Reencarnação* ao longo do tempo, a partir da qual almeja-se compreender o próprio percurso realizado pela FERGS em favor da organização do espiritismo rio-grandense. A opção pelo referido periódico como principal fonte de análise neste estudo deve-se justamente à importância que o mesmo adquiriu para a instituição enquanto instrumento de comunicação e propaganda.

Tratava-se de uma publicação em formato de revista, inicialmente com edições de até quinze páginas compostas na maior parte por textos com as temáticas acima elencadas. Os elementos iconográficos eram pouco frequentes, com a exceção de edições que traziam a cobertura de algum evento de grande expressão, ocasião em que eram reproduzidas fotografias e ilustrações.

Sua periodicidade era mensal, verificando-se, porém, falhas e edições duplas ao longo das décadas de 1930 e 1940. Os recursos de edição provinham dos valores das assinaturas e também de anúncios comerciais de produtos e serviços, além de outras colaborações obtidas através de campanhas promovidas pela FERGS com vistas à propaganda do espiritismo, especialmente em momentos de dificuldade financeira.³¹

Em relação ao público-alvo, o periódico era especialmente dirigido às instituições espíritas, isto é, seus dirigentes, membros e trabalhadores, em detrimento de outros

³⁰ *A Reencarnação*. Ano 1. n. 1. Out. 1934. p. 6.

³¹ Não foi possível identificar outros detalhes sobre a produção inicial do periódico, a não ser que na década de 1930 foi editado em uma oficina tipográfica na Rua Gal. Vitorino, 146, na cidade de Porto Alegre, sob a direção de Oscar Breyer. *A Reencarnação*. Ano 6. n. 1. Porto Alegre. out. 1939. p. 1.

frequentadores e simpatizantes. Com efeito, eram aqueles indivíduos que poderiam colaborar com a FERGS aderindo a suas propostas e implementando-as em seus respectivos grupos.

Os responsáveis pelo conteúdo eram variados, mas, acompanhando o periódico ao longo do tempo, alguns nomes tornam-se mais frequentes. Esses autores são indivíduos reconhecidos no meio espírita, geralmente vinculados a FERGS, sendo apresentados como profundos conhecedores da doutrina espírita, o que os qualificaria para expressarem-se acerca daqueles assuntos, obviamente, desde que, estivessem em devida sintonia com os objetivos da instituição.

Tais articulistas encontram-se na posição de produtores e porta-vozes responsáveis pelo trabalho religioso realizado a partir do periódico, na medida em que cabia a eles fornecer interpretações doutrinárias, orientar as práticas espíritas, bem como divulgar e defender propostas que endossassem a ação federativa. Figurando enquanto um “*corpo de especialistas religiosos, socialmente reconhecidos como detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um “corpus” deliberadamente organizado de conhecimentos secretos*”, contavam com o respaldo institucional conferido pela FERGS que os autorizava e legitimava se pronunciarem em nome dela e para ela (BOURDIEU, 2011, p. 39).

É neste ponto, que se apresenta a questão da legitimidade da instituição enquanto representação do espiritismo no Estado, status que veio a se consolidar ao longo da década de 1940, sendo este um período de afirmação de suas perspectivas organizacionais e dos mecanismos de difusão. Além disso, é nesse contexto que a FERGS passa a atuar de forma mais incisiva nas discussões e ações em prol da unificação do movimento espírita nacional.

Algumas iniciativas nesse sentido são especialmente relevantes, como a realização da 1ª Exposição de Jornais, Revistas e Obras Espíritas, inaugurada em 6 de novembro de 1940, em Porto Alegre.³² Arelada às comemorações do bicentenário da cidade, a exposição almejava proporcionar ao público “a oportunidade de constatar o grau de progresso da Imprensa Espírita”, constituindo-se como uma forma de divulgação do espiritismo entre o público mais amplo.³³

De acordo com a cobertura de *A Reencarnação*, a exposição teria repercutido positivamente dentro e fora dos meios espíritas, tendo contado com a presença de diversas autoridades, como José Loureiro da Silva, então prefeito de Porto Alegre, além de representantes da Secretaria da Educação, da Brigada Militar e do Departamento Estadual de

³² A Reencarnação. Ano 7. n. 3. Porto Alegre. dez.1940. p. 1.

³³ A Reencarnação. Ano 6. n. 12. Porto Alegre. set. 1940. p. 9.

Saúde. Do meio espírita, representantes das entidades locais e de nível nacional, caso de Edgar Marques Guimarães, pela LEB, e Roberto Pedro Michelena, pela FEB.³⁴

A exposição foi, de fato, um grande evento organizado pela FERGS com fins de divulgação do espiritismo. Na ocasião foram expostos 78 periódicos, entre jornais e revistas, que então circulavam no país, além de obras literárias e outras produções artísticas. No transcurso da exposição, concluída em 20 de novembro, foram ainda proferidas quatro conferências que tematizaram a doutrina espírita visando elucidar sobre seus princípios fundamentais.³⁵

Neste período, o espiritismo também marcou sua presença no rádio com a “Hora Espírita Radiofônica”, programa semanal emitido pela Rádio Difusora Porto-Alegrense (MIGUEL, 2007, p. 45.). Atrelado ao Departamento de Difusão Doutrinária da Federação, o programa dirigido por Paulo Hecker, também editor do *Jornal Espírita* de Porto Alegre, era reconhecido como um meio eficaz de divulgação da atividade espírita, tornando-se uma recomendação frequente nas páginas de *A Reencarnação*, que não raro também transcrevia o conteúdo das transmissões.³⁶

As próprias publicações do periódico, apesar das dificuldades financeiras para sua edição, incrementaram-se com textos doutrinários e de organização institucional; informativos sobre o movimento espírita estadual e nacional; divulgação de obras sociais; produções culturais; e artigos envolvendo o espiritismo em nível internacional. É justamente a partir dessa multiplicidade de elementos que se podem identificar as principais iniciativas da Federação no que tange a sua própria organização e do movimento espírita.

A publicação de artigos que abordavam questões doutrinárias, por exemplo, bem como a divulgação das ações sociais espíritas nas áreas da saúde, educação e assistência social contribuiriam para a normatização da interpretação e da prática espírita. Convergindo para uma definição interna e externa do espiritismo, essas concepções também tomariam parte nos argumentos contra seus detratores, notadamente, o campo médico, os órgãos de saúde e higiene e também o catolicismo.

Em relação à orientação dos grupos espíritas destacam-se duas publicações editadas e divulgadas pela Federação a partir de agosto de 1944, visando “a uniformização dos trabalhos

³⁴ A Reencarnação. Ano 7. n. 3. Porto Alegre. dez. 1940. p. 2.

³⁵ Os títulos das referidas conferências e seus respectivos oradores foram os seguintes: “O Espiritismo, Religião, Filosofia e Ciência” por Egídio Hervé, engenheiro civil e catedrático da Escola de Engenharia; “A função social do Espiritismo” por Leandro Pierini, advogado; “Liberdade de Consciência em Matéria de Religião. Evolução de seu conceito no Brasil” por João Pompílio de Almeida, advogado; e “O Espírita é Cristão” por Egídio Hervé. Ibid., p. 18.

³⁶ A Reencarnação. Ano 8. n. 11. Porto Alegre. ago. 1942. p. 6.

práticos” e o “perfeito entendimento de relações entre as Instituições adêsas e à Entidade Máxima”. Tratavam-se do *Regimento de Adesão* “como complemento às disposições dos Estatutos” e *Regulamento e Normas*, um “repositório destinado à melhor orientação e uniformização de diversas sessões com ou sem mediunismo”.³⁷

A FERGS expressava sua expectativa no sentido de que “fielmente cumpridas as recomendações nelas existentes, conseguiremos trabalhos uniformes e bem orientados em harmonia com os postulados da Doutrina Codificada pelo insigne Allan Kardec”.³⁸ A preocupação da instituição com a diversidade de modos de agir entre os praticantes do espiritismo mais uma vez colocava-se em evidência, como podemos depreender da introdução de *Regulamento e Normas*.

A par destes esclarecimentos, encontrareis também o nosso firme propósito de uniformizar o método das Sessões, com ou sem mediunismo, evitando, assim, que muitos Dirigentes continuem embuídos de certo personalismo prejudicial, criando e adotando práticas errôneas e esdrúxulas, e outros, embrenhados pelas encruzilhadas dos dogmas e pelas bifurcações dos rituais, contribuindo aqueles e estes fatores, para desvirtuarem a singeleza dos maravilhosos ensinamentos e exemplos do Meigo Nazareno e deturparem a obra inexorável, até este momento, do devotado codificador Allan Kardec.³⁹

O referido documento fora elaborado com base na publicação *Normas*, editada pela FEB em janeiro de 1938, visando a normatização das sessões públicas de estudos doutrinários e de manifestações mediúnicas. De acordo com a normativa da FERGS, os trabalhos de grupos, centros e sociedades espíritas rio-grandenses deveriam processar-se a partir de uma divisão fundamental entre atividades externas e internas.

Os trabalhos do primeiro tipo consistiriam em “sessões públicas de estudos doutrinários das obras fundamentais da Doutrina Espírita e outras complementares”.⁴⁰ Essas sessões destinar-se-iam à difusão da doutrina espírita, devendo sua direção “ser confiada à pessoa com alguma cultura intelectual, idoneidade moral e conhecimentos indispensáveis, das obras fundamentais do Espiritismo, para que a bôa semente da verdade espiritual, lançada sobre as almas dos assistentes, possa germinar e dar frutos”.⁴¹

³⁷ A Reencarnação. Ano 10, n. 11. Porto Alegre, ago. 1944, p. 5.

³⁸ Ibid., p. 5.

³⁹ FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Regulamento e Normas. Porto Alegre: Livraria Continente, 1944, p. 4.

⁴⁰ Ibid., p. 6-7.

⁴¹ Ibid., p. 14.

Nessa perspectiva também estavam incluídas as atividades de doutrinação para a infância e a juventude, também a ser confiada a um indivíduo idôneo e possuidor de “conhecimentos e aptidões indispensáveis ao delicado mister de instruir e orientar”. Esse ensino teria como “finalidade essencial, preparar o espírito da juventude, para o cumprimento exato dos seus deveres, perante Deus e os homens e aclarar a sua mente à face da verdade evangélica”.⁴²

Por sua vez, os trabalhos internos teriam caráter privativo constituindo-se em diversas sessões de desenvolvimento mediúnico, a saber:

- a) - sessões de orientação espiritual, para a diretoria da Entidade, para os diretores de grupos, bem como para os médiuns desenvolvidos;
- b) - sessões de experimentação, para o aperfeiçoamento das faculdades mediúnicas ou seja de desenvolvimento mediúnico;
- c) - sessões de preces e irradiações, destinadas aos enfermos do corpo e da alma, cujo período de duração será de 30 a 45 minutos, no máximo;
- d) - sessões práticas para o exercício da caridade moral aos desencarnados;
- e) - sessões de desobsessão, devendo a sua duração não ultrapassar uma hora;
- f) - sessões de efeitos físicos, cujo período de duração será regulamentado, de acordo com as necessidades dos trabalhos.⁴³

A partir dessa classificação preliminar, o documento dedica-se a uma minuciosa definição de cada atividade, estabelecendo as normas e as aptidões necessárias aos indivíduos envolvidos na sua execução. Entre as questões abordadas: local dos trabalhos, recursos materiais, roteiro de atividades, número de participantes, funções dos coordenadores, bibliografia de estudo e procedimentos específicos a cada tipo de manifestação mediúnica.

Em suma, a perspectiva moralizadora e disciplinadora que a FERGS procurava imprimir à organização dos grupos espíritas perpassa todo o texto, exigindo-se dos médiuns uma grande dedicação aos estudos das obras básicas do espiritismo. Há também orientações sobre a postura a ser assumida no desenvolvimento de suas faculdades mediúnicas: a prática em momentos e locais adequados, o equilíbrio dos pensamentos, o controle das emoções e o exercício de virtudes morais, notadamente, a humildade e a caridade em toda a sua plenitude.

Destaca-se, nesse sentido, a definição da mediunidade como sendo uma atividade a ser exercida desinteressadamente em benefício de outrem, isto é, sem quaisquer ganhos materiais e/ou financeiros. Pois, constituindo-se como “um dom, gratuito da Providência, deve ser

⁴² FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Regulamento e Normas. Porto Alegre: Livraria Continente, 1944. p. 16

⁴³ Ibid., p. 7-8.

considerado como verdadeiro sacerdócio, dentro do preceito: “*dar de graça o que de graça receber*” e mais ainda: - com espontaneidade de sentimento”.⁴⁴

Por fim, cabe assinalar o esforço da FERGS em legitimar tais orientações atestando-as como frutos de um exaustivo e metódico trabalho, realizado e supervisionado por espíritas indicados pelas sociedades adesas da capital e também do centro do país, posto que tomavam por referência perspectivas definidas pela FEB. Além disso, afirma-se que os trabalhos teriam recebido a inspiração de espíritos superiores, o que possivelmente tornaria tais resoluções ainda mais dignas de reconhecimento pelo público-alvo.⁴⁵

Um marco no processo de organização que a FERGS procurava definir e implementar neste período, foi a realização do 1º Congresso Espírita do Rio Grande do Sul, entre os dias 3 e 7 de outubro de 1945, na cidade de Porto Alegre.⁴⁶ Constituindo-se de uma série de conferências e visitas às entidades espíritas da capital, o evento contou com a participação de 67 entidades de diversas regiões do Estado, incluindo grupos não pertencentes ao quadro federativo.⁴⁷

Em seu encerramento, Hélio de Castro, então secretário-geral da FERGS e presidente da comissão organizadora, reiterava os principais objetivos do evento:

- ventilar magnos problemas concernentes à maior eficiência na atuação das “células” espíritas do Estado.
- desenvolver e solidificar laços de fraternidade cristã entre todos os confrades e entre a Federação e suas Sociedades adesas: e, finalmente.
- dar uma demonstração, com a maior envergadura e realce, das tão almejadas finalidades do Espiritismo – como doutrina religiosa de aperfeiçoamento espiritual e moral e como solucionadora de importantes problemas sociais, com sua bandeira de ampla solidariedade humana, principalmente aos desvalidos do mundo; que sofrem no corpo e na alma – fazendo nos aparecer no cenário público do Estado como força ponderável e organizada, que, aqui, já realmente somos.⁴⁸

Argumenta-se que a maior justificativa para sua realização teria sido a necessidade de congregar as sociedades, centros e grupos espíritas proporcionando-lhes uma orientação segura, especialmente no interior do Estado onde o vínculo com a Federação era mais tênue. Essas perspectivas são ainda mais evidentes na avaliação final do congresso, tomada a partir das teses defendidas pelos participantes.⁴⁹

⁴⁴ FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Regulamento e Normas. Porto Alegre: Livraria Continente, 1944. p. 36

⁴⁵ A Reencarnação. Ano 11, n. 8. Porto Alegre. set. 1945. p. 11.

⁴⁶ A Reencarnação. Ano 12, n. 1. Porto Alegre. out. 1945. p. 1.

⁴⁷ Ibid., p. 17-20.

⁴⁸ Ibid., p. 42.

⁴⁹ Foram defendidas sete teses oficiais: “Organização federativa”, por Roberto Pedro Michelena; “Doutrina Espírita”, por Ildefonso da Silva Dias; “Prática Espírita”, por José Simões de Mattos; “Propaganda do Espiritismo”,

Em relação à diversidade de práticas dos grupos espíritas, por exemplo, defendia-se a necessidade de se estabelecer “com energia serena, uma Unidade de Direção”, isto é, uma uniformidade doutrinária, cabendo à Federação “fixar diretrizes claras e insofismáveis para roteiro daqueles trabalhos”.⁵⁰ Nesse sentido, encontrava-se a questão da propaganda do espiritismo, fim para o qual foi criado, em 1944, o Departamento de Educação e Cultura, responsável pela criação de cursos de doutrinadores e visitantes doutrinários, com vistas à difusão do espiritismo e de sua prática segundo os parâmetros definidos pela entidade.

Destaque também para a atuação social do espiritismo, considerando-se o papel que o mesmo deveria desempenhar na instrução e na educação moral da sociedade, enquanto um sistema “filosófico-moral que propugna a regeneração da Humanidade”. Prestaria sua colaboração também através da assistência social, uma ação cada vez mais necessária a ser desenvolvida a partir de “uma organização acorde com o momento em que vivemos e se manter atualizada”.⁵¹

É importante ressaltar a positiva repercussão do evento que contou novamente com o apoio das autoridades estaduais e municipais. Registra-se, nesse sentido, que o Teatro São Pedro, local de realização do congresso, foi cedido pela Secretaria de Educação e Cultura da cidade. Além disso, na ocasião foram finalizados os trâmites legais em relação à doação de um terreno pela prefeitura de Porto Alegre, em setembro daquele ano, destinado à construção de uma sede própria para a FERGS, sendo lançada sua pedra fundamental no primeiro dia do congresso.⁵²

Diante disso podemos depreender que, neste período, a ação federativa mantinha um bom relacionamento com as autoridades públicas, possivelmente em função das relações e da posição social dos principais membros da FERGS e das entidades a ela filiadas. Igualmente, o esforço da Federação em organizar a prática espírita dentro dos termos legais e de vinculá-la a um conjunto de ações sociais em favor dos desamparados também contribuiria para a visibilidade positiva do espiritismo perante essas esferas e a sociedade de forma geral.

por Enapino Brusque Borges de Andrade; “Orientação Educacional”, por Leandro Pierini; “Filosofia espírita como base da instrução e educação”, por Egydio Hervé; e “Contribuição ao estudo do problema da assistência social”, por João Pompílio de Almeida Filho. Além destas, foram selecionadas quatro teses extra-oficiais: “A doutrina dos espíritos é fator de inteligência e de progresso no seio da sociedade”, por José Nunes de Andrade, vice-presidente da Sociedade Espírita Beneficente Sebastião Leão, de São Leopoldo; “A assistência social”, por Florina da Silva e Souza, presidente da Sociedade Espírita Estudo e Caridade, de Santa Maria; “A mediunidade no homem surgiu com o aparecimento do próprio homem sobre a Terra”, pela Sociedade Espírita Francisco de Monte Alverne, de Porto Alegre; e “A religião do futuro”, por Waldomiro Ramos Pacheco, do Centro Espírita Fora da Caridade Não Há Salvação, de Caxias do Sul. A Reencarnação. Ano 12. n. 1. Porto Alegre. out. 1945. p. 10-11.

⁵⁰ Ibid., p. 44-45.

⁵¹ Ibid., p. 45-47.

⁵² Ibid., p. 14-16.

Essa aceitação, contudo, não pode ser generalizada, pois como era fato reconhecido pela própria FERGS, a doutrina espírita era praticada de forma muito diversa no Estado, vinculando-se a outras crenças, muitas das quais recriminadas por médicos e órgãos de saúde. Tal era a situação também enfrentada pelos espíritas no centro do país, especialmente pelo impacto do Código Penal de 1940, que enquadrava as práticas espíritas nos crimes contra a saúde pública.

Essa questão recebeu especial atenção no congresso espírita rio-grandense no qual foi aprovada, na sessão de 6 de outubro, uma moção dirigida a Getúlio Vargas, então Presidente da República, solicitando a revogação do referido artigo, tendo em vista que “os espíritas não podem nem devem continuar a sofrer vexames sem protesto, pelo fato de darem de graça o que de graça recebem”. Argumentava-se, enfim, que aquele dispositivo cerceava a liberdade de culto garantida pela Constituição Federal.⁵³

Na defesa de suas práticas de cura, os espíritas argumentavam que ela consistia numa questão de ordem religiosa, na medida em que envolvia a crença daqueles indivíduos que a ela recorriam. Além disso, tratava-se de uma manifestação da faculdade mediúnica que, segundo o sistema de crenças espíritas, deveria ser empregada desinteressadamente em benefício do próximo através da prática da caridade.

É possível identificar nas páginas de *A Reencarnação* algumas notícias sobre ações judiciais envolvendo médiuns e instituições espíritas no Rio Grande do Sul e em outras regiões do Brasil. É o caso da médium Brandina Rosado, de Carazinho, que teria sido acusada, em 1941, pelo médico do Posto de Higiene, Derlí Kokot, por exercício ilegal da homeopatia, abrindo-se um processo na Justiça Pública com base nos artigos 156 e 157 do Código Penal ainda vigente.

O desfecho do processo teria sido favorável à médium que foi absolvida a partir das constatações do juiz Nelson Paim Terra de que a mesma nunca teria expressado para si a atribuição de médica e que, portanto, não poderia exercer essa prática ilegalmente. Também não haveria nenhum indício de que alguma das pessoas tratadas tenha sido prejudicada em sua saúde. Por fim, os serviços prestados não haviam resultado em nenhum tipo de remuneração, ao contrário, a médium tivera prejuízo, pois fornecera os remédios gratuitamente.⁵⁴

De acordo com a transcrição do veredicto apresentada em *A Reencarnação*, ao decidir-se pela improcedência da denúncia, em 5 de julho de 1941, o magistrado concluiria que a mesma não poderia ser indiciada em função de seus atos caridosos.

⁵³ *A Reencarnação*. Ano 12, n. 1. Porto Alegre, out. 1945, p. 41.

⁵⁴ *A Reencarnação*. Ano 7, n. 11. Porto Alegre, set. 1941, p. 7-8.

Quem, sem habilitação para a arte de curar, instala consultório, expõe anúncios, exhibe placas ou pratica atos com exclusivo de dar-se ostensivamente título que não tem, exerce ilegalmente a arte de curar. Quem o faz acidentalmente, por caridade e sempre a pessoas sem recursos, nada exigindo em paga, dando indicações antes no sentido de amparo do que no de profissão e assim ocasionalmente, quando chamado atende, sem se fazer passar por médico, não está exercendo ilegalmente a medicina.⁵⁵

É interessante observarmos que os argumentos empregados pelo magistrado no julgamento do processo são justamente aqueles invocados pelos espíritas na defesa de suas práticas. Sua aceitação, ao menos neste caso, pode indicar uma opinião favorável da autoridade jurídica à prática espírita. Isso, porém, não pode ser tomado como uma unanimidade, afinal médiuns eram processados e constrangidos em suas práticas, razão pela qual a FERGS insistia na uniformização ritual, ao mesmo tempo em que apelava ao Estado por mudanças na legislação.

Essa era, na verdade, uma questão que há muito tempo tomava parte nas preocupações da entidade, como se pode identificar no já referido relatório administrativo de 1935. Trata-se do fechamento das farmácias mantidas por sociedades espíritas, que teria sido determinado pela Diretoria de Higiene, em 1933, após o término da prorrogação do prazo para a execução dos Decretos Nº 19.606, de 19 de janeiro de 1931, e Nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932. O primeiro versava sobre a profissão farmacêutica e seu exercício no país, o segundo regulava e fiscalizava o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e da profissão farmacêutica.⁵⁶

Em virtude disso, informa-se que as entidades espíritas de Porto Alegre teriam deliberado sobre a questão junto à FERGS de modo a elaborar um plano de ação que, em linhas gerais, recomendava o acatamento da lei pelos grupos espíritas, “não obstante todos reconhecerem que ella não preenche o fim que visa”.⁵⁷ Além disso, estabelecia a iniciativa de dirigir um memorial ao general José Antônio Flores da Cunha, então Interventor Federal no Rio Grande do Sul, solicitando que o mesmo “interceda, junto ao Governo Provisório, no sentido de ser resolvido, com justiça esclarecida, o caso de tanto interesse coletivo”.⁵⁸

Relata-se que o documento foi entregue por uma comissão composta por representantes da FERGS que ainda teriam discutido a questão pessoalmente com o Interventor e o Secretário do Interior. Teria o grupo argumentado que os espíritas de São Paulo e do Rio de Janeiro haviam procedido da mesma forma com as autoridades competentes de modo que nestes Estados “as

⁵⁵ A Reencarnação. Ano 7. n. 11. Porto Alegre. set. 1941. p. 7.

⁵⁶ A Reencarnação. Ano 1. n. 4. Porto Alegre. jan. 1935. p. 8.

⁵⁷ Ibid., p. 8.

⁵⁸ Ibid., p. 8.

casas espíritas sérias podiam dar passes, agua fluidificada e homeopathia” sem constrangimentos, de modo que se solicitava o mesmo tratamento para com as entidades rio-grandenses.⁵⁹

O Interventor teria então se comprometido a expedir ordens de modo a permitir, até um pronunciamento oficial do Departamento Nacional de Higiene, o desenvolvimento das atividades espíritas no Rio Grande do Sul, o que estaria ocorrendo até a data de publicação do relatório, 23 de janeiro de 1935. Essa atitude foi bastante elogiada no documento, considerando que ao Interventor “não poderia passar despercebida a grande obra de caridade” que representava a “assistência pública e gratuita das boas casas espíritas” para atenuar “as necessidades da pobreza”.⁶⁰

Diante disso, podemos estabelecer novamente um paralelo com a situação do espiritismo no centro do Brasil, notadamente o Rio de Janeiro, neste período, onde, segundo Giumbelli (1997), os espíritas teriam lançado mão de estratégias almejando à defesa e o livre exercício de sua prática. Essas consistindo na sua fundamentação científica visando, sobretudo, a descriminalização da mediunidade e, por fim, a reivindicação da liberdade de culto como uma garantia constitucional.

Esse teria sido o principal recurso dos espíritas para sua absolvição, isto é, o entendimento de que seus atos eram questões de ordem religiosa. Segundo o autor, foi nesse contexto em que o espiritismo suscitava o ataque da medicina oficial e a ação condenatória dos agentes repressivos do Estado, a ideia de um espiritismo religioso passou a ganhar força entre suas lideranças enquanto alternativa para garantir sua consolidação no país.

Atitude que somada ao investimento em ações humanitárias foi fundamental para a construção da identidade social da doutrina no Brasil, ao convergir para as preocupações do Estado em relação às questões de assistência pública, especialmente na “Era Vargas”. De fato, a relação dos espíritas com esta instância também demandou determinadas estratégias, dentre as quais a aproximação com o discurso nacionalista do período.

Em relação ao Rio Grande do Sul, essas perspectivas são analisadas por Miguel (2009b) que identifica o entrecruzamento de uma série de representações acerca da política e da questão social em órgãos de imprensa e obras espíritas veiculadas nas décadas de 1930 e 1940. Mais especificamente, os periódicos *O Reformador* e *A Reencarnação*, e as obras *Brasil, Coração*

⁵⁹ A Reencarnação. Ano 1. n. 4. Porto Alegre, jan. 1935. p. 8.

⁶⁰ Ibid., p. 8.

do Mundo, Pátria do Evangelho, do médium Francisco Cândido Xavier, e *A Grande Síntese*, do filósofo italiano Pietro Ubaldi⁶¹.

Partindo das considerações de Silva (2005) e Lewgoy (2004), o autor assinala que além de ressaltar sua utilidade pública através de suas ações sociais, o espiritismo procurou aproximar-se do discurso nacionalista, cívico e patriótico do regime varguista através de representações contidas na produção mediúnica de Xavier. Seria necessário rebater as acusações de que os espíritas negavam o patriotismo, posto que segundo a perspectiva reencarnacionista, a verdadeira pátria dos espíritos era o mundo espiritual.

Já a obra de Pietro Ubaldi, divulgada de maneira secundária no movimento espírita, tencionava uma aproximação com os princípios de governo adotados pelo regime, apresentando fortes argumentos em favor da concepção corporativista de sociedade, ligada organicamente a um Estado que deveria ser dirigido por uma liderança forte e responsável. Preconizava ainda a harmonia entre capital e trabalho, em detrimento da luta de classes, tecendo críticas ao comunismo, mas também ao liberalismo exacerbado (MIGUEL, 2009b, p. 41-46).

Miguel (2009b) salienta, porém, que apesar dessa evidente aproximação ideológica, o movimento espírita declarava publicamente sua neutralidade político-partidária. Assim, suas principais lideranças orientavam os adeptos a isentarem-se de participar da política, restringindo-se apenas ao voto como exercício de cidadania, atitude que permitiria resguardar o espiritismo de possíveis investidas do Estado.

Tais concepções foram amplamente difundidas pela FEB, através de sua editora e de seu órgão de imprensa, o periódico *O Reformador* que circulava em diversos Estados brasileiros. Além disso, ela contou com o apoio das instituições federativas estaduais com quem mantinha relacionamento, dentre elas a FERGS, que se encarregou de sua divulgação no movimento espírita rio-grandense através de *A Reencarnação*, onde podemos identificar diversas referências às obras e ideias dos dois autores nesse período.

Ao examinar os artigos desta publicação, Miguel (2009b) identifica tanto o pretenso discurso de neutralidade como claras manifestações de apoio da FERGS à ordem instituída. É o caso de um artigo publicado em dezembro de 1937 no qual são reproduzidos oito pontos que sintetizam o entendimento da FEB acerca das relações entre espiritismo e política, aos quais a FERGS manifesta sua adesão.

⁶¹ Pietro de Alleori Ubaldi foi um filósofo e pensador espiritualista italiano, nascido em Foligno, Província de Perúgia, em 18 de agosto de 1886. Autor de diversas obras sobre filosofia e religião, algumas das quais tiveram significativa acolhida no meio espírita brasileiro, manteve fortes relações com o Brasil onde se estabeleceu na década de 1950, vindo a falecer na cidade São Vicente, Estado de São Paulo, no dia 29 de fevereiro de 1972. Dados obtidos em: < <http://www.ubaldibh.org/>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

Em linhas gerais, argumenta-se que a instituição não condena o livre exercício dos direitos políticos, tampouco incentiva o descumprimento de deveres cívicos, de modo que “o voto político, individualmente considerado, é livre, para todos os efeitos e para todas as pessoas habilitadas a exercitá-lo”. Contudo, considerando o potencial desagregador e desarmonico das atividades partidárias, recomenda-se que os espíritas abstenham-se das mesmas.⁶²

Reitera-se que “a Federação como entidade coletiva, não adota e não recomenda candidaturas políticas quaisquer, seja a mais alta magistratura do país, seja à Camaras legislativas”. E conclui ressaltando seu distanciamento de eventuais posturas favoráveis a esse tipo de atuação dentro do movimento espírita, considerando desligadas de seu quadro federativo as instituições que assim procedessem.⁶³

Em novembro de 1935 a FERGS já manifestara postura semelhante em artigo de *A Reencarnação* que tratava do posicionamento do espiritismo frente ao integralismo. Na ocasião, foram reproduzidas correspondências trocadas entre o presidente da FERGS, Ildefonso da Silva Dias, e o Chefe Provincial da Ação Integralista Brasileira, Anor Butler Maciel, que indagara o primeiro sobre os motivos de a instituição orientar os espíritas a não participarem daquele movimento político.

Em resposta, Dias afirmava que Federação não transmitira nenhum aconselhamento sobre o integralismo, uma vez que “não lhe cabe envolver-se em competições partidárias”. Marcando seu distanciamento da questão e isentando-se de qualquer responsabilidade pelos espíritas que aderissem ao movimento, reiterava que o espiritismo “não estabelece dogmas, para os seus adeptos; concede-lhes ao contrário, ampla liberdade de acção, dentro das normas doutrinárias que são as do Christianismo, assumindo cada um a inteira responsabilidade de seus actos”.⁶⁴

Embora não houvesse menção a possibilidade de desfiliação de entidades que divergissem da postura da FERGS, o discurso é muito semelhante ao da FEB no sentido de que a instituição procurava externalizar sua desvinculação de movimentos políticos, bem como de qualquer atuação nesse sentido. Além disso, a FERGS também trataria a questão da neutralidade de forma ambígua, em razão das contingências sociopolíticas das décadas de 1930 e 1940.

A esse respeito, Miguel (2009b) destaca a reação da instituição perante o advento do Estado Novo, em 1937, através da publicação de uma circular orientando os grupos espíritas rio-grandenses acerca da revogação do direito de reunião. Determinada pela declaração do

⁶² A Reencarnação. Ano 4. n. 3. Porto Alegre. dez. 1937. p. 3.

⁶³ Ibid., p. 4.

⁶⁴ A Reencarnação. Ano 2. n. 2. Porto Alegre. nov. 1935. p. 3-4.

estado de guerra, a resolução afetou a realização de assembleias e conferências públicas do espiritismo, as quais a FERGS alertava que estariam suspensas até nova ordem.

A Federação Espírita do Rio Grande do Sul recommenda ás Sociedades Espíritas que mantenham no presente momento o máximo espírito de colaboração com os Poderes Públicos, quando estes estão empenhados em reprimir ideias doutrinárias que ameaçam destruir a civilização Christã. Ainda que a Federação Espírita do Rio Grande do Sul não deva se conservar alheia á hora grave que vive o Paiz, concitando todos os Espíritas ao cumprimento dos seus deveres de cidadãos na defeza da ordem publica tão necessaria á vida e ao desenvolvimento do Brasil.⁶⁵

Nesses termos, a instituição manifestava seu apoio às ações do regime, assimilando o discurso nacionalista e a justificação de combate às ideologias que ameaçariam ordem pública brasileira. Ao mesmo tempo, orientava as demais sociedades espíritas a procederem da mesma forma, lembrando aos seus adeptos de seus deveres enquanto cidadãos brasileiros.

Assinalando que sua única preocupação era “o aperfeiçoamento moral da humanidade dentro das rígidas normas do puro Christianismo”⁶⁶, deixava claro mais uma vez que não possuía nenhuma aspiração em termos políticos. Assim, a FEB e a FERGS assumiam a neutralidade como um posicionamento que lhes permitiria resguardar-se de constrangimentos e perseguições legais num contexto em que o regime varguista reforçava seu controle sobre o Estado e intensificava a repressão sobre seus opositores.

De acordo com Levine (2001), foi sob o pretexto de evitar um suposto plano de insurreição comunista que Vargas garantiu sua permanência no poder outorgando uma nova Constituição em 1937. O documento de inspiração fascista lhe conferiu amplos poderes, que lhe permitiram estruturar um regime ainda mais autoritário do que fora o período anterior. Assim, proibiu toda e qualquer atividade política, suprimindo as organizações partidárias, além de conter as disputas entre as oligarquias regionais.

Para tanto, o regime elaborou um complexo aparato de vigilância e repressão contra seus opositores, sobretudo, os grupos de esquerda. A censura aos meios de informação esteve a cargo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão criado em 1939 que também tinha a responsabilidade de promover as realizações do governo, bem como o sentimento nacionalista através do rádio, cinema, eventos públicos e do sistema escolar.⁶⁷

⁶⁵ A Reencarnação. Ano 4, n. 2. Porto Alegre, nov. 1937. p. 8.

⁶⁶ Ibid., p. 8.

⁶⁷ Ao longo da pesquisa não foram identificados indícios de censura sobre o conteúdo das publicações da FERGS, com exceção do cancelamento das assinaturas de *A Reencarnação* promovido pela própria instituição em função de um regulamento do DIP que classificava o periódico como folheto de propaganda religiosa, condição na qual não poderia ser comercializado ou conter matérias pagas. Apesar disso, manteve-se a publicação e sua distribuição

Assim, a postura do movimento espírita manter-se-ia praticamente inalterada durante a vigência do Estado Novo, sendo seu apoio ao regime reforçado em determinados momentos como a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, e a posterior declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, em agosto em 1942.

Esse alinhamento com o Estado, reafirmando o caráter nacional das instituições espíritas brasileiras, entre as quais se inclui a FERGS, verifica-se reiteradamente, nos indicando que de fato o movimento espírita sentia a necessidade de se posicionar claramente para legitimar-se. Em momentos críticos da Segunda Guerra Mundial, como quando o litoral brasileiro é ameaçado pelos alemães, a FERGS pronuncia-se dando apoio inequívoco ao governo para “consolidar a Nova Ordem Brasileira”, fazendo referência à predestinação da “Pátria do Evangelho” e enfatizando o respeito aos governos constituídos, “prestigiando os bem intencionados”. (MIGUEL, 2009b, p. 23)

Miguel (2009b) refere-se a um telegrama dirigido ao presidente Getúlio Vargas e ao Interventor Federal no Rio Grande do Sul, o general Osvaldo Cordeiro de Farias, após a declaração de guerra. Nesta mensagem, o vice-presidente da FERGS, o coronel Felisberto do Amaral Peixoto, informava que “enquanto entidade genuinamente nacional” manifestava seu apoio e solidariedade ao país naquele momento em que tinha “sua soberania injustamente agredida”.⁶⁸

Esse posicionamento fora expresso em outubro de 1941, numa longa publicação veiculada em duas edições sucessivas sob o título de “Mensagem da Federação Espírita do Rio Grande do Sul ao Brasil”.⁶⁹ Documento que se apresentava como “um testemunho vibrante de fraternidade e de amor à ordem e ao progresso, dos espíritas do Rio Grande do Sul, desejosos de colaborarem, na grande obra de consolidação e engrandecimento de nossa cara e predestinada Pátria”.⁷⁰

Em suma, os aspectos supracitados evidenciam o impacto das injunções sociopolíticas dos anos 1930 e 1940 sobre a organização do movimento espírita, tanto no Rio Grande do Sul

através de uma caixa de propaganda, destinada a angariar doações que suprissem os recursos provenientes dos antigos assinantes. A Reencarnação. Ano 7. n. 7. Porto Alegre. abr. 1941. p. 11.

⁶⁸ A Reencarnação. Ano 8. n. 12. Porto Alegre. set. 1942. p. 2.

⁶⁹ A primeira parte desta mensagem preocupa-se em definir o espiritismo com a exposição de seus princípios fundamentais com especial destaque sobre o fenômeno da mediunidade em suas diferentes modalidades. Já os itens finais, na segunda parte, discorrem sobre o papel dos espíritas na sociedade e o posicionamento do espiritismo perante a política. Em relação ao primeiro ponto, reforça-se o papel das diversas ações sociais desenvolvidas por instituições espíritas no Rio Grande do Sul. Quanto ao segundo, retoma-se o discurso de neutralidade e o afastamento do espiritismo de questões políticas, considerando que sua única preocupação seria em relação à regeneração moral e espiritual da sociedade. In: A Reencarnação. Ano 8. n. 1. Porto Alegre. out. 1941. p. 16-20. A Reencarnação. Ano 8. n. 2. Porto Alegre. nov. 1941. p. 5-9.

⁷⁰ A Reencarnação. Ano 8. n. 1. Porto Alegre. out. 1941. p. 16.

como em outras regiões do Brasil. É nesse sentido que se pode compreender a adoção de um pretenso discurso de neutralidade política pelo espiritismo como um instrumento eficaz em favor de seu relacionamento com o Estado.

Um posicionamento estratégico através do qual os espíritas poderiam resguardar-se de possíveis atritos com esta instância ao declararem abertamente sua desvinculação em relação a ideologias e movimentos políticos. E que igualmente, tornava possível apoiar, quando necessário, o projeto político-ideológico da ordem instituída.

Dizer-se isento de posições políticas, entretanto, permitia um reforço oficializante dos discursos dos espíritas capaz de estabilizar opiniões de forma sacralizada sem abertura para o debate. E ainda, por outro lado, construía-se uma cobertura a qualquer eventual instabilidade política que pudesse causar disputas internas ao movimento espírita e intervenções externas do Estado, já que, sendo politicamente neutro, os espíritas poderiam, mais facilmente, se acomodar estrategicamente a diversos regimes. (MIGUEL, 2009b, p. 33-34)

Além desses elementos, convém destacar que o relacionamento com o Estado neste período também se colocava como uma questão importante para outras perspectivas religiosas o que acabou influenciando a própria dinâmica do campo religioso brasileiro. A esse respeito, Miguel (2010) assinala que especialmente as tentativas de aproximação da Igreja Católica durante a “Era Vargas” se colocaram como obstáculos à legitimação e à inserção social do espiritismo.

De acordo com Artur Cesar Isaia (1998), o realinhamento entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro nessa conjuntura configurou-se a partir do compartilhamento de certas preocupações em relação à construção da nacionalidade, combate às influências ideológicas externas e controle sobre as classes trabalhadoras. Em consequência, estabeleceu-se uma relação de reciprocidade a partir da qual Vargas pretendia utilizar a influência da Igreja como força legitimadora para suas ações em troca de uma série de concessões à instituição que, por sua vez, almejava a ampliação de sua base social e afirmação no campo religioso.

No Brasil, a aproximação entre a Igreja e o Estado pós-30, que institucionaliza suas reivindicações básicas, trará para a hierarquia católica a oportunidade de realizar seu projeto de “nacionalismo católico”, no qual o espaço político conquistado era o ponto de partida para efetivar o combate a seus inimigos. Dentro do espírito de reconquista tridentina, a aliança com o Estado e as concessões deste à Igreja em matéria, principalmente social e educacional, possibilitavam uma margem de vantagens nunca vistas em relação aos oponentes da supremacia católica. Tanto os inimigos comuns entre Estado e Igreja (comunistas, socialistas, liberais e todos os que se opunham ao autoritarismo getulista, principalmente após 1937) quanto aos restritos ao combate católico (protestantismo, espiritismo kardecista e umbanda), eram combatidos do lugar privilegiado desfrutado pelo catolicismo junto ao poder. (ISAIA, 1998, p. 150)

De fato, especialmente em suas preocupações em controlar o operariado e combater o comunismo, o regime varguista tinha na Igreja Católica uma aliada importante, dada a influência dessa instituição sobre os trabalhadores através dos círculos operários e de ações educacionais, as quais foram favorecidas nesse contexto por subvenções governamentais. Ademais, é preciso considerar que a perspectiva católica de recristianização da sociedade brasileira conduziu a Igreja a uma postura de apoio ao autoritarismo do regime.

Segundo Isaia (1998), ao considerar o condicionamento da liberdade ao nível cultural dos povos, bem como a predestinação do Brasil em consolidar e difundir os valores do cristianismo, a Igreja compreendia que deveria atuar junto ao Estado afim de fornecer-lhe as coordenadas para a união espiritual do povo brasileiro em torno da doutrina cristã. Dentro dessa perspectiva, o Estado Novo era concebido como “um governo popular e democrata, capaz de realizar a prosperidade social e moral do povo” e, assim, de concretizar a reconstrução nacional dentro dos valores de civilidade cristã (ISAIA, 1998, p. 186).

Tal configuração de forças, expressão da complexa relação entre os campos político e religioso, impeliu as demais perspectivas, dentre as quais o espiritismo, a buscarem estratégias que garantissem sua inserção na sociedade e liberdade de ação frente ao Estado. Daí, como vimos anteriormente, a tentativa de aproximação do movimento espírita com a esfera estatal através da incorporação do ideal nacionalista e da adoção de uma postura não-conflitiva articulada a um pretenso discurso de neutralidade político-partidária.

Ao analisar os periódicos *A Reencarnação* e *O Reformador*, Miguel (2010) reconstitui algumas das relações entre o espiritismo e a Igreja Católica a partir de seu posicionamento perante o poder estatal na “Era Vargas”. Salienta o autor que, além da postura descrita acima, o espiritismo procuraria aproximar-se do campo político-governamental através de suas lideranças, oriundas especialmente das camadas médias urbanas, e das redes de sociabilidades em que estavam inseridas de forma a acessar poderes institucionais e simbólicos que lhes proporcionariam desde subvenções a suas obras sociais até o resguardo contra constrangimentos de ordem jurídica e política.

Todavia, um envolvimento mais direto estava fora de cogitação, pois, como vimos, essa postura era reprovada tanto pela FEB quanto pela FERGS, configurando-se como um dos aspectos de crítica ao catolicismo. Já no início da década de 1930, as pretensões católicas em relação ao ensino escolar mobilizaram seus adversários em torno da Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, um amplo movimento que levou a organização de comitês e ligas em diversas

idades do país, reunindo “pessoas das mais diferentes orientações intelectuais, na defesa da separação entre Estado e Igreja e na luta pela igualdade de credos na futura constituição” (ISAIA, 1998, p. 103).

Os espíritas aderiram ao movimento que, segundo Isaia (1998), reuniu maçons, metodistas, luteranos e episcopais em oposição a oficialização do ensino religioso facultativo e da assistência espiritual não obrigatória às Forças Armadas, interpretadas como indícios da tentativa de reafirmação da Igreja Católica e de sua união com o Estado. De acordo com o autor, nas eleições de 1933 a coligação teria apresentado seus próprios candidatos, o que nos leva a questionar sobre a participação e a continuidade do apoio dos espíritas, de todo modo, a defesa da laicidade e do caráter facultativo do ensino religioso continuaram a ser defendidas pela FERGS e pelo movimento espírita nas décadas seguintes.

Miguel (2010) assinala que a disputa com o catolicismo também manifestou-se no enfrentamento pelos espíritas dos processos e restrições judiciais movidos pelos órgãos de saúde contra suas práticas de cura. Nesse contexto, o espiritismo teria reivindicado a liberdade religiosa e a reformulação da legislação de forma que a mesma considerasse todos os credos de forma igualitária “já que a polícia estaria perseguindo apenas os espíritas por praticarem os passes, as curas espirituais, enquanto os católicos, efetuando práticas de mesma natureza (as bênçãos dos padres), não sofreriam qualquer penalidade” (MIGUEL, 2010, p. 212).

Outra frente de disputas seria a proeminência da prática da caridade, uma vez que tanto a Igreja Católica como as instituições espíritas se dedicavam a promoção de diversas obras assistenciais, as quais elevariam seu prestígio perante o Estado e a sociedade civil. Por fim, Miguel (2010) assinala que outra convergência entre espíritas e católicos se manifestaria em relação a seus projetos de nação e civilização. Com efeito, a ideia de predestinação do Brasil como arauto da civilização cristã se evidenciaria tanto nos discursos da FEB e da FERGS (o Brasil como o “coração do mundo” e a “pátria do evangelho”) como no posicionamento da Igreja Católica, expresso no Rio Grande do Sul pelo arcebispo D. João Becker.

Ambos guardariam uma compreensão próxima da história brasileira com a Igreja assinalando o cristianismo como elemento fundador da nação, influenciado suas tradições, costumes e princípios, e o movimento espírita atribuindo sua gênese a uma determinação do próprio Cristo. Além disso, estariam inclinados à defesa de uma concepção organicista e corporativista de Estado. Suas diferenças estariam, evidentemente, na doutrina orientadora desse processo e na visão positiva que o espiritismo tinha sobre a modernidade, ao contrário da percepção conservadora e antiliberal do catolicismo (MIGUEL, 2010, p. 217-219).

Em última análise, a dinâmica do campo religioso durante a “Era Vargas” foi especialmente influenciada pela conjuntura sociopolítica brasileira que colocou aos agentes em disputa, neste caso o espiritismo e o catolicismo, a necessidade de legitimação perante o Estado. Assim, moldaram-se estratégias e projetos convergentes, inclusive entre si, bem como se evidenciaram elementos específicos da concorrência religiosa. No mais, embora a Igreja Católica inegavelmente tenha obtido maior êxito em sua aproximação com essa esfera, não podemos desconsiderar o contrabalanceamento desse quadro pelas ações do espiritismo e dos demais segmentos religiosos.

Enfim, é preciso ressaltar, contudo, que a adesão a perspectivas relativas ao posicionamento frente ao Estado não deve ser tomada como um consenso dentro movimento espírita, sendo mais adequado considerá-la como uma postura assumida por instituições que se colocavam como instâncias de representação, o que, pelos elementos analisados, pode-se atribuir à FEB e à FERGS. Com efeito, na medida em que se legitimavam perante o Estado elas poderiam estender este atributo a outras agremiações espíritas que, reconhecendo sua autoridade, se colocariam sob sua orientação.

No caso da FERGS, essa ideia é divulgada de forma recorrente nas páginas de *A Reencarnação*, especialmente em momentos de instabilidade e incerteza para o espiritismo como, por exemplo, no advento do Estado Novo.

Hoje mais do que nunca é um dever das Sociedades Espíritas que ainda não se acham revestidas de personalidade jurídica, o fazerem mais breve possível, registrando seus estatutos, para que tenham vida tranquila, amparada pelas leis, filiando-se à Federação Espírita do Rio Grande do Sul, cuja autoridade e prestígio moral são reconhecidos e acatados pelos mandatários da lei.⁷¹

Aqui não apenas o reconhecimento da FERGS pelos poderes públicos é invocado, como também se recomenda que as instituições espíritas desenvolvam suas atividades dentro das normas legais. Essa atitude as preveniria contra possíveis constrangimentos por parte da polícia e dos órgãos de saúde, como podemos depreender da seguinte passagem em que o discurso da Federação adquire certo tom de pressão.

A polícia e a hygiene, zelando pela tranquilidade e saúde públicas, ante algum caso concreto a resolver com tais centros, procura logo certificar-se se está regularmente organizado, se tem os estatutos registrados em cartório e se é filiado a Federação Espírita ou alguma entidade superior, congênere. E, muitas vezes, a negativa é

⁷¹A Reencarnação. Ano 4, n. 2. Porto Alegre, nov. 1937, p. 9.

completa: nem organização, nem estatutos, nem filiação, nem métodos de trabalho, nem estudo.⁷²

Convém destacar, enfim, que a ideia de resguardar e defender os grupos espíritas de constrangimentos expressava-se também no Estatuto da FERGS enquanto uma de suas finalidades. Assim, competiria a entidade a prestar “assistência judiciária aos sócios reconhecidamente pobres e às sociedades filiadas, quando perseguidas por sua crença”, bem como encarregar-se de “defender o Espiritismo de tudo que se deva e possa considerar exploração em seu nome”.⁷³

Deste modo, a FERGS reafirmava sua condição de representante do espiritismo no Estado, assumindo o encargo de orientação e defesa de suas entidades adesas. Com efeito, dirigir-se aos grupos espíritas rio-grandenses ressaltando os benefícios da filiação, era uma ação fundamental para a ampliação de sua influência sobre o movimento espírita. Afinal, o efetivo reconhecimento de sua autoridade passava pela adesão a suas perspectivas.

Acompanhado a evolução de seu quadro federativo, identifica-se um expressivo crescimento no número de adesões entre os anos de 1934 e 1945, período em que se desenvolvem suas principais propostas e iniciativas organizacionais. Em 1940, o número de filiadas chega a 70, um aumento de 118% em relação às 32 entidades listadas no ano de 1934.⁷⁴

Observando os mapas abaixo, verifica-se, em relação ao período anterior, uma maior presença da FERGS no interior do Estado, com filiações em todas as regiões. Além disso, há a consolidação da instituição nas localidades em que já se fazia presente, como é o caso de Porto Alegre, contabilizando então 27 entidades federadas, sendo novamente seguida pelas cidades de Pelotas (5) e Rio Grande (4).⁷⁵

Essa tendência prossegue nos anos seguintes, de modo que em 1945 as adesões à FERGS compreendem 95 instituições, um crescimento de 35% em relação a 1940.⁷⁶ Finalmente, em 1949, esse número chega a 104, de modo que a partir de Porto Alegre, seu principal centro difusor, a ação federativa continuava a avançar pelo interior e para as regiões fronteiriças do Rio Grande do Sul.⁷⁷

⁷² A Reencarnação. Ano 3. n. 11. Porto Alegre. ago. 1937. p. 6.

⁷³ FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Estatuto da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Livraria Continente. 1942. p. 5.

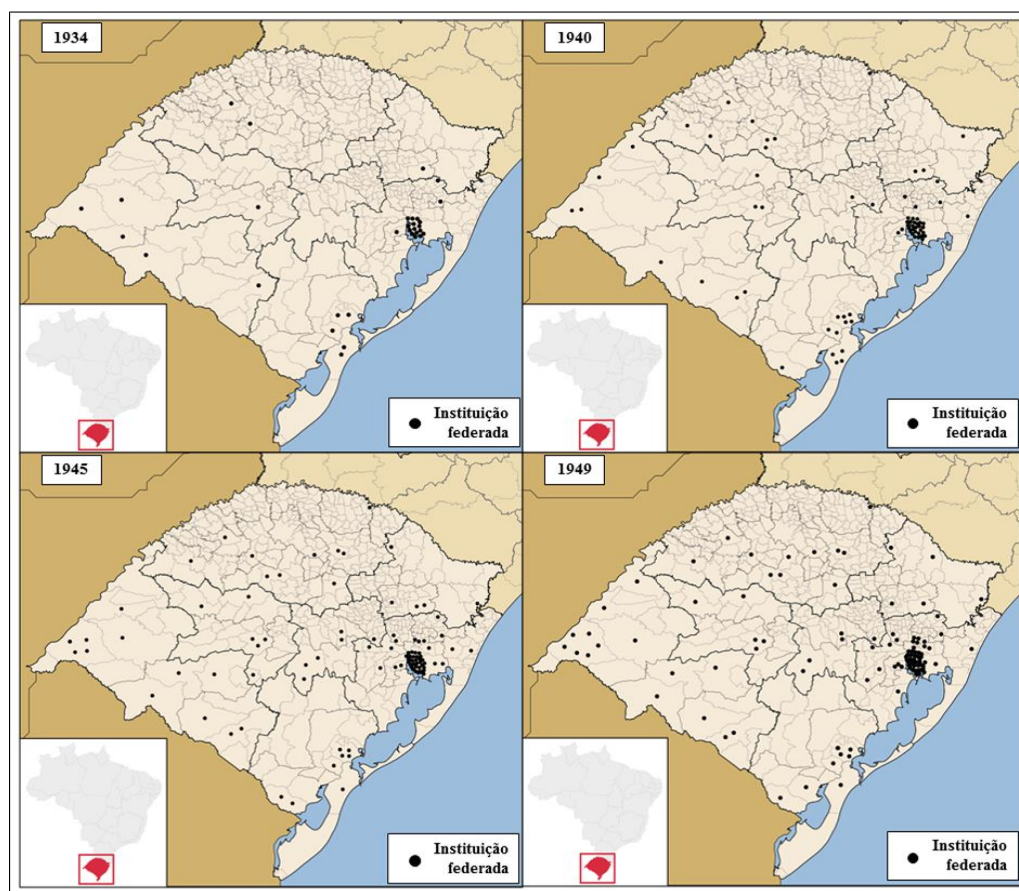
⁷⁴ A Reencarnação. Ano 6. n. 5. Porto Alegre. fev. 1940. p. 11-12. A Reencarnação. Ano 6. n. 10. Porto Alegre. jul. 1940. p. 12.

⁷⁵ A Reencarnação. Ano 6. n. 10. Porto Alegre. jul. 1940. p. 12.

⁷⁶ A Reencarnação. Ano 12. n. 3. Porto Alegre. dez. 1945. p. 13.

⁷⁷ A Reencarnação. Ano 15. n. 4. Porto Alegre. jan. 1949. A Reencarnação. Ano 15. n. 8-9. Porto Alegre. mai. jun. 1949. p. 19.

Mapa 1 – Instituições filiadas à FERGS entre 1934 e 1949



CÂMARA DE VEREADORES DE SALDANHA MARINHO. Mapa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.camarasaldanha.rs.gov.br/index.php?site=municipio&tipo=3>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

Ao demonstrar a variação do quadro federativo, esses dados permitem avaliar a recepção das propostas da FERGS pelos grupos espíritas rio-grandenses ao longo das décadas de 1930 e 1940. Com efeito, o ato de filiar-se à entidade implicava a adesão às suas perspectivas a partir do reconhecimento de sua autoridade como instância de representação e, por conseguinte, de sua competência para se expressar e agir em nome do espiritismo.

Nesse sentido, além do recurso à imprensa e da atuação de seus representantes, é preciso destacar que a FERGS elaborou outro importante instrumento visando a difusão de seus princípios, a arregimentação de novos grupos e também a integração do movimento espírita. Foram as “Caravanas da Fraternidade” que teriam inicialmente se desenvolvido de forma dispersa nos anos de 1946 e 1947 por iniciativa de Francisco Spinelli, emissário especial da instituição no interior do Estado, consistindo em visitas às principais instituições espíritas a

partir da organização de comissões compostas por representantes da Federação e de outras entidades filiadas.⁷⁸

Em 1948, registram-se visitas às cidades de Pelotas e Rio Grande no mês de agosto, ocasião em que foi entregue o certificado de filiação à Liga Espírita Pelotense, e, em outubro, às cidades de Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Campo Bom e Montenegro.⁷⁹ Em 1949 esse movimento teria se aprimorado e ganhado contornos mais organizados com o estabelecimento de um roteiro de viagem em etapas sucessivas às cidades de Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, Santa Maria, São Gabriel, Dom Pedrito, Bagé, Jaguarão, Pelotas, Canguçu, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Tapes, Cachoeira do Sul, Novo Hamburgo, Venâncio Aires, São Gerônimo, Arroio dos Ratos, General Câmara, Taquara, Canoas, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Guaíba, Montenegro, Campo Bom e Taquari.⁸⁰

O Relatório da FERGS assim descreve pormenorizadamente a atuação das caravanas e de seus membros no transcurso deste ano:

Estabeleceram (aonde não havia) e reavivaram (aonde estavam fracos) os elos entre a Federação e o interior; tornaram públicos os anseios e propósitos federativos; esclareceram os menos apercebidos; despertaram os adormecidos; estimularam os bons trabalhadores; encaminham providências para o ingresso de várias sociedades no Quadro Federativo; descobriram células novas, algumas tímidas. incentivaram a fundação de outras; nomearam Representantes da Federação; hábil e fraternalmente, ajudaram a solucionar casos locais nas Casas Espíritas; lançaram as bases para fundação de União Espíritas de âmbito municipal; ativaram a propaganda pró “Casa Espírita”; fizeram, através de palestras simples, luz sobre alguns pontos da Doutrina, que estavam sendo mal interpretados; mostraram o dever dos Espíritas e o papel do Espiritismo no mundo, cujo panorama atual conturbado traçaram impressivamente; colocaram em marcha, de forma objetiva, a necessidade da unificação geral dos Espíritas e das Casas Espíritas.⁸¹

Além das diversas questões concernentes à organização do movimento espírita rio-grandense, é interessante observar nas ações das caravanas a inserção da questão da unificação do espiritismo em nível nacional. De fato, como abordaremos no próximo subitem, a FERGS participou ativamente desse processo que animou outras caravanas pelo país com o intuito de difundir esse ideal e angariar a adesão das federações estaduais e demais entidades espíritas.

No mais, um breve olhar sobre os Estatutos da FERGS permite considerar melhor os termos de adesão, o grau de representatividade dos grupos filiados e a estrutura da organização

⁷⁸ A Reencarnação. Ano 16, n. 6. Porto Alegre, mar. 1950, p. 26.

⁷⁹ A Reencarnação. Ano 15, n. 1. Porto Alegre, out. 1948, p. 20-22. A Reencarnação. Ano 14, n. 11. Porto Alegre, ago. 1948, p. 6-10.

⁸⁰ A Reencarnação. Ano 16, n. 6. Porto Alegre, mar. 1950, p. 26.

⁸¹ Ibid., p. 26.

federativa. Nesse sentido, o ingresso como instituição federada passava pelo cumprimento de uma série de exigências, dentre as quais a apresentação de seu Estatuto e do Regulamento Interno, devidamente registrados de acordo com as leis civis; também, a relação dos membros de sua Diretoria e a distribuição de cargos; e, por fim, um cadastro completo dos associados.

Uma vez integrada ao quadro federativo, a entidade deveria se comprometer para o cumprimento das seguintes obrigações:

- a) Amparar a obra da Federação, prestigiando os atos de seus Órgãos dirigentes, e empenhar-se pelo bom êxito das suas iniciativas em qualquer setor, inclusive nas atividades dos Serviços federativos.
- b) Comunicar à Federação, até o início do último trimestre de cada ano, o valor da sua quota de contribuição monetária para o exercício seguinte, de acordo com as suas possibilidades econômicas, contribuição a que não poderá eximir-se.
- c) Cientificar à Secretaria da Federação todas as alterações na sua vida social, tais como: eleição e posse dos seus órgãos diretivos, mudança de sede, de categoria, etc.
- d) Enviar, anualmente, o relatório das suas atividades gerais, inclusive dados estatísticos.
- e) Credenciar um representante junto ao Órgão Administrativo a que venha a pertencer, dentro do determinado nos artigos 11 e 14, letra a).⁸²

Enquanto a adesão às propostas de organização é contemplada pela primeira disposição, a terceira e a quarta estabelecem instrumentos de controle, na medida em que as filiadas deveriam manter a FERGS frequentemente informada de suas atividades. Por sua vez, a última disposição estabelece um canal de representatividade, de modo que o texto estatutário definia como direitos das federadas a manutenção de sua autonomia administrativa e a garantia de participação nas Assembleias Gerais e dos órgãos direcionais da Federação.⁸³

Os referidos órgãos corresponderiam, de acordo com o Estatuto de 1949, aos Conselhos Administrativo, Deliberativo, Federativo e Fiscal, cada qual com competências e finalidades específicas. Comparando-se tais determinações com as do Estatuto de 1942 identifica-se uma mudança importante na organização da entidade, a saber, a criação do Conselho Federativo e a inserção de disposições sobre os Serviços Federativos.

Este Conselho é definido no Artigo 51, do Estatuto de 1949, como “o órgão de representação de todos os sócios federativos, no estudo de problemas de âmbito doutrinário,

⁸² FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Estatuto da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sul Impressora Ltda. 1949. p. 3-4.

⁸³ Ibid., p. 4.

para sua orientação na aplicação prática”, devendo o mesmo zelar pelo cumprimento das seguintes finalidades da Federação:⁸⁴

- c) O estudo do Espiritismo, sob os seus múltiplos aspectos, à luz do Evangelho do Mestre Jesus. [...]
- e) O aperfeiçoamento moral de seus associados e o da Humanidade, pelo combate à ignorância, ao fanatismo, ao vício, ao crime e ao falso espiritismo.
- f) O aprimoramento educacional da infância, da juventude e da mocidade, na Moral Evangélica do Cristo. [...]
- j) O incentivo à formação de entidades espíritas, solidarizando-as com os princípios fundamentais da Doutrina.⁸⁵

Dessa forma, a FERGS procurava integrar as entidades filiadas ao desenvolvimento da ação federativa cujos princípios norteadores eram a difusão, a uniformização e a moralização da prática espírita. É nesse sentido que se inserem os Serviços Federativos enquanto auxiliares dos órgãos de direção na difusão e implementação da proposta concebida pela entidade para a organização do espiritismo no Rio Grande do Sul.⁸⁶

Dentro dessa perspectiva, o Artigo 67 estabelecia a criação de “União Espíritas” nos municípios que possuíssem pelo menos três federadas, constituindo-se em órgãos federativos locais compostos pelas diretorias dessas entidades e auxiliados por representantes da Federação.⁸⁷ Iniciativa que se apresenta como outro indicativo do grau de complexidade que a ação federativa atingira no final da década de 1940, porquanto constituía-se como mais um mecanismo de gerenciamento das perspectivas organizacionais supracitadas.

Não obstante esses elementos indicarem a abrangência da atuação da FERGS e a constituição de uma complexa estrutura administrativa com vistas a organização do movimento espírita, algumas ressalvas devem ser feitas em relação à sua efetiva implementação e funcionamento. Um breve olhar sobre o relatório institucional referente ao ano de 1949 permite-nos conhecer melhor a situação da ação federativa e da própria instituição, evidenciando algumas de suas preocupações e dificuldades.

Um ponto apresentado é a carência de recursos para o prosseguimento da construção de uma sede própria para a FERGS, obra que após a conclusão de seus alicerces teria sido paralisada até a arrecadação de novos fundos para seu financiamento. Segundo o relatório, a ausência de uma instalação própria e capaz de comportar as atividades e serviços federativos

⁸⁴ FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Estatuto da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sul Impressora Ltda. 1949. p. 13-14.

⁸⁵ Ibid., p. 1-2.

⁸⁶ Ibid., p. 17.

⁸⁷ Ibid., p. 17.

colocava-se como uma questão de extrema importância na medida em que afetava o rendimento útil da entidade.⁸⁸

Com efeito, a sede da FERGS então estabelecida na Sociedade Espírita Allan Kardec teria se transferido em abril daquele ano para uma dependência do Instituto Espírita Dias da Cruz, seguindo em julho para a residência do confrade Francisco Spinelli até, enfim, retornar à sede da primeira entidade. Eis o relato dessas dificuldades:

Só essas contínuas mudanças - mesmo que as instalações fossem amplas e adequadas - já acarretariam perturbações sérias no funcionamento da Casa. - Porém - detalhe que desejamos ressaltar - sempre estivemos e continuamos com deficiência de salas e com falta de espaço para o desdobramento das várias atividades federativas, que crescem dia a dia. - A Presidência, a Vice (ultimamente, duas) as tres Secretarias, a tesouraria, os extintos Departamentos, os atuais Serviços Federativos, as Secretarias dos Conselhos, a Direção, Secretaria, Gerência e Expedição da Revista (e anterior "Boletim"), a Direção e Tesouraria da Hora Espírita Radiofônica, a recepção de visitantes e de Dirigentes de Casas Espíritas, enfim, tôdas as atividades vieram se comprimindo em uma única sala (excepcionalmente, em duas, mas, pequenas). - Sem exagêro, podemos afirmar que os vários Diretores, colaboradores e serventuários da Casa, se movendo nesse reduzido espaço, muitas vezes, outra coisa não fizeram do que se atrapalharem e se estorvarem reciprocamente.⁸⁹

A situação financeira da instituição constituía-se como motivo de preocupação para seus dirigentes na medida em que as únicas fontes de receita seriam as doações e a mensalidade dos sócios, o que era prejudicado em função dos atrasos e também dos custos com a produção e distribuição de *A Reencarnação*, além disso, recursos do fundo de construção da nova sede teriam sido redirecionados para suprir carências de outros setores. A fim de reverter esse quadro, algumas medidas foram tomadas, dentre elas a circulação do periódico com um espaço destinado a publicação de anúncios pagos e a retomada das assinaturas, o que não vinha ocorrendo anteriormente, ações que, enfim, teriam contribuído para estabilizar a situação financeira.⁹⁰

Finalmente, além desses pontos, a direção da FERGS manifestava certa insatisfação com a abrangência de sua ação e o número de adesões. Com efeito, mesmo contabilizando 114 entidades federadas, em 1949, considerava-se este número como aquém das expectativas, colocando-se, em contrapartida, a necessidade de angariar novas adesões, assim como a designação de mais representantes em vista da quantidade de instituições espíritas existentes no Rio Grande do Sul.

⁸⁸ *A Reencarnação*. Ano 16, n. 6. Porto Alegre, mar. 1950, p. 16.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 16.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 16.

Sendo a Federação a resultante do conjunto de suas Federadas, claro que sua vitalidade - em todos os sentidos - está na razão direta do número destas. O ser este número, relativamente, pequeno, concretiza deficiência na obra que a todos nós (membros dos tres “Conselhos” da Federação) cabe realizar. Tal deficiência tem sede, de um lado, na natural desconfiança dos Dirigentes e Associados das Casas não Federadas nos propósitos da Federação, consequente do desconhecimento, que têm, do Estatuto desta, de suas finalidades, da obra que já realizou; doutro lado, na fraqueza da propaganda por meio de visitas, por elementos credenciados da Federação, àquelas não Federadas, para colocar em marcha a ideia de que uma corrente como a nossa cresce de solidez com número de seus elos. [...] - Não temos receio em afirmar que se a Federação não aumentar seu quadro coletivo e individual, irá caminhando para a decadência. - Só o enunciado de seu nome deve trazer à mente a idéia da reunião, sob sua bandeira, da maioria (o ideal seria a totalidade) das Casas Espíritas e dos Espíritas fixados no Rio Grande do Sul. - Somente com essa pujança, poderemos lhe dar - sem forçamento de sentido - a denominação complementar de “Casa Mater do Espiritismo no Estado”.⁹¹

Essa percepção pessimista da instituição com relação a sua condição estrutural e o andamento da proposta de organização que coordenava nos conduz a relativizar a eficiência e o êxito de suas ações de modo a refutar a consideração superficial de que as perspectivas identificadas e analisadas ao longo deste subitem tenham se estabelecido de forma plena, assim como a autoridade da FERGS enquanto representação oficial do espiritismo rio-grandense. Pois, como a própria entidade reconhecia, o fator adesão era fundamental para a implementação e consolidação da proposta, o que na prática não se processava satisfatoriamente, tendo em vista a proporção de adesões em relação ao contingente espírita do Estado.

A relutância dos grupos espíritas rio-grandenses em aderir a entidade era atribuída ao desconhecimento de suas propostas o que, por sua vez, atribuía-se a uma deficiência dos mecanismos de comunicação e propaganda. Contudo, dado o caráter normativo, disciplinador e moralizador da ação federativa, podemos aventar a possibilidade de que a mencionada desconfiança estivesse relacionada ao receio dos grupos em relação a perda de sua autonomia e a ingerência da FERGS sobre sua organização interna, práticas rituais e interpretações doutrinárias. Pois como mencionamos anteriormente, o ato de federar-se implicava o alinhamento à instituição e o comprometimento em relação ao cumprimento das resoluções por ela estipuladas, a despeito dos direitos garantidos, incluindo o de representatividade em seu Conselho Deliberativo.

Por sua vez, as referidas dificuldades financeiras e estruturais que se refletiam no rendimento dos serviços federativos evidenciam certa fragilidade institucional, o que nos leva

⁹¹ A Reencarnação. Ano 16. n. 6. Porto Alegre. mar. 1950. p. 20.

a refletir sobre a existência de outras vias para a execução, manutenção e desenvolvimento de suas atividades. Pelos elementos analisados e pelas referências bibliográficas sobre a inserção e ação social do espiritismo, podemos especialmente considerar a relevância da atuação de membros e lideranças vinculadas a FERGS, em razão de suas relações e contatos estabelecidos com outros agentes e instâncias da sociedade.

Mobilizando capitais sociais e simbólicos, contatos profissionais e pessoais, dentro e fora dos meios espíritas, esses indivíduos seriam capazes de contribuir para a reunião de recursos materiais e financeiros, mediar situações de tensão e embate, como por exemplo, nos casos de ações jurídicas e policiais envolvendo adeptos e instituições espíritas, assim como divergências internas, e, finalmente, angariar o apoio e a adesão às propostas institucionais. Nos limites desse estudo, limitar-nos-emos a aventar essa possibilidade para o caso da atuação da FERGS no Rio Grande do Sul, ressaltando, porém, o potencial de investigação que essas relações comportam para uma melhor compreensão acerca da organização institucional e da inserção do espiritismo na sociedade.

Enfim, não obstante as dificuldades e limitações acima referidas, as ações da FERGS e o crescimento de adesões à entidade ao longo do período apontam para o desenvolvimento e projeção de sua proposta de organização para o movimento espírita. Nesse sentido, é preciso considerar que o incremento deste sistema e a consolidação da entidade na direção do movimento espírita rio-grandense articulavam-se a um contexto mais amplo, qual seja, o das discussões e debates em torno da unificação do espiritismo em nível nacional.

2.2.2 A FERGS e a unificação do espiritismo no Brasil

Ao se intensificarem ao longo da década de 1940, os debates em torno da organização institucional do espiritismo no Brasil repercutiram também no Rio Grande do Sul onde a FERGS procurava implementar uma proposta semelhante. Há, nesse sentido, um elemento importante a ser considerado no processo de legitimação da entidade, a saber, o capital simbólico adquirido a partir de sua atuação na unificação do movimento espírita brasileiro.

Com efeito, ambos os processos encontravam-se intrinsecamente relacionados, compartilhando motivações, objetivos e iniciativas comuns. Pois, como foi exposto no primeiro capítulo deste estudo, ao longo da primeira metade do século XX diversas propostas e estratégias de ação foram discutidas e difundidas a partir do centro do país por instituições que

concebiam a unificação institucional, doutrinária e ritual como vias para a consolidação do espiritismo no país.

De acordo com Miguel (2007), enquanto as propostas se polarizavam entre agremiações organizadas com esse intuito no Rio de Janeiro (caso da FEB e da LEB), o movimento espírita procurava se articular nos demais Estados brasileiros. Assim, algumas instituições estaduais concentraram seus esforços na reunião e orientação dos grupos espíritas em torno de princípios comuns a fim de lidar com as oposições e injunções externas e, assim, conquistar uma maior estabilidade para sua atuação.

Fortalecendo-se, essas entidades promoveram a realização de congressos estaduais nos quais, além das questões de organização em âmbito estadual, dedicaram-se a discussão da unificação nacional. As primeiras foram a UEM e a FERGS que realizaram seus congressos em 1944 e 1945 respectivamente, colocando-se como os Estados, além do Rio de Janeiro, onde o espiritismo encontrava-se mais bem articulado. A esses somava-se São Paulo onde, em 1946, surgiu a USE, a partir da fusão entre quatro outras entidades agremiadoras, organizando seu congresso no ano seguinte (MIGUEL, 2007, p. 61).

Tendo em vista que a unificação do movimento espírita brasileiro foi abordada com profundidade no primeiro capítulo deste estudo, concentrar-se-á a partir de agora exclusivamente na participação da FERGS neste processo. Embora o tema da unificação tenha sido uma questão discutida no seio da entidade desde a década de 1930, sobretudo em função das oposições ao espiritismo, é, a partir da realização do congresso espírita rio-grandense que ela assumiu maior proeminência nas preocupações e ações da instituição.

Em artigo publicado na edição de fevereiro de 1946, em *A Reencarnação*, ressaltava a necessidade de “reunir num só núcleo, pela harmonia e pelo entendimento, todos os núcleos espíritas” considerando que “tal empreendimento, tão proveitoso trabalho de organização se faz mister e, (porque não dizer?) urgente.”⁹² Em outras palavras, através de termos apaziguadores ressaltava-se a premência da organização espírita e, para o alcance desse intento, a necessidade de serem contornadas as divergências que existiriam entre os grupos espíritas.

É nesse sentido que Miguel (2007) destaca o papel de mediação que a FERGS e seus representantes passaram a desempenhar nesse contexto, notadamente entre a FEB e as demais entidades federativas estaduais. Essa atuação se intensificou quando, em 1948, a USE lançou a proposta de realização de um congresso nacional com o intuito de resolver o impasse em torno da unificação do espiritismo. A proposta, bem recebida por várias federações estaduais e demais

⁹² A Reencarnação. Ano 12. n. 5. Porto Alegre. fev. 1946. p. 1-2.

instituições espíritas de proeminência, não foi, porém, bem acolhida pela FEB que, embora não o desaprovasse, recusou o convite de presidi-lo.

A FERGS, nesse sentido, teria buscado mediar a questão, apelando para que a USE se filiasse àquela entidade e que esta, por sua vez, aceitasse participar do congresso. Miguel (2007) cita a atuação de Roberto Pedro Michelena, presidente da FERGS em 1948, que em relatório sobre o movimento unificacionista, ressaltava a necessidade de consolidar essa iniciativa, na mesma medida em que defendia o papel da FEB e traçava os principais aspectos desse sistema organizativo, os quais anteviam as disposições do “Pacto Áureo”.

De acordo com o referido relatório, a entidade admitia que o vigente sistema de filiação a FEB não corresponderia mais “às reais e crescentes necessidades do Espiritismo Nacional”. Tornando-se, assim, imperativa uma reorganização com a criação de um órgão confederativo no Rio de Janeiro, no qual estariam efetivamente representadas as entidades federativas estaduais por delegados que deliberariam as questões por maioria de votos.⁹³

Afirmava-se que a FERGS dedicava-se naquele momento à conciliação entre a FEB, a USE e as demais federativas em favor dessa proposta que se efetivaria da seguinte forma:

Ela consistiria possivelmente na transformação do atual “CONSELHO DE ASSOCIAÇÕES FEDERADAS DO DISTRITO FEDERAL” no pretendido CONSELHO FEDERATIVO NACIONAL, suscetível de funcionar na própria FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA, dirigido pelo Presidente desta e constituído de Delegados, todos “pessoal gratae” da CASA MATER. Êste Conselho usufruiria facilidades de instalação e funcionamento de correntes de providencial preexistência da FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA, em cuja administração interna não se envolveria. Ao Conselho Federativo Nacional, caberiam apenas a representação política do Espiritismo e a escolha de diretrizes eminentemente evolutivas. Esta ou outra modalidade confederativa deverá ser escolhida num Congresso Nacional a ser realizado em julho próximo com a participação exclusiva dos Delegados das federações Estaduais e com o objetivo restrito de debater este problema.⁹⁴

Este documento deixa claro o quanto a entidade estava envolvida com a unificação espírita nacional, propondo inclusive um plano de ação às representações do Rio de Janeiro, São Paulo e demais Estados. De acordo com Miguel (2007, p. 65), “toda proposta conciliatória da FERGS visava operar uma transição de um modelo federativo fraco, sem espaço suficiente para as representações estaduais, para uma nova organização mais integradora, porém sem efetuar uma ruptura com o poder superior da FEB”.

⁹³A Reencarnação. Ano 14. n. 5. Porto Alegre. fev. 1945. p. 21-22.

⁹⁴Ibid., p. 21-22.

Nos meses seguintes, a FERGS continuou a abordar a questão da unificação, noticiando os preparativos para o congresso nacional na mesma medida em que reiterava seu apoio a FEB e apelava para sua participação. Finalmente, entre os dias 31 de outubro e 3 de novembro, realizou-se na cidade de São Paulo, o Congresso Brasileiro de Unificação Espírita do qual teriam participado delegações e representantes de 14 Estados onde o movimento espírita encontrava-se organizado.⁹⁵

Os debates e deliberações acerca da unificação institucional desenvolveram-se a partir das teses apresentadas pelas federativas do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, a partir das quais foi traçado um plano de ação cuja execução ficou ao encargo da FERGS. Suas atribuições podem ser consideradas a partir de um manifesto que foi divulgado em todo o país, contendo os princípios de organização concebidos no congresso:

Ficou deliberado que a FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL, com seu passado de marcantes realizações e como mandatária, coordenasse a Unificação da Família Espírita Brasileira, dentro de normas básicas, traçadas e aprovadas em plenário: I – Promoverá entendimentos com as entidades federativas dos Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, no sentido de concertar a forma direcional do Espiritismo; II – Que esses entendimentos sejam feitos em torno de organização federativa existente, que se adapte como entidade confederativa ou federativa de âmbito nacional; III – Que a entidade existente, voltada (sic) ao item anterior, se conserve autônoma quanto à parte social e patrimonial próprios; IV – Que as Uniões ou Federações estaduais elejam seus representantes, um por Estado, Distrito Federal e Território -, para a formação de um Conselho Confederativo ou Federativo Nacional, com sede na Capital da República e mandato de cinco anos; V – Que esse Conselho seja presidido pelo Presidente da entidade federativa que adotar o caráter definido no item II, regularmente e dirija o Espiritismo Unificado.⁹⁶

A nomeação da FERGS para dirigir esse movimento partia do reconhecimento de sua bem-sucedida atuação em favor da organização do espiritismo rio-grandense, bem como do papel de mediação que vinha desempenhando entre as agremiações espíritas. Além disso, a entidade tivera uma participação direta nas discussões do congresso, apresentando uma tese que possivelmente reafirmou as perspectivas do relatório que divulgara meses antes.

Enfim, estabelecidas essas diretrizes, a unificação do movimento espírita concretizar-se-ia na medida em que a proposta fosse plena e efetivamente assimilada pelas representações estaduais. Tarefa que a FERGS deveria desempenhar informando suas ações e conclusões aos participantes do congresso e, finalmente, no prazo de um ano, propor a realização de um novo

⁹⁵ Tratavam-se dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Mato Grosso e Pernambuco. A Reencarnação. Ano 15. n. 2-3. Porto Alegre. nov. dez. 1948. p. 18.

⁹⁶ Ibid., p. 22.

encontro com o objetivo de definir a composição do referido conselho e regulamentar o funcionamento da entidade dirigente de âmbito nacional.⁹⁷

A FEB que, como tratamos anteriormente, não participou congresso alegando estar concentrada em atividades igualmente relevantes, o serviço assistencial e a difusão do livro espírita, não recebeu positivamente suas deliberações. Miguel (2007) entende que as razões da FEB em não aderir ao movimento unificacionista partiam de sua recusa em aceitar qualquer tipo de organização que minimizasse a autoridade e o controle dos quais ela já se julgava investida.

A defesa da FEB por instituições que lhe eram favoráveis, bem como a postura de abstenção ao debate, com base na reivindicação de sua legitimidade, atuariam como instrumentos de pressão dentro do movimento espírita. Em seus artigos em *O Reformador*, ela reforçaria essa postura com críticas às propostas em discussão, qualificando-as como inimigas, arbitrárias e separatistas. Aversa a proposta, a FEB ainda declarou desligadas de seu quadro federativo as entidades que participaram do congresso de 1948 (MIGUEL, 2007, p. 76-77).

Esse teria sido o contexto que antecedeu o 2º Congresso Espírita Pan-Americano, realizado entre os dias 3 e 12 de outubro de 1949, no Rio de Janeiro, promovido pela CEPA e pela LEB. Embora não tivesse como objetivo principal tratar da unificação espírita brasileira, de acordo com Miguel (2007), às vésperas de sua realização teria havido uma intensa articulação entre as entidades federativas, incluindo a FEB, com o intuito de se chegar a uma solução em relação a questão.

A pressão pela concretização de medidas unificacionistas teria conduzido a FEB a se definir pela realização de um acordo que instituiria o Conselho Federativo Nacional. Mas só o teria aceitado na medida em que o apoio das federativas estaduais a sua proposta garantisse a preservação de sua autoridade frente a todas as demais. O resultado desse consenso, articulado a partir das relações e mediações entre as lideranças espíritas, foi a consagração da unificação com a assinatura do “Pacto Áureo”, em 05 de outubro de 1949.

Definido em uma reunião reservada, o acordo, embora bem recebido por muitos espíritas que desejavam a unificação do espiritismo no Brasil, não foi de consenso geral e recebeu muitas críticas, especialmente em função dos amplos poderes que a FEB adquiriu a partir de suas resoluções. Esse descontentamento também rendeu críticas à própria FERGS, por sua complacência em relação à instituição.⁹⁸

⁹⁷ A Reencarnação. Ano 15, n. 2-3. Porto Alegre. nov. dez. 1948, p. 21-22.

⁹⁸ Miguel (2007) cita como expressões de reprovação dentro da FERGS os nomes João Pompílio Almeida Filho, Rodolpho L. de Mello, Enapino Borges de Andrade e José Simões de Mattos, elementos de destaque no movimento

Apesar disso, no período que se seguiu a sua assinatura, a FEB buscou articular-se com as federativas estaduais com vistas a implementar a unificação, definindo conjuntamente os instrumentos e ações necessários à organização do movimento espírita. Esse foi o caso das Caravanas da Fraternidade, que já atuavam às vésperas do acordo com tal objetivo, dedicando-se a partir de então a conquistar a adesão ao pacto, e, nas regiões Norte e Nordeste do país, a estimular a organização de federativas (MIGUEL, 2007, p. 86).

Considerando as principais iniciativas da FERGS ao longo das décadas de 1930 e 1940 é possível identificar o desenvolvimento de uma ampla proposta de organização para o movimento espírita baseada na normatização doutrinária, ritual e institucional dos grupos espíritas. Com efeito, a própria fundação da entidade resultara da constatação das lideranças espíritas de que a heterogeneidade do espiritismo nas primeiras décadas do século XX era um fator de instabilidade que ameaçava sua consolidação na sociedade rio-grandense.

Daí os esforços para a criação de uma agremiação que se encarregasse da complexa tarefa de reunir e orientar os grupos, centros e sociedades espíritas que se encontravam dispersos no Rio Grande do Sul. Incumbida desta tarefa, a FERGS então passou a operar de diversas formas no meio espírita, sendo uma delas através da atuação de representantes autorizados e encarregados de difundir, implementar e fiscalizar a execução de suas perspectivas.

Igualmente, por meio da divulgação de publicações de orientação e o uso intensivo da imprensa, que se constituiu como um importante meio de comunicação e propaganda. E, finalmente, através da realização de conferências públicas, caravanas e de grandes eventos que almejavam congregar os grupos espíritas, reafirmando os princípios federativos para as entidades filiadas e destacando os benefícios da adesão para as demais.

Através desses meios, a FERGS se apresentava como uma instância de representação capaz de resguardar o espiritismo e seus praticantes dos constrangimentos legais e das oposições advindas, sobretudo, dos campos médico e religioso. E, igualmente, da ação repressiva do Estado durante a vigência de um regime autoritário que cerceava a liberdade de expressão e reprimia quaisquer manifestações de oposição.

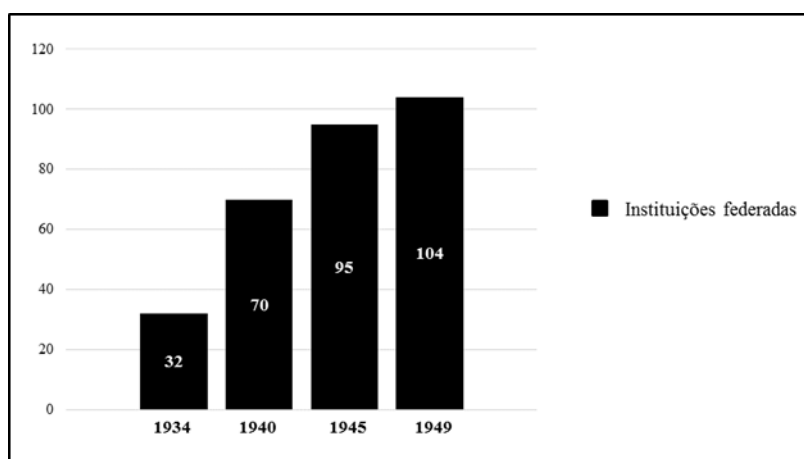
Isso seria possível em função do caráter uniformizador da ação federativa que, incidindo sobre as práticas espíritas, contribuiria para atenuar as oposições da medicina e do catolicismo.

espírita rio-grandense que, mesmo tendo militado em torno da causa unificacionista, criticaram os amplos poderes que foram concedidos à FEB pelo Pacto. MIGUEL, Sinuê Neckel. *Espiritismo unificado: Movimento espírita brasileiro e suas relações com o Estado (1937-1951)*. 2007. 110 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p. 83-84.

Igualmente, do incentivo ao desenvolvimento de ações sociais que obteriam o reconhecimento e o apoio dos poderes públicos. E, por fim, da estratégica aproximação ideológica com o regime varguista a partir de um pretenso discurso de neutralidade político-partidária que preveniria o espiritismo e seus praticantes de possíveis perseguições.

Diante desses elementos, é possível conjecturar que uma das principais motivações para o expressivo número de adesões à FERGS no período abordado tenha sido o reconhecimento da estabilidade que a entidade proporcionaria à atuação dos grupos espíritas. Afinal, sua proposta de organização considerava não apenas questões internas, mas também o relacionamento do espiritismo com outros agentes sociais. O seguinte gráfico sintetiza a evolução de seu quadro federativo no período analisado ao longo deste capítulo.

Gráfico 1 – Evolução do quadro federativo da FERGS (1934-1949)



Elaborado pelo autor com base em: A Reencarnação. Ano 6. n. 5. Porto Alegre. fev. 1940. p. 11-12. A Reencarnação. Ano 6. n. 10. Porto Alegre. jul. 1940. p. 12. A Reencarnação. Ano 12. n. 3. Porto Alegre. dez. 1945. p. 13. A Reencarnação. Ano 15. n. 4. Porto Alegre. jan. 1949. A Reencarnação. Ano 15. n. 8-9. Porto Alegre. mai. e jun. 1949. p. 19.

Dentro e fora do meio espírita, sua legitimidade enquanto representação estadual do espiritismo dependia do reconhecimento desses atributos e da eficácia de suas ações. Assim, a instituição recorreu a um constante exercício de autopromoção perante esses agentes e os grupos espíritas. Igualmente, à mobilização do capital simbólico advindo do reconhecimento da FEB que, ao se consagrar como entidade máxima do espiritismo no Brasil, em 1949, oficializou a FERGS como sua representante no Rio Grande do Sul.

Enfim, ao articular as necessidades internas às injunções externas ao meio espírita, a organização federativa conduzida pela FERGS se apresentava, ao final da década de 1940,

como uma via de consolidação para o espiritismo na sociedade rio-grandense. Analisar o desenvolvimento dessa proposta e sua contribuição para a difusão do espiritismo, considerando as repercussões da unificação espírita e a conjuntura sociopolítica brasileira na década de 1950, são os objetivos dos próximos capítulos.

3. A AÇÃO SOCIAL ESPÍRITA

Neste capítulo, com base nos artigos veiculados em *A Reencarnação*, aborda-se a condução da organização do movimento espírita rio-grandense ao longo da década de 1950. A análise concentra-se na incorporação de preocupações de cunho social que se evidenciam como expoentes da atuação da FERGS neste período, expressas por discursos e iniciativas referentes à educação, à evangelização e à assistência social, articuladas dentro da perspectiva de uma “Ação Social Espírita”. Nesse sentido, consideram-se as percepções do espiritismo acerca da sociedade brasileira a partir de representações sociais atreladas ao sistema de crenças espíritas.

3.1 Educar e evangelizar as novas gerações

Como assinalado no segundo capítulo, as ações da FERGS visando a organização do movimento espírita, ao longo das décadas de 1930 e 1940, contemplaram investimentos em diversas obras de caráter assistencial promovidas por instituições espíritas da capital e do interior do Estado. Dentro dessa perspectiva, a estruturação de departamentos voltados à assistência médica e educacional aliou-se também ao esforço institucional em favor de evangelização da infância e da juventude.

Este último aspecto foi o que mais se desenvolveu no final deste período, especialmente em função da articulação das Juventudes Espíritas no Estado e da organização de três Serviços Federativos “visando o aprimoramento educacional da infância, da juventude e da mocidade na Moral Evangélica do CRISTO”.⁹⁹ Essa iniciativa foi uma forma de desenvolver o movimento de evangelização e de revitalizar o esforço educacional frente ao insucesso do Departamento de Educação e Cultura, suprimido em meados de 1949, de modo que a partir desse momento a questão educacional tornou-se uma das prioridades da entidade.

O Relatório institucional referente a este ano, além de informar a organização e atuação desses novos serviços, bem como de cursos para a preparação de evangelizadores, informa que a FERGS designara um grupo de trabalho para a estruturação dessas atividades e de um regulamento com “programas detalhados para as várias faixas de idade”. Reitera ainda que “em

⁹⁹ Tratavam-se dos Serviços de Evangelização e Orientação da Mocidade, da Juventude e da Infância. O destaque é da própria fonte. *A Reencarnação*. Ano 16. n. 6. Porto Alegre. mar. 1950. p. 23.

1950, o esforço principal da Federação terá que ser feito no setor educativo e, com tanto afínco, como se trabalhou para o objetivo de 1949 - a Unificação”.¹⁰⁰

Os primeiros reflexos desse projeto podem ser observados em *A Reencarnação* na edição de abril/maio de 1950, com a divulgação da 1ª Convenção dos Evangelizadores da Infância, a ser realizada nos dias 13 e 14 de maio, em Porto Alegre. O evento, que inauguraria a “Campanha da Educação” da FERGS, almejava promover o estudo e o debate acerca do aprimoramento educacional da infância via evangelização.

Afirma-se que a iniciativa teria partido justamente da necessidade de desenvolvimento das ações anteriores, considerando que a “Educação - no sentido de aprimoramento de caracteres à luz do Evangelho do CRISTO - já vivia nos anseios mais legítimos dos obreiros ligados à direção da Casa”.¹⁰¹ Essa compreensão de educação é reforçada por uma citação de Emílio Manso Vieira, espírita de São Paulo, que expressaria os ideais desse movimento:

Impulsionar o progresso é aparelhar indivíduos aos setores de atividades da vida, e isso só será conseguido através da Educação. [...] Somente pela Educação poderá haver uma confraternização perfeita na face da Terra! É necessário que os espíritas se unam em torno do magno problema que os afeta, e, este, outro não é que a Educação nos moldes da pedagogia ensinada por JESUS! Si as diversas escolas do Mundo têm fracassado, apresentando uma Educação deficiente, cumpre aos espíritas iniciarem um novo sistema educacional, estabelecendo a escola viva para a reeducação dos espíritos que se reencarnam!¹⁰²

Através desses termos, evidencia-se o caráter evangélico atribuído à ação educacional pelo movimento espírita, de modo que a mesma corresponderia antes à instrução moral e religiosa do que ao ensino formal, ainda que, como veremos mais adiante, este seja contemplado em suas preocupações assistenciais. As conclusões das conferências e debates que constituíram o evento colocavam-se nesse sentido, dentre elas, a proposta de criação de uma “Legião Espírita de Proteção à Infância”, com o intuito de auxiliar a campanha de evangelização no Estado.

Também seu incentivo nos grupos familiares mediante o estudo da obra de Allan Kardec, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, “visando a transformação moral do ambiente em que vive a criança, o que, sem dúvida, concorrerá decisivamente para a melhoria social”. E, finalmente, a aprovação do regulamento do Serviço de Evangelização e Orientação das

¹⁰⁰ A Reencarnação. Ano 16. n. 6. Porto Alegre. mar. 1950. p. 25.

¹⁰¹ A Reencarnação. Ano 16. n. 7-8. Porto Alegre. abr. mai. 1950. p. 1.

¹⁰² Ibid., p. 1.

Gerações Novas (SEOGN) e de um programa elaborado pela FERGS com vistas a orientar de maneira mais eficaz a ação do setor responsável pela infância.¹⁰³

A importância que essas perspectivas assumiram para a FERGS neste período tornam-se ainda mais evidentes com a realização do 2º Congresso Espírita do Rio Grande do Sul, entre os dias 3 e 7 de outubro de 1951, na cidade de Porto Alegre. Tendo por divisa o par “Educação-Redenção”, o evento contou com a participação de 150 entidades coletivas e cerca de 1200 congressistas¹⁰⁴ da capital e do interior do Estado, além de representantes da FEB e das federações do Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal e Bahia.¹⁰⁵

A edição especial de *A Reencarnação*, relativa aos meses de setembro a dezembro de 1951, apresenta um relato minucioso da organização e desenvolvimento deste evento que:

[...] deveria encarar as várias facetas do nosso labor no porvir, sob o tríplice aspecto - doutrina, educação, assistência social - para que o Espiritismo no Rio Grande do Sul vivesse com realidade as necessidades do momento, vindo ao encontro dos cruciais anseios das criaturas sofredoras, necessitadas de amparo aos seus espíritos conturbados, como aos seus corpos maltratados pelas enfermidades ou abatidos pela penúria.¹⁰⁶

Tendo em vista esses objetivos, além de visitas às entidades espíritas da capital, envolvidas na promoção de atividades assistenciais, o congresso constituiu-se de uma série de conferências em que foram apresentadas 8 teses oficiais e 3 não-oficiais por grupos e lideranças do movimento espírita rio-grandense.¹⁰⁷ Enquanto 5 das comunicações dedicaram-se a assuntos concernentes às questões doutrinárias, rituais e de organização institucional, 8 dissertaram e apresentaram propostas relativas à evangelização, educação e assistência social.

Apesar da impossibilidade de acessar esses textos na íntegra, podemos conhecer algumas de suas principais ideias e conclusões a partir do relato do evento, o que nos permitirá considerar as percepções e motivações do movimento espírita em relação a essas questões. Iniciemos pela tese “Educação evangélica da criança”, de autoria de Alba Saucedo, Cecília Rocha, Dinah Fagundes e Hélio Burmeister, que defendia a evangelização como a base para

¹⁰³ A Reencarnação. Ano 16. n. 9. Porto Alegre. jun. 1950. p. 4-5.

¹⁰⁴ A Reencarnação. Ano 17. n. 8-9-10-11. Porto Alegre. set. out. nov. dez. 1951. p. 4-5.

¹⁰⁵ Ibid., p. 4 e 7.

¹⁰⁶ Ibid., p. 1.

¹⁰⁷ Entre os dias 3 e 7 de outubro, distribuídas entre 8 sessões plenárias, foram proferidas e debatidas as seguintes teses oficiais: “Educação evangélica da criança”, “Evangelização dos lares”, “Educação evangélica da juventude”, “Moderna organização de uma sociedade espírita”, “Doutrina espírita”, “Assistência à juventude e a mocidade desajustada”, “Assistência aos psicopatas” e “Assistência às mães e à infância socialmente abandonadas”. E as teses não-oficiais: “Espiritismo-Religião”, “Orientação popular no campo da prática espírita” e “Exercício da atividade espírita”. Ibid., p. 7-9.

um sistema educativo integral. Sua ênfase estaria na infância, considerada o período “mais propício à sementeira evangélica”, a qual desempenharia um papel decisivo “na formação de uma sociedade mais espiritualizada, num porvir de compreensão e de paz”.¹⁰⁸

Perspectivas que foram desenvolvidas na tese seguinte, intitulada “Evangelificação dos lares”, de autoria do mesmo grupo, através das seguintes proposições:

- O desequilíbrio social reinante nos tempos presentes provém da carência de uma educação mais espiritualizada;
- A Educação Evangélica, à luz da Terceira Revelação, será a base da organização social do futuro;
- Os processos educativos terão de sofrer a influência substancial do Evangelho de Cristo;
- A Evangelificação dos Lares torna-se imprescindível para uma organização social em que predominem a paz e a felicidade, visto ser a família a célula máter da Sociedade;
- Na obra evangelizadora dos lares, constituirão órgãos de execução, por excelência, as Sociedades Espíritas;
- Ante a complexidade do trabalho de Educação Evangélica dos Lares, urge a organização de um Serviço Especializado, a fim de estimular e coordenar as atividades desse movimento evangelizador;¹⁰⁹

Essas ideias reforçam a compreensão do movimento espírita acerca da educação em moldes evangélicos como via para o aprimoramento moral e, por conseguinte, o estabelecimento de uma nova organização social. Perspectiva que de forma abrangente deveria influenciar “todos os campos da educação planetária modificando substancialmente, as concepções comuns da psicologia humana, possibilitando novos rumos à ciência, iluminando a pedagogia, transformando, enfim, a sociedade atual corrompida por suas falhas, em uma sociedade de homens divinizados”.¹¹⁰

Em suma, almejava-se a implementação de uma ação educacional espiritualizada, fundamentada nos ideais cristãos segundo o espiritismo, e dirigida primeiramente à infância, considerada o estágio de desenvolvimento humano mais propício para a assimilação dessas concepções. Por fim, as instituições espíritas estariam incumbidas de sua execução através da criação de instrumentos para a promoção da evangelização nesses espaços e, especialmente, nos núcleos familiares considerados a base da sociedade.

Complementado esse projeto, a tese “Educação evangélica da juventude”, de autoria de Roberto Pedro Michelena, abordava questões relativas a evangelização juvenil, considerando inicialmente as dificuldades em relação ao trabalho com a infância. Em linhas gerais,

¹⁰⁸ A Reencarnação. Ano 17. n. 8-9-10-11. Porto Alegre. set. out. nov. dez. 1951. p. 7.

¹⁰⁹ Ibid., p. 7.

¹¹⁰ Ibid., p. 7.

enfaticava-se a necessidade de atenção também a esse público, com instrumentos de ação semelhantes, o que a própria FERGS já procurava implementar com seus serviços de evangelização e orientação.¹¹¹

Compreensão que é reforçada pela tese “Assistência a juventude e a mocidade desajustadas”, de autoria de Rodolfo Lemos de Melo, em que se atribui ao “desajustamento juvenil” causas econômicas, sociais e espirituais, dentre elas “fome, miséria física e moral, decadência política, tropelias policiais, etc.”.¹¹² A solução para o problema estaria numa “profilaxia de saneamento” expressa pelo desenvolvimento dos referidos serviços, bem como pela evangelização dos lares. A consciência desses fatores como agravantes dos desvios na infância e na juventude e, ao mesmo tempo, como consequências do atraso moral e espiritual da sociedade evidenciaria também a necessidade de ações de caráter assistencial.

Essa é a perspectiva da tese “Assistência às mães e a infância socialmente abandonadas”, com autoria de João Pompílio de Almeida Filho, que apresenta uma reflexão com base nas ações desenvolvidas pelo Instituto Espírita Dias da Cruz, em Porto Alegre. Elegendo como público-alvo mães e crianças, expunha algumas coordenadas para ações concretas a serem desenvolvidas pelo movimento espírita sob direção da FERGS.

I - Não é mais possível adiar a adoção de medidas de socorro ao infortúnio das mães e das crianças.

II - Os processos a observar não devem limitar-se aos cuidados ao corpo, mas têm necessariamente, enveredar pelos rumos da educação em todos os aspectos, da instrução, do encaminhamento para atividades úteis.

III - Assuntos da natureza dos abordados na presente tese não comportam soluções sob domínio da improvisação cumprindo aos órgãos diretores das instituições estudados com técnica, amparando seus esforços em princípios de ordem social e científica.

IV - A ação das obras assistenciais afastar-se-á do cunho de caridade material a mendigos, evitando-se nos ambientes de socorro fraternal os títulos de asilos, orfanatos, recolhimentos, mas, ao invés disso adotar-se-ão as designações de CASA ou LAR.

V - A Federação Espírita do Rio Grande do Sul, em futura reunião das entidades que a integram, estudará um planejamento da distribuição das atividades dos espíritas, no domínio das realizações pelo bem estar da coletividade necessitada, sem distinções de sexos, de raças, de nacionalidades, de posições sociais, de credos religiosos ou políticos.¹¹³

De maneira análoga, a tese “Assistência aos psicopatas”, com autoria de Paulo Hecker e Conrado Ferrai, discorre sobre as ações modelares do Hospital Espírita de Porto Alegre no âmbito da saúde mental. De modo geral, o texto, que excepcionalmente foi possível acessar na

¹¹¹ A Reencarnação. Ano 17. n. 8-9-10-11. Porto Alegre. set. out. nov. dez. 1951. p. 7.

¹¹² Ibid., p. 9.

¹¹³ Ibid., p. 9.

íntegra, apresenta reflexões acerca dos métodos de cura concebidos pelo espiritismo para o tratamento dos doentes mentais e sua eficiência na ressocialização dos mesmos, concluindo com a apresentação de um plano de metas para o desenvolvimento desses serviços.¹¹⁴

Enfim, comparando suas pautas e discussões com as de seu predecessor, este segundo congresso evidencia novas preocupações para o movimento espírita e, por conseguinte, para a FERGS enquanto sua representante estadual. De fato, ainda que a normatização dos grupos espíritas e a consolidação da organização federativa se colocassem como questões importantes, ao longo da década de 1950 encontraremos também investimentos visando a difusão do espiritismo através da evangelização da infância e da juventude, bem como o aprimoramento de sua intervenção no espaço social através do incentivo de ações assistenciais.

Analizando os artigos e relatórios institucionais publicados em *A Reencarnação* ao longo deste período, é possível identificar a estruturação dos instrumentos de gerenciamento e difusão dessas perspectivas. De acordo com o Relatório de 1952, naquele ano estes concentravam-se no SEOGN da FERGS, o qual era composto pelo Setores da Infância, da Juventude e Mocidade e pelo Centro de Preparação de Evangelizadores (CPE).¹¹⁵

Mais desenvolvido, o primeiro setor dedicara-se a execução de um programa composto por: visitas às entidades federadas da capital; levantamento estatístico das aulas de evangelização da infância; diálogo com as entidades do interior do Estado; e divulgação através da imprensa e de festas de confraternização. O levantamento registrou a existência de 30 cursos de evangelização infantil com um total de 49 evangelizadores e 13 cursos para a juventude sem um número definido de evangelizadores. Números baixos, se considerarmos o total de 149 entidades filiadas à FERGS neste período, além do significativo número de grupos independentes que existiriam no Estado.¹¹⁶

A atividade do segundo setor era a mais incipiente, tendo se resumido ao estabelecimento de um programa para posterior desenvolvimento do trabalho com a juventude. A elaboração desse plano partiu do CPE que além de fomentar a capacitação de professores através de um curso de periodicidade anual e circunscrito aos grupos espíritas de Porto Alegre, também definiu diretrizes para o trabalho com a infância através de modalidades específicas segundo a faixa etária.¹¹⁷

¹¹⁴ FERRARI, Conrado; HECKER, Paulo. Assistência aos psicopatas. Tese apresentada ao II Congresso Espírita do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1951. 18 p. Acervo da Federação Espírita do Rio Grande do Sul.

¹¹⁵ *A Reencarnação*. Ano 17. n. 19-20. Porto Alegre. mar. abr. 1953. p. 32-34.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 33-35.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 33-34.

Em 1955, esse movimento recebeu maior impulso com a realização do 1º Curso Intensivo de Preparação de Evangelizadores, entre os dias 14 e 24 de julho, em Porto Alegre. Organizado pelo SEOGN da FERGS, o evento tinha como principais objetivos:

- 1º) Levar o Evangelizador a sentir a magnitude do trabalho evangélico junto à infância e à juventude.
- 2º) Proporcionar-lhe os conhecimentos técnicos e doutrinários indispensáveis à tarefa de educar a criança e o jovem.
- 3º) Fornecer-lhe instruções necessárias à organização, nas Casas Espíritas, de núcleos de evangelização de acordo com as normas preconizadas pela F.E.R.G.S., através das Secretarias da Infância e da Juventude.
- 4º) Intensificar as relações com os companheiros do interior do Estado afim de conseguir a unidade de trabalho, imprescindível à harmonia e segurança do empreendimento.¹¹⁸

Através de um amplo programa de atividades, o curso tencionava proporcionar aos 60 evangelizadores inscritos¹¹⁹ “conhecimentos gerais da finalidade da Educação à luz do Espiritismo, fornecendo-lhes também noções gerais de psicologia da infância e da adolescência, e recursos para o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho utilizadas no ensino evangélico doutrinário”.¹²⁰ Deste modo, almejava-se fomentar o movimento evangelizador no Estado dentro de determinadas diretrizes, o que nos leva a identificar tais iniciativas como mais um investimento da FERGS visando à normatização da ação dos grupos espíritas rio-grandenses.

Frente ao sucesso da iniciativa, o curso intensivo veio a integrar o programa de atividades do CPE, passando a ser ministrado anualmente nos mesmos moldes. Assim, junto das ações de propaganda, das visitas e do curso extensivo, pretendia-se não apenas a capacitação de professores, mas também o incentivo à organização de aulas de evangelização permanentes, sobretudo nos grupos espíritas interioranos.

Os investimentos nesse setor prosseguiram, abarcando inclusive a estrutura do SEOGN que foi gradualmente aprimorada estando em 1956 organizada em um Órgão de Supervisão, sob responsabilidade do 1º vice-presidente da FERGS; pelos Órgãos de Orientação, compostos pelas Diretorias da Infância e da Juventude e CPE, este responsável pelos cursos anual e intensivo; e, finalmente, pelos Órgãos de Execução, as entidades espíritas federadas, responsáveis pela implementação e gestão de cursos de evangelização.¹²¹

¹¹⁸ A Reencarnação. Ano 20. n. 8-9. Porto Alegre. mai. jun. 1955. p. 1.

¹¹⁹ A Reencarnação. Ano 20. n. 10-11. Porto Alegre. jul. ago. 1955. p. 14.

¹²⁰ A Reencarnação. Ano 20. n. 8-9. Porto Alegre. mai. jun. 1955. p. 1.

¹²¹ A Reencarnação. Ano 23. n. 6. Porto Alegre. mar. 1957. p. 23.

A partir deste ano, as ações e as propostas do movimento evangelizador passaram a ser difundidas também através das Concentrações Espíritas Regionais, iniciativa oriunda do congresso de 1951, e das Caravanas da Fraternidade que atuavam no Estado visando a integração do movimento espírita. Em *A Reencarnação*, encontramos várias publicações versando sobre a ação educacional com ênfase sobre sua importância para instituições, trabalhadores e famílias espíritas de modo a conquistar sua adesão.

É o caso do artigo “O Espiritismo e a educação da infância”, publicado em agosto de 1952, o qual disserta sobre o papel do espiritismo na resolução dos problemas educacionais. Influenciando os processos educativos através da difusão da “verdade das existências múltiplas, dos ascendentes espirituais”, isto é, do conceito de reencarnação, a evangelização seria capaz de despertar os valores espirituais dos educandos “desenvolvendo o intelecto ao mesmo tempo que aprimoram o espírito”.¹²²

Assinala, nesse sentido, o papel dos educadores como “uma constante ‘atividade despertadora’ das ideias de imortalidade”, devendo, portanto, promoverem “em tôdas as circunstâncias, a elevação espiritual dos seus discípulos” pois “qualquer lição, qualquer atividade diária, comum, constituem meios de evangelizar”, sendo esta “a expressão mais alta dos objetivos da Educação”.¹²³ E, finalmente, reitera a importância e a responsabilidade das instituições espíritas enquanto promotoras dessa ação.

Assim, o texto reafirma os princípios fundamentais do movimento, apresentados e debatidos no congresso, notadamente o caráter evangélico e doutrinador da ação educacional espírita. O que se torna ainda mais explícito em “O que pensamos sobre educação”, de autoria de Dinah Fagundes, publicado em janeiro de 1953, em que se assinala a distinção entre instrução intelectual e educação evangélica.

[...] instrução e educação não devem ser confundidas: a primeira é apenas parte de um todo, enquanto a segunda é o próprio todo. A instrução dirige-se ao cérebro e, se é imprescindível ao bom êxito da obra educativa, torna-se perigosa arma nos meios sociais humanos, se não for auxiliada pelo coração formado nos princípios sadios da moral cristã. De fato, os grandes males que flagelam o mundo foram arquitetados, em sua quasi totalidade, não por aqueles a quem chamamos “ignorantes” por não terem iluminado o cérebro com as luzes da instrução, mas sim, pelos ignorantes das claridades divinas do Evangelho, que, cultivando com esmero a inteligência, rechaçam a moralidade e o sentimento religioso. Não basta, pois, instruir, é necessário também disciplinar as tendências e modelar o caráter.¹²⁴

¹²² *A Reencarnação*. Ano 17. n. 12. Porto Alegre. ago. 1952. p. 12.

¹²³ *Ibid.*, p. 12.

¹²⁴ *A Reencarnação*. Ano 17. n. 17. Porto Alegre. jan. 1953. p. 8.

A evangelização é então colocada num patamar mais elevado que a instrução intelectual, porque capaz de despertar o sentimento religioso e, assim, desenvolver o caráter e a moral que guiarão a inteligência e as ações humanas. Com base nesse argumento, a articulista passa a discorrer sobre sua aplicação, atribuindo o início desse processo à família enquanto “célula máter da sociedade” e “expoente máximo de todas as escolas do Planeta no que concerne à educação dos sentimentos”.¹²⁵

Instruir os filhos deve ser preocupação dos pais, mas que essa preocupação não leve ao exagero, a ponto de deixarem em plano inferior o cumprimento do mais sagrado dos deveres, qual seja o de orientar para o bem as almas que o Pai lhes confiou nesta peregrinação pelo Planeta, reprimindo as tendências viciosas e fortalecendo as boas, formando-lhes, enfim, o caráter na fonte renovadora do Evangelho.¹²⁶

Dessa forma, a família deveria proporcionar um ambiente moral salutar à infância, cultivando “o amor à verdade, à justiça, à tolerância, despertando o altruísmo e todos os sentimentos elevados”. Estabelecendo vínculos de afetividade e amizade com seus filhos, deveriam os pais zelar por suas atividades recreativas de modo a impedir que “veículos de educação negativa, como sejam as leituras perniciosas e as conversações em que a ausência da moralidade se faz sentir”.¹²⁷ E, finalmente, despertar e cultivar o sentimento religioso, tarefa que caberia mais particularmente às mães.

Cabe assinalar que o estímulo à evangelização dos núcleos familiares se coadunava a uma perspectiva que vinha se difundindo no movimento espírita brasileiro: o “Culto do Evangelho no Lar”, prática doméstica constituída de reuniões semanais em torno de preces e comentários sobre obras espíritas. Desenvolvida pelo médium Francisco Cândido Xavier na década de 1940, tornou-se muito popular entre os adeptos do espiritismo, constituindo-se, no entendimento de Lewgoy (2004), como uma das expressões de sua relação sincrética com o catolicismo em função de seu caráter de culto.

Algumas notas em *A Reencarnação* abordam e defendem a adoção desta prática, inclusive reproduzindo mensagens psicografadas pelo referido médium, como a seguinte:

O Culto do Evangelho no lar aperfeiçoa o homem. O homem aperfeiçoado ilumina a família. A família iluminada melhora a comunidade. A comunidade melhorada eleva a nação. O homem evangelizado adquire compreensão e amor. A família iluminada conquista entendimento e harmonia. A comunidade melhorada produz trabalho e

¹²⁵ *A Reencarnação*. Ano 17. n. 17. Porto Alegre, jan. 1953. p. 8.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 8.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 8.

fraternidade. A nação elevada orienta-se no direito, na justiça e no bem. Espiritismo sem Evangelho é fenômeno ou raciocínio. O fenômeno deslumbra. O raciocínio indaga. Descobrir novos campos de luta e pensar em torno deles não expressam tudo. É imprescindível conhecer o próprio destino. Não basta, pois a certeza de que a vida continua infinita, além da morte. É necessário clarear o caminho. Do Evangelho no lar depende o aprimoramento do homem. Do homem edificado em Jesus Cristo depende a melhoria e a redenção do mundo.¹²⁸

Nesta passagem, atribuída ao espírito Emmanuel, podemos identificar tanto a defesa do culto como a importância legada ao aspecto religioso do espiritismo e suas vinculações nacionalistas, as quais, de acordo com Stoll (2003), Lewgoy (2004) e Silva (2005), caracterizariam o modelo doutrinário representado por Francisco Cândido Xavier e respaldado pela FEB. O que, portanto, evidencia o compartilhamento e o alinhamento das preocupações evangelizadoras dos movimentos espíritas nacional e rio-grandense.

Outro aspecto importante a ser destacado no que tange a evangelização das famílias é a relação da mulher com a educação da infância, sendo este um tema explorado em diversos artigos, como é o caso de “Palavras às mães”, publicado em janeiro de 1954, com autoria de Violeta Leonard, que discute justamente suas atribuições maternas.

A mulher tem os mesmos direitos civis e políticos que o homem, porém, não deve prevalecer nela outras idéias que as da perfeita formação do seu lar. A missão divina da mãe, a mais pura, a mais sagrada e que leva em sua alma a virtude educativa que cria as maiores satisfações morais, é formar de cada filho um HOMEM DE BEM. Todas as demais ocupações do curso de sua vida serão secundárias, ainda que o trabalho fora do lar seja de imperiosa necessidade para cumprir com uma vocação específica. Sabemos que o lar é uma célula básica. Devemos empregar todo o empenho para que essa célula não degenere porque se desperdiçarmos força vital que não seja na organização de um bom lar, desvirtuaremos nossos mais sagrados princípios.¹²⁹

Através desses termos, é possível identificar claramente a atribuição de um papel social à mulher que enquanto esposa tem a sagrada missão de zelar pela família e como mãe a vocação para educar e orientar os filhos. Essa também é a perspectiva do artigo “Mensagem dedicada a mulher”, publicado na edição de janeiro/fevereiro de 1955, com autoria de José Simões de Matos, em que o mesmo disserta sobre sua tríplice missão de filha, esposa e mãe.

Assim, recomenda que:

Como filha, tem sempre presente, em teus atos, o grandioso mandamento: - “Honra Pai e Mãe”. Cumpre-o com sincero amor e devotamento em qualquer circunstância, e

¹²⁸ A Reencarnação. Ano 17. n. 25-26. Porto Alegre. set. out. 1953. p. 19.

¹²⁹ A Reencarnação. Ano 17. n. 17. Porto Alegre. jan. 1954. p. 8.

não te arrependerás. És filha hoje, poderás ser mãe amanhã. Como irmã sê bondosa com aqueles que a misericórdia de Deus permitiu que se aproximassem de ti, pelos laços do sangue, na tua presente existência. Que teus lábios possam abrir-se sempre para dizer palavras de carinho e verdadeiro afeto.¹³⁰

Como esposa:

[...] sê calma, paciente, tolerante e resignada. Os homens, sem exceção, são sempre gratos, às esposas que lhes prodigalizam confiança e carinho, ainda que por vezes o não confessem. Evita o ciúme que envenena e aniquila a paz e o amor, indispensável à tua vida e à vida do teu lar. Quando teu esposo regressar da luta, pela conquista do pão de cada dia, recebe-o carinhosamente, sem queixumes e sem palavras menos dignas de teu amor. Se, por ventura, êle estiver impaciente ou de mau humor, não o irrites. Que a docilidade seja tua arma e tua força para conduzir as cousas à normalidade, mesmo que tenhas de fazê-lo com sacrifício.¹³¹

E, finalmente, como mãe:

[...] és tu que tens a missão de ensinar as primeiras palavras e os primeiros passos na vida, tanto material como espiritual do ente que te foi confiado. As primeiras instruções são a base do caráter e da educação. [...] Desde muito cedo, muito cedo mesmo, é preciso ensinar teu filho a ser trabalhador, justo, paciente e fraterno com seu próximo, orientando-o a fazer valer seus direitos sem humilhar, procedendo com seus semelhantes como desejaria que com êle procedessem. [...] Com paciência e perseverança se modificam os maus gênios. Porque assim é o nosso destino, como filhos de Deus que somos.¹³²

Posta dessa maneira, a consideração da aptidão educadora da mulher comportava também a definição de outras funções e condutas circunscritas ao âmbito doméstico e familiar, não havendo menções sobre uma atuação externa como no artigo anterior. Como filha, irmã, esposa e mãe, à mulher caberia zelar pela família com empenho, paciência e resignação, uma percepção do papel social feminino muito em voga na sociedade brasileira deste período e que evidencia-se também compartilhada pelo movimento espírita.

De acordo com Camila Carmona Dias (2012), a década de 1950 no Brasil foi marcada pelo choque entre visões tradicionais e modernas acerca do papel social feminino configurando-se como um contexto de rupturas e continuidades. Pois, se de um lado, ampliavam-se os papéis e lugares sociais da mulher, através de uma maior inserção no mercado de trabalho e da opção

¹³⁰ A Reencarnação. Ano 20, n. 4-5. Porto Alegre. jan. fev. 1955. p. 15.

¹³¹ Ibid., p. 15.

¹³² Ibid., p. 15.

pela carreira e autonomia em detrimento do casamento e das funções domésticas, por outro, persistia e difundia-se o modelo oposto e tradicional da “rainha do lar”.

Dentro dessa perspectiva, a mulher “deveria estar sempre bem vestida, bem arrumada, casar-se cedo, ter filhos, ser uma boa mãe e dona de casa, além de sempre cuidar com muito amor e carinho do marido” (DIAS, 2012, p. 9). Assim, reafirmava-se o que nas décadas anteriores era concebido como o papel fundamental da mulher, o qual era difundido pelas revistas dos “anos dourados” através da distinção entre as “moças de família”, que se prestavam ao cumprimento dos princípios morais de obediência, recato e preparação para o matrimônio, das “moças levianas” que desviavam-se desse padrão.

A despeito das incontestáveis lutas por reconhecimento, emancipação e autonomia, a “rainha do lar” era uma perspectiva que ainda encontrava eco entre o público feminino. Pois, como assinala Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves (2000), tratava-se de uma ideologia que ainda estava muito impregnada na mentalidade das famílias brasileiras de meados do século XX, sendo também reforçada pela religião, notadamente o catolicismo, mas não apenas por essa perspectiva, tendo em vista os discursos espíritas acima referidos.

Embora neste trabalho não tenhamos por objetivo uma análise específica da questão feminina dentro do espiritismo, acreditamos que os aspectos aqui identificados emergem como interessantes indicadores para problematizações ulteriores. Nesse sentido, também há que se considerar a preponderante presença das mulheres na gestão e execução de obras de caridade promovidas pelo movimento espírita.

A educação infantil, o papel da família e, em especial, das mães são enfocados em outros artigos que evidenciam a tentativa de mobilização operada pela FERGS em favor do projeto evangelizador. É o caso de “Com vistas aos Pais”, publicado em fevereiro de 1954, que enfatiza a importância da condução de crianças e jovens “às aulas de Evangelização da Infância e da Juventude, da Sociedade Espírita mais próxima”.¹³³

Aconselhamento que partia da reprodução de uma publicação do jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, em que um educador atribuía o baixo aproveitamento escolar da juventude aos “esportes descontrolados, cinemas, bares, boates e outras facilidades desregradas”. Nesse sentido, a evangelização seria capaz de auxiliar os pais na responsabilidade de orientar seus filhos e combater os desvios, pois:

Dentre muitas outras coisas indispensáveis à sua orientação na vida prática, aprenderão as gerações mais novas, nessas aulas, que tudo que existe no mundo é

¹³³ A Reencarnação. Ano 19. n. 2. Porto Alegre. fev. 1954. p. 8.

permitido por Deus, e que o mal não está no uso, mas no abuso. As Infâncias e Juventudes Espíritas, aprendendo que tudo o que existe na crosta planetária é meio e não fim, saberão conduzir-se com equilíbrio em todos os atos da vida quotidiana, evitando assim a incidência em erros de consequências deploráveis, como os de que nos dá ciência a nota acima incerta.¹³⁴

Na mesma linha argumentativa, o artigo “Evangelização e Educação”, publicado em novembro de 1956, com autoria de Roberto Pedro Michelena, enfatiza a necessidade de empenho dos pais espíritas na manutenção de um ambiente familiar de “alta moralidade compatível com os esforços dos que, no Centro Espírita, porfiam em subtrair-lhes os filhos à avalanche de imoralidade, corrupção e deseducação em que está submergindo a sociedade”.¹³⁵

Para tanto, recomenda que os responsáveis cooperassem combatendo as leituras impróprias, tais como as “revistas de quadrinhos onde os meninos aprendem, em mil e um requintes, a arte perfeita e segura de mentir, violar, roubar e matar, e as meninas se deliciam, em precocidades mórbidas, com romances baratos cujos heróis são sempre belos, milionários, ousados e irresistíveis”. Em contrapartida, deveriam ser incentivadas leituras espíritas voltadas a esse público porque sendo “altamente instrutivas e moralizadoras” elas permitiriam “conhecer progressivamente a Doutrina”.¹³⁶

Com efeito, compreendia-se que a carência de orientação moral tornava a infância e a juventude suscetíveis às influências negativas que as conduziriam a desvios de conduta em prejuízo próprio, da família e também da sociedade. Razão pela qual, a FERGS reiteradamente reforçava os cuidados a serem dispensados em relação às leituras, brincadeiras e brinquedos infantis, considerando-os de “enorme influência para o mental da criança que, através delas, poderá tornar-se um homem fraterno e amável ou um bandido, um assassino; um homem honesto ou um ladrão; um trabalhador ou um vagabundo”.¹³⁷

Em suma, esses elementos evidenciam a percepção do movimento espírita em relação ao público infanto-juvenil no sentido de que este necessitaria essencialmente de instrução e disciplina em termos morais e espirituais. Assim, o movimento evangelizador orientava-se a partir da compreensão de que a educação moral e religiosa, segundo os postulados do espiritismo, seria a única capaz de conduzir à formação integral do homem fornecendo-lhe os meios para a resolução dos problemas humanos e, por conseguinte, para o equilíbrio, a felicidade e o bem-estar da sociedade futura.¹³⁸

¹³⁴ A Reencarnação. Ano 19. n. 2. Porto Alegre. fev. 1954. p. 8.

¹³⁵ A Reencarnação. Ano 23. n. 2. Porto Alegre. nov. 1956. p. 12.

¹³⁶ Ibid., p. 12.

¹³⁷ A Reencarnação. Ano 18. n. 27-28. Porto Alegre. nov. dez. 1953. p. 2-3.

¹³⁸ A Reencarnação. Ano 25. n. 7. Porto Alegre. abr. 1959. p. 2.

Com efeito, a Educação, formando o indivíduo, forma a sociedade, e essa sociedade será governada de acordo com o grau de evolução a que tenha atingido. Ainda não compreendemos que a Educação pode remover a maioria dos males sociais, por atingir-lhes as causas profundas. [...] Doutrina nitidamente educacional porque prega a reforma íntima, única capaz de realizar a transformação espiritual, o Espiritismo tende a se tornar uma poderosa alavanca com possibilidades de remover manifestos males sociais que afligem a humanidade e que se constituem por falta de esclarecimento e orientação.¹³⁹

A ação educacional e evangelizadora promovida pelo movimento espírita então articulava-se a uma percepção da condição da sociedade do período, identificando algumas de suas problemáticas e propondo soluções de acordo com os postulados da doutrina espírita. Essas ideias teriam sido amplamente difundidas através de *A Reencarnação* e de outros veículos da imprensa espírita, bem como através das iniciativas de fomento a criação de cursos de evangelização e formação de professores que, como destacamos anteriormente, vinham gradualmente se desenvolvendo no Estado.

Dentro dessa perspectiva, em 1957, foi organizada a I Confraternização das Juventudes Espíritas, na cidade de Santa Maria, com o objetivo de consolidar as atividades existentes e incentivar novas iniciativas nesse setor que ainda encontrava dificuldades para se consolidar.¹⁴⁰ O Relatório deste ano também afirma que os cursos intensivos desenvolviam-se anualmente, “projetando a obra da nossa Entidade pelo território de sua jurisdição e mesmo além, como nenhum outro movimento, pois estabelece-se um clima de incomparável fraternidade e confiança, não, apenas, entre alunos e Explanadores, mas, também, entre aqueles e os dirigentes da Federação e das demais Entidades Espíritas”.¹⁴¹

A acolhida que as ações institucionais em favor da evangelização vinham obtendo dentro do movimento espírita, bem como seu próprio progresso, podem ser consideradas a partir dos levantamentos estatísticos deste ano. Estes, apesar da incompletude dos dados, acusam a existência de 50 cursos de evangelização infantil (26 na capital e 24 no interior) com um total de 122 evangelizadores em atividade e 21 cursos voltados à juventude (12 na capital e 9 no interior) totalizando 24 evangelizadores.¹⁴²

Um aumento relevante, se comparado aos dados de 1952, porém, ainda considerado muito aquém das expectativas pela própria instituição tendo em vista que neste momento seu quadro social era composto por 177 grupos federados.¹⁴³ A necessidade de ampliação dessas

¹³⁹ *A Reencarnação*. Ano 25, n. 9. Porto Alegre, jun. 1959, p. 3.

¹⁴⁰ *A Reencarnação*. Ano 24, n. 1. Porto Alegre, out. 1957, p. 1.

¹⁴¹ *A Reencarnação*. Ano 24, n. 6. Porto Alegre, mar. 1958, p. 32.

¹⁴² *Ibid.*, p. 30-31.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 30.

ações é ressaltada novamente no Relatório de 1958, em que se atribui o maior rendimento às cidades de Santa Maria, Pelotas e Rio Grande, além da capital Porto Alegre.¹⁴⁴

Todas essas ações culminaram em outro evento de grande projeção, realizado entre os dias 11 e 18 de janeiro de 1959, na sede do Instituto Espírita Dias da Cruz, em Porto Alegre. O 1º Seminário de Orientadores da Infância e da Juventude, organizado pela FERGS, colocou mais uma vez em debate a questão educacional à luz do espiritismo, reunindo participantes de diversas cidades do Rio Grande do Sul, bem como delegações e representantes da FEB, das federações de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal.¹⁴⁵

As discussões foram guiadas por temáticas divididas em quatro comissões que promoveram discussões em torno de programas, métodos e processos de ensino evangélico, bem como a produção de materiais didáticos e formas de incentivar a expansão do movimento de evangelização. Como conclusões, foram apresentadas recomendações, tais como a necessidade de estruturação e adoção de um programa capaz de integrar métodos e processos ativos de ensino, bem como a criação de novos cursos e escolas nas instituições espíritas, espaços para a formação e a capacitação de evangelizadores, incentivo a publicação de obras espíritas voltadas a esse público e ações de propaganda.¹⁴⁶

O evento¹⁴⁷ que, de acordo com Hélio de Castro, então presidente da FERGS, encontrava-se no mesmo patamar de importância dos congressos de 1945 e 1951, procurava canalizar as experiências advindas das iniciativas anteriores, remodelando e propondo diretrizes para a ação evangélica, a qual passava a articular-se também a perspectivas de âmbito nacional. Assim, ao término de seu discurso, na sessão de abertura do seminário, conclamava a colaboração de seus participantes para o aprimoramento e continuidade do movimento evangelizador no Estado.¹⁴⁸

No mesmo pronunciamento, Castro salientava a importância de uma maior articulação entre o esforço de evangelização e outra frente de ação da instituição: a assistência social.¹⁴⁹ De fato, ainda que não na mesma proporção, essa atuação também foi alvo de investimentos ao longo da década de 1950 no sentido dotá-la de uma organização mais sistemática e moderna, fundamentando-a nos princípios do Serviço Social.

¹⁴⁴ A Reencarnação. Ano 25. n. 6. Porto Alegre. mar. 1959. p. 25.

¹⁴⁵ A Reencarnação. Ano 25. n. 5. Porto Alegre. fev. 1959. p. 16-20.

¹⁴⁶ Ibid., p. 18.

¹⁴⁷ Menciona-se que o médium Divaldo Pereira Franco, que então já se destacava como conferencista espírita, teria prestigiado o seminário por ocasião de sua visita ao Rio Grande do Sul a convite da FERGS, entre os dias 16 e 25 de janeiro, proferindo uma série de 13 conferências nas cidades de Porto Alegre, Passo Fundo, Pelotas e Rio Grande. A Reencarnação. Ano 25. n. 5. Porto Alegre. fev. 1959. p. 19 e 25.

¹⁴⁸ Ibid. p. 22.

¹⁴⁹ Ibid., p. 22.

3.2 Modernizar a prática da caridade

Nas décadas de 1930 e 1940, a atuação da FERGS na esfera assistencial contou com iniciativas pontuais que não obtiveram o desenvolvimento esperado. Os Departamentos de Assistência aos Necessitados, criado em 1942, e Assistência Médica, criado em 1944, voltados à distribuição de vestuário, alimentos e prestação de serviços básicos de saúde aos desassistidos, acabaram sendo suprimidos no final deste período em função da carência de recursos para sua manutenção.

Na impossibilidade de sustentar um projeto próprio, a instituição voltou-se para a divulgação e prestação de apoio, dentro de suas possibilidades, às ações desenvolvidas por outras entidades da capital e do interior do Estado. De modo que, somente nos primeiros anos da década de 1950 a perspectiva de reconstituição da assistência social enquanto um setor específico e com projeção para o movimento espírita voltou à tona, como podemos identificar na série de artigos “Vida Espírita Federativa” publicados entre janeiro e junho de 1953.

Esta série abordava diversos aspectos concernentes a organização federativa com o intuito de esclarecimento das funções e responsabilidades da FERGS em relação às suas filiadas. Destacava a necessidade de integração e colaboração entre ambas as partes a fim de consolidar os serviços federativos existentes e promover a constituição de outros, notadamente aqueles que deveriam ocupar-se de orientar os grupos espíritas no desenvolvimento de diversas atividades de cunho assistencial.

Assim, o artigo intitulado “Atividades Comerciais, Industriais e Semelhantes” considerava os diversos tipos de serviços prestados, incluindo as atividades voltadas para a aquisição de recursos, bem como as adequações legais que demandavam:

Não percamos de vista que as atividades pelas casas espíritas que envolvem forma industrial ou comercial, demandam adaptação segundo leis sanitárias, trabalhistas, sociais, fiscais, tributárias, etc. para aquisição de garantias de funcionamento regular. Nesse rôl acham-se os ambulatórios, as farmácias, os laboratórios, consultórios médicos e dentários, fábricas, oficinas, livrarias, etc. creados nas entidades espíritas e que, - como dissemos inicialmente -, visam a aquisição de meios para a manutenção de suas obras assistenciais.¹⁵⁰

Para tanto, propunha-se a organização de um setor especializado com o objetivo de fornecer instruções e adotar providências capazes de contribuir para a execução dos projetos

¹⁵⁰ A Reencarnação. Ano 17. n. 23-24. Porto Alegre. jul. ago. 1953. p. 1.

sociais como, por exemplo, a mediação de relações entre as instituições espíritas e os poderes públicos visando à obtenção de subsídios.¹⁵¹ Proposta que foi reiterada no artigo seguinte, intitulado “Escolas-Construções-Outros Problemas”, em que assinalava-se a importância da experiência adquirida pelos grupos federados no estabelecimento de um referencial de ação organizado e sob orientação da FERGS.¹⁵²

Neste momento o quadro social da entidade era composto por instituições que possuíam uma longa e bem sucedida trajetória no campo da assistência. Em *A Reencarnação*, identificamos frequentes expressões de apoio e divulgação às atividades da Sociedade Espírita Allan Kardec, do Centro Espírita Amigo Germano, do Instituto Espírita Dias da Cruz e do Hospital Espírita de Porto Alegre. Essas entidades da capital destacavam-se no movimento espírita estadual com a prestação de serviços amplos e diversificados tais como: manutenção de abrigos para menores e indigentes, ensino escolar e profissional, assistência médica e odontológica, distribuição de medicamentos, vestuário e alimentos.¹⁵³

Cabe destacar que essa não era uma exclusividade da capital, havendo projetos sociais bem articulados também no interior e não necessariamente promovidos por grupos federados. É o caso da cidade de Santa Maria, onde neste período destacavam-se como referências na região central do Estado o Instituto Espírita Leocádio José Correa e o Abrigo Espírita Oscar José Pithan, ambos federados, dedicados à instrução profissional e à assistência integral de crianças e idosos. E também a Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, não federada, responsável por um conjunto diversificado de serviços em favor de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social (SCHERER, 2013).

A FERGS pretendia tomar tais iniciativas como modelos de ação a serem difundidos tanto entre as entidades federadas quanto as não-federadas, a partir da consideração de que deveria “restringir suas funções a uma ação de orientação geral [...] pois que o campo executivo se encontra nas sociedades e não na Federação”.¹⁵⁴ Atitude que indica uma mudança de postura em relação ao período anterior quando, além da perspectiva orientadora, a instituição também despendera esforços na promoção de obras sociais próprias.

Reivindicando uma função exclusivamente orientadora, a FERGS então passou a redimensionar a questão da assistência social como um imperativo do momento para o movimento espírita rio-grandense. Em artigo publicado na edição de junho/julho de 1954, João

¹⁵¹ *A Reencarnação*. Ano 17. n. 23-24. Porto Alegre. jul. ago. 1953. p. 1.

¹⁵² *A Reencarnação*. Ano 17. n. 25-26. Porto Alegre. set. out. 1953. p. 1.

¹⁵³ *A Reencarnação*. Ano 23. n. 3. Porto Alegre. abr. 1957. p. 16-20, 29, 34-36.

¹⁵⁴ *A Reencarnação*. Ano 17. n. 25-26. Porto Alegre. set. out. 1953. p. 1-2.

Pompilio de Almeida Filho, traduz essas perspectivas recordando a atuação espírita em favor dos necessitados e sua atualidade naquele contexto.

A tarefa é por demais complexa para que somente os governos a tomem sobre os seus ombros, e, por isso mesmo, sempre compreendemos caber-nos o dever de contribuir com a parcela da nossa boa vontade, indo ao encontro das grandes necessidades dos menos favorecidos pela fortuna, para levar-lhes educação, instrução, assistência ao espírito e ao corpo.¹⁵⁵

O articulista faz referência as discussões dos congressos espíritas de 1945 e 1951, que teriam almejado traçar as medidas e ações mais adequadas para “assistir com método o infortúnio dos chamados marginais de uma sociedade, que discute muito, traça muitos planos, mas pouco de efetivo realiza”.¹⁵⁶ Contudo, a própria FERGS tinha dificuldades em concretizar e implementar uma ação sistemática no setor da assistência social, a qual até então estava sendo tratada vagamente dentro da campanha educacional e evangelizadora.

Foi somente a partir de 1956 que o intento de nortear as ações sociais espíritas de maneira mais organizada formalizou-se com a criação do Serviço Social da FERGS.¹⁵⁷ O Regimento Interno da instituição, remodelado no mesmo ano, assim definia suas finalidades:

- a) - apoiar e orientar as iniciativas do Espiritismo, âmbito federativo, no que diz com a Ação e a Assistência Social às populações necessitadas no território do Estado;
- b) - dar o cumprimento ao que dispõe a letra “I”, artigo 2º, do Estatuto;
- c) - promover ampla divulgação de conhecimentos relativos à Assistência Social, com o fim de criar uma nova mentalidade pública favorável à questão;
- d) - promover cursos especiais de Assistência Social e de formação e aperfeiçoamento de obreiros para trabalharem nas Instituições Espíritas de Assistência Social.¹⁵⁸

Postulava-se ainda que para o cumprimento de seus objetivos¹⁵⁹ o serviço organizaria um sistema de trabalho através das entidades espíritas com vistas “a recuperação do indivíduo, da família e da coletividade, colaborando, assim, para o advento de um mundo melhor”.¹⁶⁰ De

¹⁵⁵ A Reencarnação. Ano 19. n. 6-7. Porto Alegre. jun. jul. 1954. p. 5 e 20.

¹⁵⁶ Ibid., p. 20.

¹⁵⁷ A Reencarnação. Ano 23. n. 6. Porto Alegre. mar. 1957. p. 26.

¹⁵⁸ FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Regimento Interno. Porto Alegre: Tipografia Allan Kardec. 1957. p. 22.

¹⁵⁹ O item “b” refere-se à disposição estatutária de que uma das finalidades da FERGS seria a de prestar apoio à fundação de instituições de assistência médica e educacional, tais como “leprozários, institutos de ensino em todos os graus de psicopatologia, lares-escolas, bibliotecas, caixas beneficentes e outras instituições congêneres”. FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Estatutos da FERGS. Porto Alegre: Tipografia Allan Kardec. 1955. p. 2.

¹⁶⁰ FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Regimento Interno. Porto Alegre: Tipografia Allan Kardec. 1957. p. 22.

acordo com o Relatório institucional de 1956, em seu primeiro ano de atividade o órgão empenhara-se no cumprimento desses objetivos promovendo o estudo e a divulgação do Plano de Auxílios e Subvenções, conjunto de instruções do Serviço de Menores do governo estadual destinado a orientar o pleito de subsídios por instituições assistenciais particulares.¹⁶¹

O Serviço Social federativo tem um programa dinâmico, para execução em futuro próximo. Vai desenvolver intensa divulgação, objetivando despertar no meio espírita, principalmente entre os dirigentes de Entidades, uma mentalidade nova, à luz dos conhecimentos técnicos já adquiridos em matéria de assistência social. - E nem é preciso ressaltar-se a oportunidade e o acerto desse programa, pois, neste terreno, não são mais admissíveis o empirismo e a improvisação. - Os próprios órgãos do poder público cerceam as iniciativas desamparadas de técnica especializada. - Além disso, o Diretor do Serviço planeja a realização de uma série de palestras (tipo aulas), visando preparar uma equipe apta a auxiliar as atividades do Serviço Social, no futuro.

162

Dessa forma, o novo órgão expressava a compreensão da FERGS de que era necessário modernizar as ações sociais promovidas pelo movimento espírita no Rio Grande do Sul mediante a adoção dos parâmetros técnicos e metodológicos vigentes. Atitude que contribuiria para a maior eficiência desses projetos, bem como para uma melhor articulação entre as instituições e os poderes públicos, no sentido de evitar atritos e de obter subvenções.

Nos anos seguintes, essas concepções passaram ser divulgadas com intensidade através de séries de artigos assinados por Waldomiro Eifler, diretor do Serviço e um de seus idealizadores. Em “O Serviço Social no Espiritismo”, por exemplo, publicado em abril de 1957, o articulista procura expressar a compatibilidade da caridade cristã praticada pelo espiritismo e os princípios técnicos então concebidos pelas organizações nacionais e internacionais que se ocupavam da problemática da assistência social.

Assim, afirmava que o sentimento de amor ao próximo, cuja maior expressão era a prática da caridade, “não deve ser desfigurado pela frieza dos cálculos técnicos, mas, também, não deve ser exercido a esmo, sem uma orientação justa e adequada”.¹⁶³ A técnica, cuja necessidade já fora assinalada nas teses apresentadas no congresso de 1951, na verdade, viria realçar o caráter das obras de caridade, cujo objetivo não era a realização de medidas paliativas, mas sim ações construtivas visando a elevação das condições sociais dos indivíduos assistidos.

¹⁶¹ A Reencarnação. Ano 23. n. 6. Porto Alegre. mar. 1957. p. 26.

¹⁶² Ibid., p. 26.

¹⁶³ A Reencarnação. Ano 23. n. 7. Porto Alegre. abr. 1957. p. 94.

A esmola sempre é nociva, pois, acomoda a consciência de quem a dá e avilta a dignidade de quem a recebe. Caridade é bem outra coisa, é AMOR, é “substratum” interno que busca compreender e verdadeiramente colaborar com o próximo. Enquanto esmola é mero paliativo, que conserva o necessitado sempre na mesma situação, a Caridade vai além: busca conseguir que o necessitado, depois de atendido nas suas necessidades imediatas, caminhe por si mesmo e se torne uma criatura independente, útil a si mesmo e à coletividade onde vive. E este é, precisamente, o sentido da missão do SERVIÇO SOCIAL NO ESPIRITISMO; sua técnica, longe de colidir com a Caridade Cristã, exalta o poder da prática desta virtude pelo orientar-lhe a ação de modo lógico e eficiente.¹⁶⁴

Nessa linha, os artigos da série “Serviço Social à luz do espiritismo”, publicada entre os meses de janeiro e maio de 1958, concentraram-se em divulgar a técnica da Assistência Social definindo-a em face dos fundamentos doutrinários do espiritismo. Concebia-se que “enfrentando os problemas sociais com métodos científicos” ela buscaria “reajustar à vida social o indivíduo deficiente, por meio de instituições e especializados assistentes, objetivando tornar o homem mais útil a si mesmo e à coletividade”.¹⁶⁵

Embasada cientificamente, contando com cursos e escolas de Serviço Social, a Assistência Social orientaria a ação de auxílio através do exame dos desajustamentos sociais:

[...] econômicos (miséria, insuficiência de salário, desemprego, etc.), de saúde (cegueira, mudez, aleijão, enfermidades diversas), domésticos (desarmonia na família, incompatibilidade entre esposos e entre quaisquer membros do grupo doméstico), de educação (menores abandonados, delinquência infantil, etc.), profissional (insatisfação no emprego, falta de vocação, de capacidade, ou desânimo ante o trabalho a realizar), de conduta (delinquência, crime, vícios, prostituição).¹⁶⁶

A potencialização dessas problemáticas era atribuída ao êxodo rural acarretado pelo desenvolvimento industrial brasileiro, como assinala um artigo publicado em novembro de 1957 versando sobre a assistência sócio educacional prestada a menores carentes no Centro Espírita Amigo Germano, em Porto Alegre. Concebia-se que a desproporção entre a demanda fabril por mão de obra e o contingente de migrantes que se aglomeravam nas cidades resultaria em desemprego, miséria, desestruturação familiar e marginalização social.¹⁶⁷

De fato, a década de 1950 no Brasil foi marcada por um novo impulso de industrialização como resultado de medidas estatais visando o desenvolvimento econômico. A despeito das dificuldades suscitadas pela conjuntura política internacional e pela oposição interna, o governo Getúlio Vargas (1951-1954) realizou investimentos no setor de transportes,

¹⁶⁴ A Reencarnação. Ano 23. n. 7. Porto Alegre. abr. 1957. p. 94.

¹⁶⁵ A Reencarnação. Ano 24. n. 4. Porto Alegre. jan. 1958. p. 9.

¹⁶⁶ Ibid., p. 9.

¹⁶⁷ A Reencarnação. Ano 24. n. 2. Porto Alegre. nov. 1957. p. 7.

energia e siderurgia, bem como ações em favor da diversificação da produção. De acordo com Ana Cláudia Caputo e Hildete Pereira de Melo (2009, p. 515), Vargas buscou “promover uma integração vertical da industrialização e, para isso, buscou uma aliança com os Estados Unidos, através de empréstimos públicos e colaboração técnica”.

Dentro dessa perspectiva, através do Programa de Metas, inaugurado na gestão Juscelino Kubitschek (1955-1960), definiu-se uma política nacional-desenvolvimentista que, de acordo com Boris Fausto (1995, p. 427), almejou “combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização”. O valor da produção industrial nesta década teria crescido cerca de 80%, especialmente nos ramos do aço, mecânica, eletricidade e comunicações, sendo a implantação da indústria automobilística a ação industrial mais exitosa deste período concentrando operários em proporções até então inéditas no país (FAUSTO, 1995, p. 427-429).

O desenvolvimento industrial brasileiro na década 1930 já resultara num agravamento da questão social em razão das demandas suscitadas pelo vertiginoso crescimento populacional e sua concentração nas áreas urbanas. Esse quadro evidenciou-se novamente na década de 1950 especialmente em termos de habitação, saneamento e serviços básicos de saúde dada a ampliação das periferias nas cidades industriais que se destinavam a comportar o contingente de trabalhadores oriundos do êxodo rural, para o qual também contribuíram as secas e as dificuldades de produção agrícola na região Nordeste.

As problemáticas oriundas desse contexto eram compreendidas pelo movimento espírita enquanto sintomas de uma “patologia social” que demandava um tratamento científico, de modo que competiria ao Serviço e à Assistência Social “trabalharem com técnica especial em prol do reajustamento do indivíduo e da sociedade”. O que era compreendido também como um “campo de aplicação da Doutrina Espírita, pois que, no dizer de Allan Kardec, o Espiritismo tão somente, visa a transformação da humanidade pela melhoria das massas, através do gradual aperfeiçoamento dos indivíduos”.¹⁶⁸

De fato, mais do que auxílios materiais, considerava-se que o espiritismo seria capaz de prestar sua contribuição identificando e tratando das questões filosóficas, morais e espirituais que se encontravam na base das problemáticas sociais, sendo esse um dos objetivos do movimento evangelizador. Assim, embora compartilhasse de uma definição científica de desajustamento social, como sendo a situação de discordância entre o indivíduo e o meio, a

¹⁶⁸ A Reencarnação. Ano 24. n. 2. Porto Alegre. nov. 1957. p. 7.

doutrina espírita vincularia a questão aos diferentes níveis de evolução moral dos indivíduos, às leis de progresso, trabalho, sociedade e à reencarnação.¹⁶⁹

Perspectivas que se atrelavam à sua conformação enquanto uma religião que, como assinala Bourdieu (2011), se apresenta como um sistema estruturado e estruturante, que exerce funções sociais explicativas, ordenadoras e legitimadoras. Pois dotada de um “poder de consagração”, ela cumpre “sua função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e legitimação do arbitrário”, transfigurando as instituições sociais em instituições de origem sobrenatural (BOURDIEU, 2011, p.46).

Disso decorre que cada sistema religioso, segundo os interesses e as necessidades de seus produtores, é capaz de formular uma interpretação de mundo, bem como os meios para legitimá-la e preservá-la. É dessa forma que o sistema de crenças espíritas surge como norteador das ações de seus adeptos, pois ele também comporta uma visão sobre o mundo social, um esforço de explicação, e, por conseguinte, um entendimento sobre as funções e os objetivos dos indivíduos, bem como a própria função social do espiritismo.

As *representações* enquanto “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”, nos permite considerar melhor de que forma os princípios doutrinários do espiritismo se constituem como coordenadas de percepção da realidade. E, igualmente, de ação sobre a mesma, na medida em que “produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Podemos destacar alguns dos princípios contidos em *O Livro dos Espíritos*, onde se desenvolvem argumentos acerca dos temas progresso, trabalho, sociedade, igualdade, justiça e moral, os quais contemplam tanto o mundo material (visível, físico, dos espíritos encarnados, o mundo social), quanto o mundo espiritual (invisível, imaterial, dos espíritos desencarnados). De fato, segundo Maria Clara Viveiros de Castro Cavalcanti (1983), as duas dimensões estão interligadas, na medida em que as relações entre espíritos encarnados e desencarnados são contínuas, através da mediunidade, e sua caminhada evolutiva perpassa a ambos através da reencarnação.

Assim, o fenômeno da morte é concebido no espiritismo como “desencarne”, isto é, a morte é do corpo físico, mas não a do espírito que é imortal. Ela representa, na verdade, a passagem entre essas duas dimensões. Já no “plano espiritual”, os diversos locais habitados

¹⁶⁹ A Reencarnação. Ano 24. n. 5. Porto Alegre. fev. 1958. p. 9.

pelos espíritos desencarnados, persiste a busca pelo aperfeiçoamento e pelo progresso, isto é, o trabalho por si mesmo e pelos outros é contínuo e tende ao infinito (CAVALCANTI, 1983).

De fato, a noção de progresso, que perpassa toda a doutrina, remete ao grau de desenvolvimento alcançado por cada espírito, encarnado ou desencarnado, considerando seu adiantamento moral, a superação de suas imperfeições e o resultado de suas ações. Nesse sentido, também o trabalho, definido como sendo qualquer ocupação útil, material ou intelectual, emerge como uma lei natural e, por conseguinte, uma necessidade à sobrevivência e aperfeiçoamento da inteligência humana (KARDEC, 2007).

Ao visar o atendimento das demandas físicas, necessárias à sobrevivência orgânica dos seres humanos, o trabalho conduz ao desenvolvimento das condições materiais e das aptidões intelectuais, expressos pelo avanço científico e tecnológico. Enfim, enquanto leis naturais, progresso e trabalho estão diretamente relacionados, sendo o segundo a condição fundamental para a ocorrência do primeiro, considerado inevitável em seus diferentes ritmos e formas: espiritual, moral, intelectual e material (KARDEC, 2007).

Também a desigualdade social, expressa pela existência de ricos e pobres, com suas provas e deveres próprios, são justificados a partir da consideração de que se tratam de posições relativas, pois segundo o princípio da reencarnação, entendido como expressão da justiça divina, cada existência para o espírito reveste-se de um caráter particular. Assim, se um indivíduo é rico e poderoso numa existência, poderá ocupar, por escolha própria ou por necessidade evolutiva, uma posição de subalternidade e pauperismo em outra, e vice-versa.

Ainda que mantenham fortes vínculos com o contexto do século XIX, a sociedade europeia e as classes médias das quais Allan Kardec era integrante, essas perspectivas adentraram o século XX enquanto elementos doutrinários fundamentais. Conservando sua plausibilidade explicativa, ordenadora e legitimadora, essas representações foram assimiladas por adeptos e grupos espíritas brasileiros constituindo-se como coordenadas para a leitura e atuação na realidade social em que se encontravam inseridos.

Daí que a prática da caridade, na visão do movimento espírita da década de 1950, não devesse restringir-se a auxílios de ordem material e os desajustes não fossem considerados apenas em termos sociais, mas também em seus nexos espirituais. Com efeito, ao vincular-se a determinadas representações sociais, o ato caritativo, em toda a sua abrangência, proporcionaria os meios para o progresso de seus beneficiários, seja pelo esclarecimento moral e espiritual, seja através de auxílios materiais dos quais necessitassem.

Assim, a FERGS e movimento espírita rio-grandense realizavam uma leitura sobre a realidade brasileira de meados do século XX, identificando suas problemáticas e propondo

ações que poderiam contribuir para saná-las, tendo em vista o papel a ser desempenhado pelo espiritismo na regeneração e no aprimoramento da humanidade. Ainda que possamos considerar as ações desenvolvidas neste período, como aspectos relacionados às aspirações de difusão e inserção social do espiritismo, não podemos refutar que as mesmas se articulavam a sua grade de leitura da realidade, tomada como referencial de ação e também, como veremos no capítulo seguinte, de identificação na sociedade.

Retomando a questão da modernização das ações caritativas do espiritismo ao longo da década de 1950, é preciso destacar que a mesma deu-se especialmente mediante a influência e incorporação de princípios do Serviço Social que desde sua emergência no Brasil, em meados da década de 1930, passou por uma série de reconceituações em níveis nacional e internacional. A esse respeito, Eduardo Silveira Netto Nunes (2011) destaca seu processo de profissionalização dentro do movimento de problematização da infância na América Latina através dos Congressos Pan-Americanos da Criança, especialmente aqueles realizados entre 1928 e 1948, os quais reuniram representantes governamentais, instituições de caridade, médicos, educadores, juristas e sociólogos.

Os eixos sobre os quais transitavam os debates realizados e as recomendações aos governos aprovadas nos Congressos, de modo geral, centralizavam grandes áreas como saúde, educação, direito, assistência, e tratavam de assuntos como a redução da mortalidade infantil; a educação para hábitos higiênicos; a moralização dos costumes; a difusão da ética do trabalho produtivo; a massificação da educação; a educação feminina, e a especial; a aculturação dos indígenas; a formação profissional; os direitos das crianças e dos adolescentes; a reforma da atenção então existente à infância e à família popular e a organização de sistemas públicos – com a participação privada – de saúde, de assistência social, de intervenção social; o desenvolvimento de especialidades e profissionais dedicados à atenção à infância – pediatras, juízes de menores, trabalhadores sociais, psicólogos, pedagogos – e de instituições nas quais esses profissionais trabalhariam. (NUNES, 2011, p. 453)

A Assistência Social então procurou afirmar-se como uma técnica científica que, com conceitos e métodos adequados, seria capaz de realizar diagnósticos das situações problemáticas e propor medidas a serem aplicadas pelas instituições públicas e privadas que dedicavam atenção à família e à infância, esta última “percebida como o elemento social mais apto a ser modificado, corrigido, melhorado” (NUNES, 2011, p. 462). O assistente social emergia como um mediador entre essas ações e o público assistido, função exercida de forma preponderante por mulheres cuja compatibilidade ao trabalho social era concebida como uma “vocação natural” em diversos países latino-americanos, dentre eles o Brasil.

De acordo com Nunes (2011), as prioridades elencadas pelo Serviço Social neste período foram influenciadas pela atuação católica e pelas perspectivas modernizadoras dos Estados latino-americanos. As estratégias de aproximação e atuação social assinaladas em fins do século XIX pela encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, foram reforçadas com a *Quadragesimo Anno*, promulgada pelo papa Pio XI, na década de 1930. Assim, a ação social católica teria se desenvolvido “nos países da região ao lado de obras que foram ampliadas, e que eram vinculadas direta ou indiretamente à religião, caridosas ou beneficentes, como hospitais, internatos, escolas populares” (NUNES, 2011, p. 455).

Sob a perspectiva do Estado, a modernização das sociedades também passava pela assistência social enquanto “um mecanismo capaz de civilizar, controlar e prevenir problemas com as populações”, expressos pelo surgimento de movimentos de contestação à ordem vigente em função da pobreza e demais carências sociais (NUNES, 2011, p. 456). As escolas de Serviço Social que ocuparam-se da formação de assistentes incorporam essas perspectivas, sendo que muitas dessas instituições foram criadas por iniciativa da Igreja Católica e dos poderes públicos, os quais passaram a reconhecer a necessidade da profissionalização e da técnica para o desenvolvimento das ações assistenciais.

Enfim, os Congressos Pan-Americanos da Criança possibilitaram a articulação e a troca de experiências que contribuíram para a profissionalização da assistência e a reforma das ações caritativas, filantrópicas e beneficentes, através de definições mais amplas de conceitos e técnicas que contaram também com a influência das tradições de assistência dos países europeus e dos Estados Unidos. Nesse sentido, preconizou-se o desenvolvimento de diagnósticos e estudos sobre as problemáticas sociais, a articulação com os poderes públicos e a proposição de políticas de assistência, bem como a colaboração com órgãos e profissionais das áreas da saúde, educação, psicologia, sociologia, jurisprudência, entre outras.

Posteriormente, novas perspectivas foram sendo incorporadas na medida em que o Serviço e a Assistência Social passaram a contemplar outros aspectos e um público mais amplo, dispensando-se atenções também às problemáticas econômicas, rurais, escolares, etc. Além disso, a capacidade de diagnóstico foi incrementada com o desenvolvimento de análises que abrangiam grupos e comunidades priorizando-se a prescrição de medidas de caráter preventivo, além das ações paliativas e curativas (NUNES, 2011, p. 458).

Incorporados pelo Serviço Social brasileiro na década de 1950, esses princípios foram adotados também pelo movimento espírita rio-grandense como parâmetros para a atualização e reformulação de suas ações sociais. É nesse sentido que podemos compreender melhor as percepções e preocupações em relação as problemáticas sociais elencadas, bem como o enfoque

atribuído à infância e à família nas campanhas em favor da educação e da evangelização promovidas pela FERGS neste período.

Além dos aspectos assinalados anteriormente, essa influência torna-se ainda mais evidente em outra série de artigos publicadas entre os meses de janeiro e maio de 1958, as quais justamente concentraram-se em dissertar sobre os aspectos atinentes ao exercício de uma atividade social bem orientada, identificando e definindo três formas:

ACÇÃO SOCIAL - É tôda forma de atividade social tendo por objeto a sociedade. É qualquer forma de ação sôbre o meio, visando a melhoria dêste. É trabalho generalizado, feito empiricamente por agentes sem especialização.

ASSISTÊNCIA SOCIAL - É auxílio prestado aos necessitados, isto é, àqueles que, por qualquer motivo, não conseguem prover suas necessidades. As atividades de assistência social se exercem através de Obras ou Instituições Assistenciais, como Educandários, Sanatórios, Hospitais, Instituições de Amparo à Criança Necessitada, etc. e exige a adoção de métodos adequados com obreiros especializados.

SERVIÇO SOCIAL - É a forma de atividade que visa reajustar à vida social o indivíduo deficiente, por meio de Instituições ou Assistentes Sociais, com o objetivo de tornar o homem mais útil a si mesmo e à sociedade, e, em última análise, permitir-lhe que cumpra sua finalidade na Terra. O Serviço Social exige o emprêgo de métodos científicos através de agentes especializados.¹⁷⁰

Dentro dessa perspectiva, as ações assistenciais dividir-se-iam em:

- 1) PALIATIVA - destinada a aliviar os sofrimentos originados pela miséria ou pela moléstia; é momentânea e passageira.
- 2) CURATIVA - destinada a recolocar os indivíduos e os grupos sociais nas condições normais de existência; cuida apenas do presente.
- 3) PREVENTIVA - destinada a prevenir os flagelos sociais (doenças, crimes, desajustamentos familiares, profissionais, etc.), através da higiene dos serviços de orientação, colocação, diversão, etc.; ataca o mal pelas causas.
- 4) CONSTRUTIVA - destinada a melhorar as condições sociais e a elevar o nível da existência.¹⁷¹

Esses conceitos, que teriam por fundamento as conclusões da 1ª Conferência Internacional em Serviço Social, realizada em Paris, em 1928, evidenciam mais uma vez a intenção de imprimir às ações espíritas um caráter mais racional e eficiente. Com efeito, tal como preconizava o Serviço Social, almejava-se que as mesmas se desenvolvessem mais em termos preventivos e construtivos do que paliativos e curativos.

¹⁷⁰ A Reencarnação. Ano 24. n. 6. Porto Alegre. mar. 1958. p. 20-21.

¹⁷¹ A Reencarnação. Ano 24. n. 7. Porto Alegre. abr. 1958. p. 23.

É verdade que a luta contra o empirismo ainda é muito grande. Ainda vamos assistir por muito tempo as “filas” de pobres para “receber presentes” por ocasião do Natal de Jesus, costume êsse altamente vexatório, inoperante. Muitas sociedades conseguem até interromper o trânsito na rua, tal é o número de pessoas que comparecem às distribuições. Milhares e milhares de cruzeiros são dispêndidos com êsse tipo de assistência meramente paliativa, de ação momentânea e passageira. Inegavelmente, há méritos nesta ação, pois, ela visa o bem social. Porém, êsse mesmo dinheiro, aplicado num tipo de assistência mais positivo, seria melhor utilizado.¹⁷²

A situação acima descrita caracterizava a atuação de muitas instituições espíritas menores que, na impossibilidade de sustentar um projeto social abrangente, dedicavam-se a distribuição de alimentos, roupas e medicamentos às populações necessitadas. Consideradas defasadas e ineficientes neste contexto, as ações paliativas e o empirismo deveriam então ceder lugar a uma nova postura baseada num entendimento técnico e científico a fim de contribuir para os reajustamentos individuais e coletivos.

Concluindo o quadro de coordenadas para a promoção da moderna assistência social, o último artigo da série apresentava os campos de ação do trabalho de reajustamento nos quais o Serviço Social aplicaria técnicas específicas aos indivíduos, grupos e/ou comunidades em questão. Tratavam-se dos campos da família, da infância, da educação escolar, do menor transviado, da delinquência, da saúde, da psiquiatria, do trabalho urbano e rural.¹⁷³

Além da divulgação desses postulados através da imprensa, do fornecimento de instruções e de intervenções em favor da regularização e da captação de recursos para obras sociais espíritas, o Serviço Social da FERGS criou, em 1958, a “Ação Social Espírita”, movimento educacional de deveria resultar na articulação do Serviço Social e de SEOGN. Os primeiros reflexos desse entrosamento foram a inserção do serviço no currículo das atividades do CPE e a realização de uma série de conferências sobre a temática no 1º Seminário de Orientadores Espíritas da Infância e da Juventude.¹⁷⁴

Proferidas por Waldomiro Eifler, essas conferências retomaram as considerações sobre Assistência e Serviço Social anteriormente divulgadas em *A Reencarnação*, gerando, posteriormente, uma nova série de artigos publicados entre março e agosto de 1959. Com alguns adendos, procurava-se ressaltar a relação entre os dois Serviços que compartilhariam de motivações e objetivos comuns, a partir da ideia de que os desajustamentos sociais teriam sua causa fundamental em problemas de ordem educacional.

¹⁷² A Reencarnação. Ano 24. n. 7. Porto Alegre. abr. 1958. p. 23.

¹⁷³ A Reencarnação. Ano 24. n. 8. Porto Alegre. mai. 1958. p. 25-26.

¹⁷⁴ A Reencarnação. Ano 25. n. 6. Porto Alegre. mar. 1959. p. 27.

As próprias escolas de evangelização da infância e da juventude, por exemplo, eram consideradas como formas de assistência preventiva e construtiva¹⁷⁵, atuando diretamente sobre as causas dessas problemáticas através da instrução e da disciplina em termos morais e espirituais. De fato, tal como o movimento evangelizador, o Serviço Social atribuía especial atenção à infância e frisava a importância de adequação dos indivíduos aos lares, pois “por mais que se queira, não é possível, nem social, nem biologicamente realizar a educação da infância sem o equilíbrio da sua família”.¹⁷⁶

Deste modo, no final da década de 1950, a FERGS articulava a assistência social aos esforços educacionais e evangelizadores projetados no 2º Congresso Espírita do Rio Grande do Sul como prioridades para o espiritismo no Estado. Tratava-se, com efeito, de um amplo movimento que concebia o potencial e a missão da doutrina espírita na transformação social através do seu aprimoramento moral e espiritual, da elevação das condições materiais de existência e, por conseguinte, do reajustamento dos indivíduos a partir do reconhecimento e desempenho de suas funções na família e na sociedade.

Estruturado e orientado pela FERGS, esse movimento articulou-se às ações institucionais em favor do gerenciamento e da expansão da ação federativa neste período, adentrando a década seguinte com a perspectiva de efetivação de seus objetivos e propostas. Razão pela qual a análise do impacto dessas novas concepções, isto é, se de fato acarretaram em mudanças significativas nas ações sociais espíritas, notadamente àquelas promovidas por instituições federadas, transcende os limites desse estudo. De todo modo, acreditamos ser importante assinalar o potencial dessa discussão para investigações ulteriores, especialmente no que concerne as percepções e intervenções do espiritismo na sociedade.

Apesar disso, uma hipótese acerca das consequências dessas ações merece ser assinalada, trata-se de sua contribuição para o reforço da legitimação e difusão do espiritismo na sociedade rio-grandense. Com efeito, elas concorreriam para o aperfeiçoamento de suas obras caritativas, sendo este um aspecto importante para sua identificação e aceitação social, além de uma forma de a doutrina atingir um público mais amplo e angariar novos adeptos, para o que também contribuiriam os esforços em favor da evangelização das novas gerações.

Ainda que esses aspectos não tenham sido identificados na documentação analisada enquanto objetivos explícitos, trata-se de uma possibilidade que não pode ser descartada, especialmente tendo-se em vista que, além da organização interna, o espiritismo precisou afirmar-se socialmente impelido por injunções externas ao seu meio. Pois, como abordaremos

¹⁷⁵ A Reencarnação. Ano 25. n. 6. Porto Alegre. mar. 1959. p. 17.

¹⁷⁶ A Reencarnação. Ano 25. n. 9. Porto Alegre. jun. 1959. p. 26-27.

a seguir, a década de 1950 foi marcada pelo acirramento da concorrência no campo religioso brasileiro, tendo como uma de suas expressões o embate entre espiritismo e catolicismo com repercussões no Rio Grande do Sul.

4. O MOVIMENTO ESPÍRITA RIO-GRANDENSE NA DÉCADA DE 1950

Neste capítulo, a partir da análise dos artigos veiculados em *A Reencarnação*, entre outras publicações institucionais, examinam-se aspectos concernentes à organização do movimento espírita rio-grandense na década de 1950. A análise concentra-se nas propostas desenvolvidas pela FERGS no sentido de administrar e desenvolver a ação federativa no Rio Grande do Sul, considerando as repercussões da unificação nacional do espiritismo e, igualmente, as ações e posicionamentos suscitados pela conjuntura sociopolítica brasileira e pela dinâmica do campo religioso neste período.

4.1 Os ecos do “Pacto Áureo”

De acordo com Miguel (2007), ao oficializar a unificação do movimento espírita nacional, após décadas de debates, conflitos e tentativas de articulação malsucedidas, o “Pacto Áureo” tornou-se um marco na história do espiritismo brasileiro, ainda que sua recepção tenha sido mista entre os espíritas. Pois, como abordamos no primeiro capítulo, logo após a sua assinatura, em 05 de outubro de 1949, emergiram críticas a seus articulistas, especialmente em relação a forma com que se desenvolveram as deliberações e aos amplos poderes que a FEB adquiriu a partir de suas resoluções.

Descontentamento que se estendeu às lideranças da FERGS, a qual fora incumbida de supervisionar esse processo no Congresso Brasileiro de Unificação Espírita, realizado em São Paulo, no ano anterior. Na ocasião, estabelecera-se que a instituição deveria divulgar suas ações e conclusões às instituições participantes e, no prazo de um ano, propor a realização de um novo encontro com o objetivo de definir e regulamentar o funcionamento do CFN, bem como a entidade a ser encarregada de dirigir o movimento espírita em âmbito nacional.¹⁷⁷

Além da desconsideração dessas prerrogativas, dado o caráter reservado com que a unificação foi acordada e num evento que não tinha essa questão como uma de suas pautas, a complacência em relação ao grau de autoridade conferido à FEB teria sido outro ponto de descontentamento, inclusive dentro da própria instituição. A esse respeito, Miguel (2007) cita os nomes de João Pompílio de Almeida Filho, Rodolpho L. de Mello, Enapino Brusque Borges

¹⁷⁷A Reencarnação. Ano 15. n. 2-3. Porto Alegre. nov. dez. 1948. p. 21-22.

de Andrade e José Simões de Mattos, como signatários de uma carta com data de 13 de outubro de 1949, endereçada à Francisco Spinelli, representante da FERGS, na qual expressavam seu desagrado nesses termos (MIGUEL, 2007, p. 83-85).

Elementos ativos na questão da unificação, esses indivíduos¹⁷⁸ contrastaram de outros confrades rio-grandenses que assinaram o Pacto como representantes da Comissão Executiva instituída pelo congresso de 1948, dentre eles Roberto Pedro Michelena, Felisberto do Amaral Peixoto, Marcirio Cardoso de Oliveira, Jardelino Ramos e o próprio Francisco Spinelli (MIGUEL, 2007, p. 83). Deste modo, no seio da FERGS, que ao longo da década de 1940 atuou intensamente em favor da causa unificacionista, o “Pacto Áureo” dividiu opiniões.

Este é um elemento que nos leva a relativizar a coesão entre os membros da instituição e dentro do próprio movimento espírita rio-grandense. Coesão que é, entretanto, constantemente enfatizada pelo discurso oficial através do periódico *A Reencarnação*, de modo que essa divergência de opiniões sequer é mencionada nas edições deste período sendo, ao contrário, ressaltada a recepção positiva do acordo, bem como a adesão da FERGS às suas prerrogativas e à liderança da FEB.

No artigo “Áureos Acontecimentos”, veiculado em novembro de 1949, a unificação é exaltada como um acontecimento de “incalculável valor [...] para fixar época áurea para a vida do Espiritismo no Brasil: a convergência de todas as entidades Espíritas do País, para a CASA DE ISMAEL, a Federação Espírita Brasileira”.¹⁷⁹ Ao que se segue a recordação dos esforços da FERGS em favor desta causa, bem como sua presença, através de seus representantes, na reunião que culminou no “Pacto Áureo”.

Após transcrever a ata do referido encontro e os 18 itens aprovados como os parâmetros para a organização do espiritismo brasileiro, a FERGS dirige-se aos espíritas do Rio Grande do Sul nos seguintes termos:

Nós que tanto vivemos e tanto meditamos no problema da Unificação, ao atingir os objetivos comuns com a mais brilhante e evangélica solução, sejamos dignos da proteção do Mestre, integrando-nos em nossas tarefas do Bem, como humildes cooperadores do Sublime Ideal que nos irmana, vivendo, no plano das realizações efetivas, as virtudes dos que estereotipam o Cristão, o Discípulo, na capacidade de

¹⁷⁸Miguel (2007) aponta uma contradição entre a correspondência por ele analisada e a lista de signatários do “Pacto Áureo”, pois nesta constam os nomes de João Pompílio de Almeida Filho e Enapino Brusque Borges de Andrade, os quais, posteriormente, assinam a referida carta com críticas ao acordo. Infelizmente, até o momento não foi possível esclarecer esta questão, tampouco identificar como a discrepância entre os pontos de vista em relação ao “Pacto Áureo” foram sanadas no seio da FERGS. Contudo, a presença frequente de artigos assinados por João Pompílio de Almeida Filho e José Simões de Mattos em *A Reencarnação*, ao longo da década de 1950, pode ser um indício de que a questão foi contornada sem maiores polêmicas ou fraturas internas. É, porém, um aspecto que carece de uma investigação mais atenta.

¹⁷⁹ *A Reencarnação*. Ano 16. n. 2. Porto Alegre. nov. 1949. p. 3.

renúncia, de tolerância, de amor e de Fé. Estejamos com o Cristo, no trabalho de todos os dias, nos pensamentos de todos os instantes e estaremos vibrando em unissonância com a Obra de Unificação que é secundada intensamente pelos Mensageiros do Senhor que supervisionam a caminhada dos homens de boa vontade.¹⁸⁰

Invocando a proteção e a supervisão divina, a mensagem constitui-se como um apelo à cooperação e à integração dos espíritas para a consolidação da unidade. Ideia que é reafirmada na edição de dezembro de 1949 com a transcrição de uma mensagem proferida por um dos representantes da FERGS em 9 de outubro no programa “Hora Espiritualista João Pinto de Souza”, transmitido pela Rádio Clube do Brasil, no Rio de Janeiro.

Estão unidos os Espíritas do Brasil. Essa união formada em ala subscrita por elementos de vanguarda no movimento Espírita, exige que se solidifique pelo testemunho, pelas virtudes Evangélicas que devem viver todos os que assumem qualquer atividade no campo doutrinário e direcional. [...] Temos fé, porque a Unificação é preceito da própria Doutrina que ensina Confraternização. Sim, temos fé, porque a obra já foi consagrada pela palavra apostolar de Ismael e outros Mentores que supervisionam os destinos do Espiritismo no Brasil. [...] É preciso, pois, que o exemplo mereça ser imitado por toda parte, destruindo personalismos, eliminando interesses inferiores e orgulhos mal contidos. Assim a Unificação atingirá valores ilimitados, imensa amplitude, dentro e fora do País, já que daqui se projetarão, para as humanidades vindouras, as belezas impares da Árvore do Evangelho que o CRISTO transplantou.¹⁸¹

Sendo a unificação articulada e consagrada pela espiritualidade, a confraternização cristã é preconizada como o ideal de unidade entre os espíritas, devendo imperar e se expandir, suplantando o personalismo, o orgulho e interesses mundanos. Já a adesão oficial da FERGS à FEB é assinalada na edição de dezembro de 1949, através da reprodução de um comunicado, datado de 19 de novembro daquele ano, indicando a confirmação da solicitação de reingresso da federação rio-grandense ao quadro social daquela entidade.¹⁸²

Atitude que a FEB também adotaria com as federativas de outros Estados brasileiros, uma vez que anteriormente havia declarado a desfiliação daquelas que participaram do congresso de 1948. Essa rearticulação era fundamental para que a unificação se consumasse de fato, como afirmava Antônio Wantuil de Freitas, presidente da FEB, em pronunciamento aos espíritas brasileiros, reproduzido na edição de abril/maio de 1950, em *A Reencarnação*:

Urge, portanto, que todos os Espíritas se unam, sem rivalidades nem competições, em torno da FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA, fazendo-se representar no

¹⁸⁰ A Reencarnação. Ano 16. n. 2. Porto Alegre. nov. 1949. p. 7-8.

¹⁸¹ A Reencarnação. Ano 16. n. 3. Porto Alegre. dez. 1949. p. 4.

¹⁸² Ibid., p. 8.

CONSELHO FEDERATIVO NACIONAL todas as instituições de âmbito estadual, a fim de que esse grande movimento de fraternidade e compreensão, incontestavelmente já vitorioso, possa produzir os magníficos resultados por todos justificadamente esperados e ansiosamente desejados.¹⁸³

De acordo com Miguel (2007), as primeiras ações do CFN, oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1950, teriam sido formuladas em diálogo com as federativas estaduais contemplando suas reivindicações. Neste momento, o órgão contava com representantes do Rio Grande do Norte, Paraíba, Espírito Santo, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, cujo conselheiro eleito foi o Tenente-Coronel Severino Antônio Cunha.¹⁸⁴

Dentro dessa perspectiva, os laços entre FERGS e FEB continuariam a fortalecer-se nos anos 1950, considerando-se também que uma parte importante da legitimidade de ambas as entidades assentava-se sob uma troca recíproca de reconhecimento. Com efeito, além de uma significativa atuação em favor da causa espírita, a FEB firmara-se como representação máxima do espiritismo com o apoio da FERGS e da mediação por ela operada com as demais federativas estaduais, cujo respaldo era fundamental para a conquista e manutenção desse status.

A FERGS, por sua vez, além da recepção positiva de suas propostas e ações pelos grupos espíritas rio-grandenses, contava com o importante capital simbólico adquirido na sua atuação em favor da causa unificacionista. Atributo sancionado oficialmente pela FEB que, enquanto instância superior, passou a reconhecer a instituição como sua própria representante e do espiritismo no Rio Grande do Sul, o que então deve se somar ao processo de legitimação da instituição dentro do movimento espírita rio-grandense.

De fato, como assinala Bourdieu (1990, p. 163-164), “o capital simbólico pode ser oficialmente sancionado e garantido, além de instituído juridicamente pelo efeito de nomeação oficial”. Ato que pressupõe o exercício de um poder simbólico, “poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Considerando que tanto a FEB quanto a FERGS se pretendiam instâncias de representação, em seus respectivos âmbitos de atuação, a mobilização desses capitais de ordem simbólica tinha como objetivo último a conquista e o exercício do poder de falar e agir em nome do espiritismo. Deste modo, a primeira buscava implementar e gerir a organização federativa

¹⁸³ A Reencarnação. Ano 16. n. 7-8. Porto Alegre. abr. mai. 1950. p. 6.

¹⁸⁴ Ibid., p. 6.

para o espiritismo no Brasil, enquanto que a segunda consolidar-se-ia na direção do movimento espírita rio-grandense, vinculando sua proposta diretiva a esse novo contexto.

Enfim, podemos concluir que a despeito das críticas de alguns membros da própria FERGS, o “Pacto Áureo” foi oficialmente saudado pela instituição mediante a adesão a suas definições e reconhecimento da autoridade da FEB na direção do movimento espírita brasileiro. Como veremos nos próximos itens, esse alinhamento será reforçado nos anos seguintes, através de ações institucionais visando o gerenciamento dos elementos organizacionais estruturados no período anterior e sua integração ao contexto mais amplo do movimento espírita brasileiro.

4.2 A ação federativa na década de 1950

No início do ano de 1950, as ações da FERGS em favor da orientação, defesa e difusão do espiritismo no Rio Grande do Sul eram reconhecidas dentro e fora dos meios espíritas. A instituição que então representava o movimento espírita estadual no CFN da FEB possuía um quadro social composto por 120 entidades¹⁸⁵, fazendo-se presente em todo o território através do rádio, da revista *A Reencarnação*, da realização de eventos, das visitas das Caravanas da Fraternidade e pela atuação de 33 representantes autorizados no interior do Estado.¹⁸⁶

Esse quadro aparentemente promissor foi o resultado de uma série de investimentos ao longo das décadas de 1930 e 1940 os quais tinham por objetivo a reunião e orientação dos grupos espíritas em torno de princípios comuns de ação. Concentrando-se na normatização doutrinária, ritual e institucional, assim como na definição de formas de inserção no espaço social, a ação federativa obteve êxito ao proporcionar estabilidade a prática espírita, articulando as necessidades internas de organização às questões que envolviam o relacionamento do espiritismo com outros agentes sociais neste período.

Essas perspectivas foram reforçadas ao longo da década de 1950, através de novas resoluções e publicações, tanto de autoria da FERGS quanto da FEB, com o intuito de arregimentar e orientar a ação dos grupos espíritas no Estado. Ao que deve se somar os esforços de integração do movimento espírita em torno da instituição mediante o trânsito e a atuação de seus emissários e representantes no interior do Estado, bem como da divulgação das ações e propostas institucionais através da imprensa.

¹⁸⁵ *A Reencarnação*. Ano 16, n. 6. Porto Alegre, mar. 1950, p. 12.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 25-26.

Em relação a organização institucional e ritual, destaca-se a publicação *Normas e Instruções*, editada pela FERGS a partir de 1955, como resultado da reformulação de *Regulamento e Normas*, conjunto de preceitos publicado pela instituição em 1943. Tal como seu predecessor, o documento teria como objetivo a orientação das atividades desenvolvidas pelos grupos espíritas pertencentes ao seu quadro federativo, considerando as resoluções do CFN, as características e as necessidades do movimento espírita rio-grandense.¹⁸⁷

Com poucas modificações, a normativa mantinha a divisão fundamental entre trabalhos de caráter externo, abertos ao público, e interno, restrito aos trabalhadores das instituições. Às primeiras continuavam a corresponder as sessões públicas de estudo da doutrina espírita e as aulas de evangelização e orientação educacional para a infância e a juventude, somando-se a partir de então as sessões de preces e irradiações aos enfermos e as sessões comemorativas.

Por sua vez, às segundas corresponderiam as sessões de orientação espiritual, orientação e desenvolvimento mediúnico, auxílio aos desencarnados, desobsessão e de efeitos físicos. Cada atividade é abordada no documento como um capítulo à parte de modo a apresentar com minúcia sua definição, finalidades, normas de execução e aptidões necessárias aos participantes, notadamente os médiuns, dos quais é enfatizada a necessidade de um alto grau de comprometimento, estudo e desenvolvimento de suas habilidades.¹⁸⁸

De fato, assim como na normativa anterior, a perspectiva disciplinadora e moralizadora do documento é especialmente manifesta em relação ao médium que “deve educar-se de modo tal que domine as influências dos espíritos”, “ser simples e humilde, tendo cuidado e cautela com os elogios de encarnados e desencarnados” e, principalmente, exercer a mediunidade desinteressadamente, recusando qualquer tipo remuneração direta ou indireta.¹⁸⁹

Essas e outras prescrições também foram divulgadas de forma recorrente nas edições de *A Reencarnação* deste período, em artigos onde os autores abordam o papel central da mediunidade em suas diferentes manifestações dentro do espiritismo. Em síntese, tratam-se de textos dedicados a orientar a prática mediúnica entre os grupos, centros e sociedades espíritas, enfatizando a necessidade de constante aprimoramento.

É o caso do artigo “Deveres e responsabilidades dos médiuns”, publicado em setembro de 1952. Argumenta o articulista, Djalma de Mattos, que não se constituindo como um privilégio, mas sim como um dom a ser empregado a serviço do bem, não raro também

¹⁸⁷ FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. *Normas e Instruções*. Porto Alegre: Livraria da FERGS. 1955. p. 5.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 17-20.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 11.

instrumento de prova e expiação, a mediunidade manifesta-se “em pessoas de ambos os sexos, de tôdas as idades e de qualquer condição, moral, social ou intelectual”¹⁹⁰, sendo a qualidade dos médiuns resultado de seus esforços em aperfeiçoá-la e a si próprios moralmente.

É, por conseguinte, dever de todo médium cômico de suas responsabilidades, empenhar-se seriamente por corrigir maus hábitos e defeitos, afim de tornar-se cada vez menos atreito às influências dos espíritos atrasados, e vir a ser intérprete digno, capaz e seguro dos espíritos superiores. O que se chama “desenvolvimento da mediunidade” é justamente isso: procurar o médium instruir-se no conhecimento da doutrina, para que se reforme e moralize, e aprenda, pela natureza dos fluidos e das intuições, a diferenciar os bons dos maus espíritos que se aproximam.¹⁹¹

Seguem-se então recomendações sobre as virtudes morais a serem almeçadas, notadamente, a humildade, em detrimento do orgulho e da vaidade, considerados altamente prejudiciais e capazes de comprometer a prática espírita. Argumentos semelhantes encontram-se no artigo “Médiuns desviados”, publicado em julho de 1956, com autoria de Conrado Ferrari, no qual reitera-se a ideia de que a mediunidade é um atributo concedido pela providência divina e que deve ser empregado na prática do bem e de forma desinteressada.

“Dai de graça o que de graça recebestes” é a recomendação evangélica: Em nenhuma hipótese tem o médium direito a usufruir qualquer vantagem, mesmo a menor, em troca de benefício distribuído através da mediunidade. Mas isto não é tudo. O médium tem obrigação de manter vida limpa, honesta, de sacrifícios. Dar sempre, sem cansar, nunca pensando em si ou no reconhecimento dos que receberam atenções, mas servindo pelo prazer do dever cumprido. O bem que os outros recebem através da sua mediunidade, não lhe pertence. Ele é apenas intermediário. Não pode, por isto, pretender recompensas neste mundo, pelo que fizer em virtude do dom que possui.¹⁹²

Em outro artigo, publicado em março de 1958 sob o título “Grandezas e misérias da mediunidade”, o mesmo autor exemplifica algumas das consequências do mal uso desta faculdade, dentre elas o fornecimento de receitas e aconselhamentos equivocados àqueles que buscam auxílio no espiritismo, além do risco da influência de espíritos inferiores sobre o próprio médium na forma de obsessões. Contra esses perigos, mais uma vez recomenda-se a disciplina e o estudo visando o aperfeiçoamento, pois:

Aos médiuns, que por essa forma foram chamados aos labôres da Seara, mais que qualquer outro seareiro, cabe o dever de estudar a si mesmos, analisando

¹⁹⁰ A Reencarnação. Ano 17. n. 13. Porto Alegre. set. 1952. p. 4.

¹⁹¹ Ibid., p. 4.

¹⁹² A Reencarnação. Ano 22. n. 10. Porto Alegre. jul. 1956. p. 18.

constantemente às produções que recebem. O “orai e vigiai”, do Evangelho, parece dirigido, de preferência, a eles. O bom médium não pode dispensar o estudo da Doutrina, nos livros fundamentais de Allan Kardec, fonte sempre nova, na qual encontramos orientação segura e resposta satisfatória a todas as interrogações.¹⁹³

Considerando que a maior parte das atividades desenvolvidas nas instituições espíritas contavam com a participação e o trabalho de médiuns, é compreensível a ênfase dada sobre a normatização das sessões, a disciplinarização e a moralização desses trabalhadores. Afinal, suas ações refletiriam diretamente na imagem pública das entidades e do próprio espiritismo, de modo que condutas consideradas inadequadas poderiam fornecer argumentos a seus detratores e ser motivo de reprovação pela sociedade.

Recordemos que foi justamente em face do acirramento das tensões entre o espiritismo e outros agentes sociais que a FERGS passou a priorizar a uniformização doutrinária e ritual ao longo das décadas de 1930 e 1940. Assim, as perspectivas apresentadas nas publicações dos anos 1950 denotam a continuidade dos esforços da instituição no sentido de estabelecer um padrão comum de atuação capaz de evitar conflitos e constrangimentos ao espiritismo.

Esse intuito é reforçado pelo último capítulo de *Normas e Instruções*, composto por um conjunto de orientações gerais, dentre elas o aconselhamento aos dirigentes das casas espíritas de “buscar certa uniformidade na prática, de molde a cimentar uma ação de unidade e evitar a ocorrência de práticas absurdas e aberrantes, que tanto depõem contra o Espiritismo”.¹⁹⁴ Nesse sentido, também como forma de evitar atritos de ordem religiosa e política, recomenda-se:

[...] cuidado, tanto nas sessões doutrinárias como nas mediúnicas, em não atacar outras religiões, direta ou indiretamente, bem como manter a entidade alheia a problemas político-partidários, não se permitindo discussões sobre tais assuntos. A mesma cautela é preciso manter, objetivando evitar críticas anti-fraternas contra irmãos de outras crenças ou contra confrades que, quando procedem erradamente são mais dignos de nossas preces. Tais cuidados devem ser observados, até mesmo nas simples palestras íntimas.¹⁹⁵

Essa indicação remete-nos a mesma postura não-conflitiva adotada pelo movimento espírita em relação aos campos político e religioso no período anterior. Com efeito, o pretenso discurso de neutralidade político-partidária assumido pelo espiritismo atuou como um instrumento eficaz em favor de seu relacionamento com o Estado durante a “Era Vargas”, bem

¹⁹³ A Reencarnação. Ano 24, n. 6. Porto Alegre, mar. 1958, p. 23.

¹⁹⁴ FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Normas e Instruções. Porto Alegre: Livraria da FERGS, 1955, p. 20.

¹⁹⁵ Ibid., p. 21.

como a abstenção às dissensões explícitas com o catolicismo que, em busca da hegemonia no campo religioso, alinhara-se com o regime varguista.

De acordo com Miguel (2007), esse discurso permitiria aos espíritas ajustarem-se estrategicamente a diversas conjunturas, assim é compreensível a defesa desta postura pela FERGS também na década de 1950. Essa questão, contudo, evidencia pontos de vista contrários dentro do movimento espírita, como se pode depreender de algumas publicações em *A Reencarnação* sobre a criação de organizações políticas vinculadas ao espiritismo.

É o caso de “O espírita e a política”, publicado em janeiro de 1953, onde referencia-se a edição anterior de *O Reformador* que informava a articulação de espíritas nesse sentido. O tom é de reprovação aos “irmãos ignorantes da índole e elevação do nosso movimento doutrinário” que deslocando-se da “orientação consagrada e inspirada com as cousas espirituais” pretendem “fundar a Liga Eleitoral Espírita, atitude que não se justifica, que não merece amparo dos que conhecem o Espiritismo como religião e filosofia”.¹⁹⁶

O artigo também reproduz um trecho de uma mensagem do espírito Emmanuel, sob psicografia de Francisco Cândido Xavier, a partir do questionamento acerca da participação de espíritas na política partidária através da União Evolucionista Cristã. Embora a comunicação não se posicione explicitamente contra a atitude, inclusive desejando bênçãos aos envolvidos, ressalta que a verdadeira missão dos espíritas é de caráter evangélico.

A questão partira de Eurípedes de Castro, presidente da União Evolucionista Cristã, organização fundada em 29 de agosto de 1951, na cidade de São Paulo, como uma “entidade cívica, destinada a orientar os espíritas no tocante aos seus sagrados deveres com a Pátria”.¹⁹⁷ Afirmando ser necessária a tomada de posição político-social do espiritismo, pretendia atuar no sentido da constituição de um partido baseado em princípios espírita-cristãos, em alternativa a candidatos e partidos existentes, especialmente àqueles contrários a doutrina espírita.

Contando com a participação de elementos dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, seus membros consideravam lícita a incursão nesse campo enquanto uma forma de difusão dos ideais evangélicos professados pelo espiritismo. Este encontrar-se-ia, de fato, “acima e além de todos os partidos políticos”, mas o espírita teria “o dever de votar e o direito de ser votado”, uma vez que o “governo é uma necessidade social”.¹⁹⁸ Enfim, vislumbravam nessa iniciativa uma possibilidade de melhoramento da política e da sociedade brasileira.

¹⁹⁶ A Reencarnação. Ano 17, n. 17. Porto Alegre, jan. 1953, p. 23.

¹⁹⁷ UNIÃO EVOLUCIONISTA CRISTÃ. O espírita e a política. São Paulo: Gráfica Linotype. 1953. p. 8.

¹⁹⁸ Ibid., p. 59-61.

Essa iniciativa diverge claramente do discurso de neutralidade assumido pela FEB e também pela FERGS, como se pode observar no artigo “Espiritismo e política”, publicado em *A Reencarnação* na edição referente aos meses de agosto, setembro e outubro de 1954. Assinado pelo redator do periódico, o texto procura marcar a posição da instituição em relação a “arregimentação de cunho essencialmente político e de objetivo visceralmente eleitoral” que estaria se processando no meio espírita rio-grandense.

A mensagem é dirigida a um interlocutor, indivíduo ou grupo que não é especificado, o qual visando a reivindicação da liberdade de pensamento e “cheio de zelos pela manutenção e ampliação da Doutrina consoladora” teria sugerido “a criação de um órgão espírita, de natureza política, supervisionado pela Casa Mãe, o qual teria a missão de analisar, selecionar e recomendar candidatos ao sufrágio dos espíritas sul-riograndenses”.¹⁹⁹ Proposta que o articulista passa a contestar de acordo com o entendimento da FERGS em relação à questão.

Nesse sentido, considera primeiramente que a mesma significaria “brandir o tacape do voto e, descendo à arena das competições partidárias, terçar armas com aqueles que enxergam o Cristo por um prisma diferente”.²⁰⁰ Do que se pode depreender que os espíritas rio-grandenses, engajados nessa ideia, procuravam contrabalançar a incursão de outros segmentos religiosos nesse campo, provavelmente o catolicismo que há muito atuava na política através de organizações voltadas ao apoio e indicação de candidatos para o eleitorado católico.

Em seguida, o articulista estabelece a posição institucional no sentido de que:

A Federação Espírita do Rio Grande do Sul tem orientação firmada no tocante à ingerência da Entidade, seja qual fôr a forma usada, em atividades político partidárias. Convicta de que o Espiritismo é o Cristianismo Redivivo e que o Reino do Cristo não é deste mundo, procura por-se à margem dessas atividades, embora não as condene quando exercidas pelos espíritas individualmente. [...] A nossa Federação cuida, precipuamente, da difusão da Doutrina Espírita. Esta, por sua vez, procura despertar consciências para as sublimes claridades do Evangelho, que nos ensina a dar a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus. Essa máxima admirável nos adverte de que não devemos misturar as coisas do mundo com as Divinas.²⁰¹

A incompatibilidade das atividades políticas com a missão evangélica do espiritismo é então o argumento utilizado pela FERGS para reforçar sua postura de neutralidade em relação às primeiras e estrito comprometimento em relação à segunda. Perspectiva que deveria ser assimilada pelas demais instituições espíritas, relegando-se a atuação política apenas aos

¹⁹⁹ *A Reencarnação*. Ano 19-20, n. 8-9-10. Porto Alegre, ago. set. out. 1954, p. 3.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 3.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 3.

espíritas de maneira individual, tendo em vista os princípios preconizados pelas entidades direcionais do espiritismo.

Já o 1º Congresso Espírita Pan Americano, reunido em Buenos Aires, concluiu, dentre outras coisas, que o Espiritismo é apolítico, assectário e adogmático. [...] Também a Federação Espírita Brasileira, a que nos achamos ligados e em cujo Conselho Federativo Nacional temos assento, mantém idêntica orientação, pois tem reiteradamente proclamado pelo seu órgão de difusão doutrinária “Reformador”, que o espírita é livre e que as Associações Espíritas são neutras.²⁰²

As mesmas considerações são reproduzidas em setembro de 1958, em artigo também intitulado “Espiritismo e política”, manifestação que teria sido motivada em função de questionamento de espíritas sobre a opinião da instituição, em virtude da proximidade dos pleitos eleitorais.²⁰³ Finalmente, a questão manifestou-se em dezembro de 1959, em artigo que transcrevia uma declaração da FERGS proferida no programa Hora Espírita Radiofônica acerca da fundação de uma entidade política sob a denominação de “Partido Espírita Brasileiro”.

Diante do acontecimento, a Federação manifestava-se no sentido de “esclarecer, tanto às federadas como os ouvintes em geral, que nada tem a ver com tal realização e dela só teve conhecimento através das notícias da imprensa”.²⁰⁴ Referenciando uma comunicação de Emmanuel, também psicografada por Francisco Cândido Xavier, reiterava a preponderância da missão evangélica do espiritismo, enquanto “uma realização definitiva e real”, sobre a atividade política, considerada transitória e “saturada de lutas materiais”.²⁰⁵

Em suma, os elementos acima discutidos indicam que a incursão dos espíritas na política partidária também dividiu opiniões dentro do movimento espírita brasileiro ao longo da década de 1950. A postura e o discurso de neutralidade assumidos por suas entidades direcionais, com base no argumento de que a missão evangélica do espiritismo era incompatível com esse tipo de atuação, foi contrabalançada por uma percepção oposta que a considerava legítima e necessária, levando a proposição e à organização de entidades com esse objetivo.

A relação entre espiritismo e política é um aspecto temático que suscita e, ao mesmo tempo, carece de investigações mais profundas. Contudo, tendo em vista os objetivos deste estudo, por hora limitar-nos-emos a consideração do posicionamento oficial das lideranças espíritas, a FEB em âmbito nacional e a FERGS no Rio Grande do Sul, como uma das

²⁰² A Reencarnação. Ano 19-20. n. 8-9-10. Porto Alegre. ago. set. out. 1954. p. 3.

²⁰³ A Reencarnação. Ano 24. n. 12. Porto Alegre. set. 1958. p. 29.

²⁰⁴ A Reencarnação. Ano 26. n. 3. Porto Alegre. dez. 1959. p. 29.

²⁰⁵ Ibid., p. 29.

perspectivas concebidas para a organização do movimento espírita em termos institucionais. Igualmente, como possível indicador da competição religiosa entre espíritas e católicos neste período, abordagem que será retomada mais detidamente no próximo item.

Enfim, podemos concluir que ao longo da década de 1950 a FERGS concentrou-se em administrar e reforçar a estrutura organizacional estabelecida no período anterior. A revisão de suas normativas manteve seu intento de uniformizar e ordenar as atividades desenvolvidas pelos grupos espíritas, bem como o de disciplinar e moralizar seus trabalhadores. Perspectivas que somadas a adoção de uma postura não-conflitiva e de um discurso de neutralidade política contribuiriam para resguardar o espiritismo contra possíveis oposições.

De fato, a estabilidade para a prática espírita estaria garantida na medida em que a instituição obtivesse êxito na difusão e implementação desses princípios. Todavia, a inserção e atuação do espiritismo na sociedade rio-grandense também passava pelo relacionamento com outros agentes religiosos. Como veremos a seguir, a década de 1950 foi marcada pelo acirramento da concorrência no campo religioso brasileiro, tendo como uma de suas expressões o embate entre espiritismo e catolicismo com repercussões no Rio Grande do Sul.

4.3 O espiritismo no campo religioso rio-grandense

Como abordamos no capítulo anterior, a conjuntura sociopolítica brasileira das décadas de 1930 e 1940 afetou a dinâmica do campo religioso na medida em que colocou aos diversos agentes a necessidade de legitimação perante o Estado. Neste contexto, de acordo com seus respectivos objetivos, estratégias e recursos, especialmente o catolicismo e o espiritismo procuraram uma aproximação com essa esfera através do alinhamento com as perspectivas políticas e ideológicas do regime vigente. Postura que também canalizou elementos específicos da concorrência existente entre esses segmentos, tais como a atuação político-partidária, a prática da caridade e a questão da laicidade.

A despeito da maior convergência e dos benefícios conquistados pela Igreja Católica, o espiritismo e as demais perspectivas religiosas foram capazes de contrabalançar suas pretensões hegemônicas e de demarcar cada qual seu espaço de atuação no campo religioso. Em consequência, no início da década de 1950, de acordo com Giumbelli (2012), este caracterizava-se como um espaço plural e dinâmico, cujas reconfigurações internas articulavam-se ao contexto mais amplo e a temas que se encontravam em voga, como a questão da modernização.

Em relação ao protestantismo, o autor chama atenção para seu dinamismo e inovação, advindos da vertente pentecostal caracterizada pela emotividade e espontaneidade de seus cultos, realizados em locais públicos e com ocorrências milagrosas. De fato, o pentecostalismo representaria o maior crescimento do grupo protestante neste período com a emergência de denominações como a Igreja do Evangelho Quadrangular, em 1951, O Brasil para Cristo, em 1955, que se afinava a um ideal nacionalista, entre outras nas décadas seguintes como a Deus é a Amor e a Igreja Universal do Reino de Deus.

No âmbito das religiões mediúnicas, houve uma expansão da umbanda a qual esteve atrelada ao crescimento das grandes cidades. Negrão (1996 apud GIUMBELLI, 2012, p. 90) assinala que a média de criação de centros umbandistas em São Paulo teria saltado de 10,6, entre os anos de 1945 e 1952, para 136,5, entre 1953 e 1959. Além de incursões na política partidária, a umbanda seria marcada por reconfigurações institucionais, de um lado, no sentido da consolidação de seu caráter autenticamente nacional e, de outro, pelo surgimento de uma vertente que defendia a valorização das origens e dos elementos africanos, bem como o estreitamento das relações com o candomblé que, a despeito do reconhecimento em regiões como a Bahia, ainda seria muito depreciado socialmente (GIUMBELLI, 2012, p. 91).

Quanto ao espiritismo, Giumbelli (2012) destaca a aproximação com o ideário católico a partir da produção editorial e da biografia de Francisco Cândido Xavier, cuja imagem de médium carismático teria se consolidado nesse período conferindo maior credibilidade à doutrina. Sua afirmação e difusão ainda teria sido favorecida pela ampla divulgação das cirurgias espíritas a partir da atuação destacada do médium José Pedro de Freitas, conhecido como Zé Arigó, sob inspiração do espírito do Dr. Fritz, médico alemão que teria falecido no início do século. Tratava-se, de uma prática que como as demais terapêuticas espíritas se apresentaria nesse contexto como alternativa à medicina convencional e uma “forma de conciliar ciência e religião, tradição e modernidade” (GIUMBELLI, 2012, p. 90).

Esse quadro de diversidade veio a evidenciar-se como um elemento de preocupação para o catolicismo não obstante seu status de religião dominante no país. Com efeito, apesar de sua posição hegemônica e prestígio junto a sociedade e o poder estatal, a década de 1950 foi marcada por um sentimento de crise que conduziu a mudanças na estrutura institucional da Igreja Católica brasileira e a adoção de posturas que se refletiram diretamente em seu relacionamento com outros grupos religiosos.

De acordo com Giumbelli (2012), a crise teria se delineado com a sucessão do cardeal D. Sebastião Leme, após sua morte em 1942, por D. Jaime Câmara que não teria demonstrado as mesmas qualidades de liderança de seu antecessor. Haveria também preocupações em relação

ao déficit de sacerdotes, a apatia dos fiéis, dado o descompasso entre um discurso institucional que recusava a secularização e uma sociedade que passava por mudanças profundas, e, finalmente, o crescimento de outros cultos.

As respostas a essa conjuntura teriam partido de eclesiásticos e leigos, sendo iniciativa dos primeiros a criação, em 1952, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o objetivo de “mobilizar especialistas que auxiliassem os bispos na discussão de problemas, animar as pastorais que atuavam na sociedade e ser instância de relação com o Estado” (GIUMBELLI, 2012, p. 83). Da parte leiga, fortaleceu-se a Ação Católica concentrando sua atuação nas esferas estudantil, operária e agrária, movimentação que deu origem a Juventude Universitária Católica e a Juventude Operária Católica que teriam se caracterizado pela incorporação de preocupações sociais e distanciamento em relação às lideranças eclesiásticas prefigurando uma futura polarização entre tendências “conservadoras” e “progressistas”.

No que tange a inserção católica no campo religioso, Giumbelli (2012) assinala que o ecumenismo ainda não era uma postura predominante nesse período, de modo que o relacionamento com outros cultos seria marcado pelo combate, especialmente em relação ao protestantismo e às religiões mediúnicas. Assim, logo em sua primeira reunião, realizada em Belém do Pará, entre os dias 17 e 20 de agosto de 1953, a CNBB instituiu a Campanha Nacional contra a Heresia Espírita com a criação da Seção Anti-Espírita do Secretariado Nacional de Defesa da Fé e da Moral, cuja direção foi conferida ao frei Carlos José Boaventura Kloppenburg que vinha se destacando no combate ao espiritismo através de seus artigos na Revista Eclesiástica Brasileira, da qual era redator (COSTA, 2001, p. 143)

Através da publicação de pastorais, obras e outros materiais informativos, a campanha buscou orientar o clero, esclarecer e prevenir os fiéis católicos contra as ideias espíritas, seus riscos e as consequências para aqueles que frequentassem as reuniões e/ou aderissem ao espiritismo. O próprio Kloppenburg encarregou-se de estudar os princípios doutrinários contidos nas obras de Allan Kardec para refutá-los em artigos e obras²⁰⁶ a partir de argumentos

²⁰⁶ Eis algumas das obras publicadas por Frei Boaventura Kloppenburg em seu combate ao espiritismo na década de 1950, a maioria pela Editora Vozes: Por que o católico não pode ser espírita (1951), Porque não admito a reencarnação (1952), Por que a Igreja condenou o Espiritismo (1953), Material para Instruções sobre a heresia espírita (1953), Resposta aos Espíritas (1954), A reencarnação: Exposição e crítica (1955), O livro negro do Espiritismo (1955), O Reencarnacionismo no Brasil (1957) e Cruzada de defesa da fé católica no I Centenário do Espiritismo (1959). Cabe destacar também suas publicações voltadas para outras frentes de enfrentamento para o catolicismo neste período: O católico perante a Umbanda (1952), Posição católica perante a Umbanda (1954), A Maçonaria no Brasil. Orientação para os católicos (1956), Ou católico ou maçom (1956), As Sociedades Teosóficas (1957) e O Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento (1957). In: SCHIERHOLT, José Alfredo. Frei Boaventura Kloppenburg - 80 Anos por Cristo em Sua Igreja. Lajeado - RS: O Autor, 1999. p. 186-187.

retirados das escrituras bíblicas, documentos pontifícios, cartas pastorais e, especialmente, do Código de Direito Canônico.

Flamarion Laba da Costa (2001) interpreta a campanha como uma mudança de postura do clero católico no que tange ao combate do espiritismo que se processava desde fins do século XIX e que se concentrava em sua condenação como heresia e prática diabólica. Na década de 1950 esses argumentos permaneceriam, mas seriam incorporados a uma ação mais organizada de esclarecimento, sendo orientados por um padrão teórico doutrinário atrelado às deliberações da CNBB e que também buscava argumentos em outros campos.

Frei Boaventura combate o Espiritismo lendo e interpretando, à luz da doutrina católica, as obras de Allan Kardec e de outros autores considerados como importantes na sua difusão e organização. É uma abordagem diferente da anterior, que como já citamos, procurava denegrir, desacreditar e apavorar as pessoas com o discurso diabólico da primeira metade do século. A contestação passou a ser feita baseada nas chamadas *obras básicas*, bem como utilizando publicações científicas de médicos, psicólogos, psiquiatras, parapsicólogos, trabalhando também os conceitos de reflexologia e de auto-sugestão, para interpretar e refutar os fenômenos espíritas e assim qualificá-los como fraude. (COSTA, 2001, p. 144)

Assim, o enfrentamento do espiritismo tornou-se mais agressivo procurando enquadrá-lo como uma heresia, um desvio perigoso dos ensinamentos e princípios da Igreja. De fato, além da reinterpretação dos textos bíblicos, com a crença na reencarnação, os espíritas negavam a existência do Juízo Final, do Inferno, do Purgatório e do Céu, bem como refutavam a crença na Santíssima Trindade e na divindade de Cristo. Além disso, praticariam a evocação e a comunicação com os mortos, um ato proibido e que não apenas possibilitaria a intervenção como também contribuiria para os desígnios do demônio, isto quando as manifestações espíritas não se revelassem como fraudes visando à exploração da credulidade pública.

Toda essa movimentação da Igreja Católica contra o espiritismo partia da percepção de seu acentuado crescimento, tendo em vista os recenseamentos de 1940 e 1950, bem como o elevado consumo de literatura espírita no país. Havia também a consideração do potencial de difusão contido em suas ações assistenciais, de modo que a campanha também incorporava a perspectiva de que as obras sociais católicas deveriam ser incentivadas a fim de contrabalançar as iniciativas espíritas, proibindo-se os católicos de contribuir com as mesmas e pleiteando-se junto aos poderes públicos a suspensão de suas subvenções (COSTA, 2001, p. 145 e 160).

Esse movimento repercutiu em diversos Estados brasileiros, dentre eles o Rio Grande do Sul, onde deu-se a formação escolar e eclesiástica de Kloppenburg, havendo indícios de que o mesmo tenha realizado visitas de divulgação, além de suas obras e textos terem circulado em

meios da imprensa católica como a *Revista Rainha dos Apóstolos*, publicação palotina editada em Santa Maria. A recepção da campanha pelo movimento espírita é atestada por um pronunciamento veiculado em *A Reencarnação* na edição de março de 1954, apresentando tanto a posição oficial da FERGS como da FEB perante a questão.

Afirmando ser uma resposta a certa pastoral emitida pelos bispos católicos rio-grandenses, com ampla circulação na imprensa, a FERGS, na pessoa de seu presidente, Francisco Spinelli, dirigia-se aos espíritas e ao público em geral nos seguintes termos:

1º - Lamenta sincera e profundamente o testemunho de extrema intolerância e de expressões anti-fraternas que representa aquele documento. [...]

2º - O Espiritismo não colide com ninguém no caminho das realizações de seus postulados Cristãos, mercê do caráter universalista que encerra a Doutrina. [...]

3º - Os Espíritas do Brasil já têm orientação firmada para responder aos ataques e às perseguições de quaisquer espécie e procedência. [...]

4º - A Federação Espírita do Rio Grande do Sul, por seus órgãos de divulgação, na tribuna, no rádio, pelo livro e pela imprensa espírita e profana, prosseguirá serena e imperturbável em sua campanha de esclarecimento, por todo o Estado sem lutas e sem ataques, para que todos tenham a oportunidade de conhecer as sublimes afirmações do Espiritismo, o Consolador Prometido pelo Cristo, o Filho de Deus.²⁰⁷

A declaração estabelecia uma postura não-conflitiva para o enfrentamento da oposição católica, sendo a mesma assumida pela instituição e recomendada ao movimento espírita, fazendo-se referência a um parecer emitido pela FEB em 5 de setembro de 1953 que recomendava aos espíritas brasileiros “paciência e tolerância evangélica, ante a ameaça que pende sobre a Doutrina”. Assim, deveriam proceder “sem revolta, agressões ou polêmicas acrimoniosas, mas firmes em sua fé”, devendo buscar inspiração no exemplo dos primeiros cristãos que foram vítimas da intolerância e da perseguição religiosa.²⁰⁸

A atitude de não responder aos detratores com ataques, de modo a não fomentar as dissensões, era uma recomendação antiga dentro do movimento espírita organizado, constando nos Estatutos e outros documentos de orientação da FERGS. No entanto, ressurgia de maneira enfática nesse contexto em que o espiritismo passava a sofrer uma oposição sistemática. Em artigo publicado em agosto de 1952, o mesmo Francisco Spinelli alertava os espíritas quanto a influência de ideias personalistas sobre a interpretação da doutrina, ao mesmo tempo em que orientava sobre como se portarem em público em face de oposições.

Eram “desaconselhadas as discussões ou ataques, as críticas menos fraternais”, devendo serem “afastadas as polêmicas, ou mesmo revides, as apreciações descaridosas a crenças ou

²⁰⁷ *A Reencarnação*. Ano 19. n. 3. Porto Alegre. mar. 1954. p. 1.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 1.

seitas, mantendo-se atitude serena, elevada, a que, aliás, são obrigados os que se propõe falar em nome de Jesus Cristo”.²⁰⁹ Em contrapartida, Spinelli afirma que os detratores do espiritismo agem de forma contrária, movendo todo tipo de ataques, insultos e mistificações, além de afirmações absurdas e caluniosas, demonstrando ausência de boa ética.

Embora não haja qualquer menção ao catolicismo, podemos inferir sua referência a partir dos tipos de ataques que estariam sendo movidos contra a doutrina, dentre os quais figuravam sua associação demoníaca e a acusação de heresia pela negação da divindade do Cristo, além da refutação da crença espírita na reencarnação. Argumentos que o articulista procurava rebater, explicitando os princípios do espiritismo e seu caráter cristão.

Publicado antes da promulgação da Campanha Nacional contra a Heresia Espírita, este artigo indica que o acirramento da tensão entre espíritas e católicos já vinha se delineado, evidenciando-se inclusive os argumentos de acusação e também a forma de reação do movimento espírita. De fato, encontraremos essas perspectivas nas edições de *A Reencarnação* de todo o período em diversos artigos através dos quais o espiritismo tencionava rebater as acusações católicas e afirmar-se na sociedade e no campo religioso, intento que não descartava a formulação de críticas a despeito de sua propalada postura não-conflitiva.

Assim, tornaram-se comuns artigos e notas que procuravam esclarecer sobre os princípios fundamentais da doutrina kardecista, seu caráter racional, cristão e caritativo, corroborado por suas realizações humanitárias. Essa perspectiva articulava-se ao intento de delimitação de suas fronteiras em relação a outros segmentos religiosos, especialmente a umbanda e o catolicismo, através da exposição sistemática de seus traços distintivos em relação aos mesmos, convergindo, assim, para a definição e afirmação da identidade espírita.

Um exemplo bastante elucidativo é o artigo “Definições Oportunas”, publicado na edição de maio/junho de 1953, que traz a reprodução de uma resolução da FEB, de 2 de maio daquele ano, com o objetivo de esclarecimento dos espíritas e não-espíritas sobre a natureza da doutrina e de suas práticas.

Doutrina religiosa, sem dogmas propriamente ditos, sem liturgia, sem símbolos, sem sacerdócio organizado, ao contrário de quase todas as demais religiões, não adota em suas reuniões e sem suas práticas:

- a) – paramentos ou quaisquer vestes especiais;
- b) – vinho ou qualquer bebida alcoólica;
- c) – incenso, mirra, fumo ou substâncias outras que produzam fumaça;
- d) – Altares, imagens, andores, velas e quaisquer objetos materiais como auxiliares de atração do público;
- e) – hinos ou cantos em línguas mortas ou exóticas, só admitindo, na língua do país,

²⁰⁹ A Reencarnação. Ano 17. n. 12. Porto Alegre. ago. 1952. p. 8.

exclusivamente em reuniões festivas realizadas pela infância e juventude e em sessões ditas de efeito físico;
 f) – danças, procissões e atos análogos;
 g) – atender a interesses materiais terra-a-terra, rasteiros ou mundanos;
 h) – pagamento por toda e qualquer graça conseguida para o próximo;
 i) – talismãs, amuletos, orações miraculosas, bentinhos, escapulários ou quaisquer objetos e coisas semelhantes;
 j) – administração de sacramentos, concessão de indulgências, distribuição de títulos nobiliárquicos;
 k) – confeccionar horóscopos, exercer a cartomancia, a quiromancia, a astronomia e outras “mancias”;
 l) – rituais e encenações extravagantes de modo a impressionar o público;
 m) – termos exóticos ou heteróclitos para a designação de seres e coisas;
 n) – fazer promessas e despachos, riscos, cruces e pontos, praticar, enfim, a longa série de atos materiais oriundos das velhas e primitivas concepções religiosas.²¹⁰

Dessa forma, os espíritas procuravam reafirmar sua feição de religião caritativa, posto que não exigiam ou aceitavam qualquer tipo de remuneração por suas ações, ao passo que negavam o uso de talismãs, amuletos e o exercício de “mancias”, rebatendo, dessa forma, as acusações de charlatanismo movidas por católicos, médicos e agentes repressores, desde fins do século XIX (GIUMBELLI, 1997; SILVA, 2005; ARRIBAS, 2010). E, por fim, destacavam sua especificidade de forma crítica em termos de práticas rituais perante as demais religiões de modo a enunciar que elas não condiziam com o espiritismo.

Embora mais uma vez não haja menção direta a outros cultos, os elementos acima elencados permitem identificar a umbanda e o catolicismo como alvos da mensagem espírita. Quanto a primeira, há alguns artigos publicados ao longo período que se dedicam a abordar sua relação com a doutrina espírita, elencando aproximações, mas especialmente distinções, como é o caso de uma entrevista concedida por Francisco Spinelli ao periódico *Vanguarda*, do Rio de Janeiro, reproduzida em *A Reencarnação* na edição de julho/agosto de 1953.

Refutando inicialmente a ideia de que a umbanda pudesse ser considerada uma vertente do espiritismo, não obstante ser igualmente uma religião espiritualista, Spinelli reconhece o exercício da mediunidade e a prática da caridade como elementos comuns. Contudo, assinala que não deveria haver confusão entre ambas as doutrinas na medida em que “o Espiritismo tem características próprias, codificação distinta”, sendo “Doutrina de aprimoramento, sem rituais, sem sacramentos, sem hierarquias e sem certas práticas que distinguem várias religiões espiritualistas”.²¹¹

Em relação ao exercício mediúnico, Spinelli faz menção à metodologia empregada nos trabalhos de desobsessão nos centros umbandistas cujo caráter seria mais agressivo, posto que

²¹⁰ A Reencarnação. Ano. 17. n. 21-22. Porto Alegre. mai. jun. 1953. p. 11.

²¹¹ Ibid., p. 15.

almejavam repelir os espíritos obsessores de diversas formas sem doutriná-los. Esse ponto de discordância fora manifestado anteriormente no artigo “Espiritismo de Terreiro”, publicado na edição de julho/agosto de 1950, em que o articulista Leopoldo Machado assinalava o aspecto “fenomenológico e interesseiro” dos terreiros.

Afirmava que as pessoas dirigir-se-iam para os mesmos a fim de saciar sua curiosidade e encontrar soluções para problemas pessoais e interesses de ordem material, desenvolvendo-se naqueles espaços “fenômenos espetaculares enfeitados a pontos cantados, a danças ritualistas, a pitos e goles de marafas, a cenas esquisitas”.²¹² Em outro artigo, a aproximação e a distinção entre espiritismo e umbanda é sintetizada na seguinte passagem:

Espiritismo e Umbanda, voltam-se ambos à prática da caridade. Na Umbanda, porém, a caridade de efeitos ostensivos e imediatos, como a cura de moléstias, a melhoria de negócios e meios de vida, bem como a libertação de obsedados pelo afastamento compulsório do obsessor, parece ser o fim, - ao passo que no Espiritismo tudo isso constitui apenas meios para atingir um fim mais alto, que é o esclarecimento e o progresso espiritual dos indivíduos. Assim, por exemplo, na cura das obsessões, a finalidade do Espiritismo não é somente a de libertar o obsedado dos seus perseguidores, e sim a de iluminar a consciência de encarnados e desencarnados com os preceitos evangélicos de amor e perdão, a fim de que ambos, libertando-se das algemas do ódio provindo de existências anteriores, alcancem, pela conciliação, a verdadeira e duradoura felicidade.²¹³

Essa percepção sobre a umbanda remete ao esforço recorrente do espiritismo brasileiro de não apenas se investir de atributos dignos de reconhecimento social, mas também de se diferenciar de práticas com atribuição negativa e/ou consideradas ilegítimas pela sociedade e seus concorrentes religiosos. Um exemplo da tentativa de distinção espírita é um artigo publicado em novembro de 1957, com autoria de Alfredo Miguel, em que procura-se esclarecer sobre a existência de um ou mais “espiritismos”, confusão que seria causada pela ideia de que a mediunidade era uma exclusividade da religião espírita.

Estando presente em todos os credos, a diferença estaria em como a mediunidade seria empregada e desenvolvida, o que resultaria na já referida polarização entre “alto” e “baixo” espiritismo. Contudo, o articulista recusa essa dicotomia, afirmando a existência de um único e verdadeiro espiritismo, com características próprias e oriundo das obras codificadas por Allan Kardec, considerando que fora desse padrão “só existe o FALSO ESPIRITISMO, ou melhor, mediunismo baldo de conteúdo doutrinário, sem objetivo de reforma do indivíduo”.²¹⁴

²¹² A Reencarnação. Ano. 16. n. 10-11. Porto Alegre. jul. ago. 1950. p. 17.

²¹³ A Reencarnação. Ano. 22. n. 21-22. Porto Alegre. set. 1956. p. 5.

²¹⁴ A Reencarnação. Ano. 24. n. 2. Porto Alegre. nov. 1957. p. 24.

Desde sua origem, também a umbanda foi alvo de constrangimentos por parte da Igreja Católica, da medicina e dos órgãos de repressão estatais, daí a importância de o espiritismo demarcar as fronteiras e definir sua especificidade. No mais, é preciso considerar que, a despeito do reconhecimento de seus atributos positivos, o espiritismo tinha uma percepção negativa acerca das práticas da religião umbandista que, em última instância, era uma concorrente que naquele momento crescia em importância no campo religioso brasileiro.

Como vimos anteriormente, essa postura também foi adotada em relação ao catolicismo, dentro de uma estratégia de defesa que almejava localizar a doutrina espírita, esclarecendo sobre suas características e princípios fundamentais sem confrontar seus opositores. Assim, procurava o espiritismo rebater os argumentos advindos das percepções e depreciações católicas que o tomavam por heresia e relacionado às artes das trevas, além das acusações de fraude e de que suas práticas conduziram a loucura.

Essa postura não-conflitiva, no entanto, deve ser relativizada, na medida em que ao estabelecer a distinção em termos doutrinários e rituais, tal como no caso da umbanda, o espiritismo manifestava sua crítica aos elementos católicos. Com efeito, colocava-se como uma religião que não possuía “altares, nem culto, nem sacerdotes e nem templos”, reivindicando e defendendo a simplicidade dos cristãos primitivos contrapondo-se, assim, ao catolicismo.²¹⁵

Em artigo de setembro de 1956, o articulista Vinícius discorre sobre a diferença entre religião e culto, atribuindo à primeira a função e o ato de conexão da criatura com seu criador e à segunda a qualidade de indumento criado pelas várias religiões visando a materialização do espírito religioso, como era o caso da Igreja Católica.

Nesse sentido, adverte que:

A força de muito cuidarem do culto ou da forma exterior, desaparece o espírito religioso abafado pelo ritualismo, pelo cerimonial aparatoso dos templos de pedra e pelos dogmas forjados nos concílios. Quando atentamos mais para a roupa do que para o corpo, a saúde periclita. Quando curamos mais da matéria do que do espírito, o caráter afroxa, a consciência cochila, a razão se oblitera e os sentimentos se abastardam. A exaltação do culto se verifica à custa do rebaixamento da fé.²¹⁶

Deste modo, o espiritismo também procurava expressar sua visão acerca dos princípios e dogmas católicos, assim como sua interpretação em relação à religião e aos ensinamentos bíblicos. É o caso de um artigo publicado na edição de julho/agosto de 1955, que apresenta a

²¹⁵ A Reencarnação. Ano. 20. n. 8-9. Porto Alegre. mai. jun. 1955. p. 27.

²¹⁶ A Reencarnação. Ano. 22. n. 12. Porto Alegre. set. 1956. p. 6.

visão espírita acerca da recomendação de Jesus sobre a pregação evangélica e o batismo. Quanto ao último, argumenta o articulista, Djalma de Mattos, que seu real significado seria o de instrução e esclarecimento dos homens quanto às verdades divinas, contrapondo, assim, a interpretação católica de que a função do batismo seria a de livrar o homem do pecado original.

Ensina a Igreja, que a alma é criada por Deus para animar o corpo no ato de nascer, e que, quando a criatura morre sem se ter batizado a alma não irá para o Céu; ficará eternamente separada do Pai, devido a não se ter desquitado do pecado original, o que nem sempre depende da sua vontade; pois, em se tratando de uma criança, esta paga pelo suposto descuido dos seus genitores. Ensina também a Igreja que herdamos êste pecado, em virtude da rebeldia de Adão e Eva, que seduzidos pela serpente, comeram, no Paraíso, o fruto proibido.²¹⁷

A partir disso, indaga Mattos sobre qual seria o caráter da descendência que a humanidade teria em relação à Adão e Eva, pressupondo sua real existência e não como figuras simbólicas, como compreendia o espiritismo. Ao considerar essa descendência como sendo de ordem corporal, o articulista refuta a ideia do pecado original posto que Deus não marcaria com o mal as almas que criava para animar os corpos, representando essa crença “um absurdo, porque, se fôsse verdadeira, transformaria a justiça de Deus em iniquidade e a sua misericórdia em malvadez; faria, em muitos casos, pagar o justo pelo pecador”.²¹⁸

Em outro artigo, publicado em fevereiro de 1957, Djalma de Mattos discorre sobre o Juízo Final e as representações de Céu, Inferno e Purgatório, refutando-as por sua irracionalidade e ausência de bom senso.

Se em realidade existissem o inferno de tormentos sem fim, Satanás e a condenação eterna, seriam criação de Deus que, sendo a perfeição infinita, teria criado a eternidade do mal. Essa crença inconcebível traduz concepções tão horivelmente absurdas, em face dos essenciais e necessários atributos do Supremo Criador, que, nutrimos a firme e serena convicção de que, os que dizem possuí-la, não pensam no que dizem, ou falam sem sinceridade. Não há ninguém, que tenha suficientemente desenvolvida a faculdade do raciocínio, que, crendo no inferno e na condenação eterna, possa ter consolação e paz de Espírito [...] se sabe que parentes, amigos ou simplesmente conhecidos - que por todos devem interessar-se as almas bem formadas -, se encontram no inferno suportando padecimentos pavorosos e sem fim.²¹⁹

Diversos artigos do período revisitam esses e outros temas, tais como a vida eterna, a Santíssima Trindade e a existência do Diabo, notadamente as séries “Ensinos Evangélicos” e

²¹⁷ A Reencarnação. Ano. 20. n. 10-11. Porto Alegre. jul. ago. 1955. p. 11.

²¹⁸ Ibid., p. 11.

²¹⁹ A Reencarnação. Ano. 23. n. 5. Porto Alegre. fev. 1957. p. 1.

“Missão e Diretrizes do espiritismo”, publicadas em *A Reencarnação* a partir de 1957. Tais manifestações configuram-se como a expressão de representações produzidas pelo espiritismo acerca de si e de seus oponentes no campo religioso, bem como sobre a religião, a natureza humana e a própria sociedade, as quais concorreriam para sua identificação como um grupo religioso específico num contexto conflituoso.

Diante dos elementos apresentados acerca do embate entre espíritas e católicos na década de 1950, podemos considerar a perspectiva de afirmação de uma identidade social para o espiritismo na medida em que esse quadro denota o que Denys Cuche (1999, p. 184) descreve como “a negociação de uma "auto-identidade" definida por si mesmo e uma "hetero-identidade" ou uma "exo-identidade" definida pelos outros”. Com efeito, na medida em que os católicos atribuem traços depreciativos aos espíritas, estes se defendem esclarecendo tais aspectos, reivindicando suas especificidades e atributos positivos, ressaltando sua desvinculação e criticando determinadas práticas de seus concorrentes.

Cuche (1999) considera que a identidade configura-se como um constructo social baseado em relações de oposição entre grupos em contato que expressam aspectos de distinção que existem entre os mesmos ou que se quer instituir como existentes.

Todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). (CUCHE, 1999, p.177)

Esse processo se apresenta como inerente a dinâmica do campo religioso que, segundo Bourdieu (2011), configura-se como um espaço relativamente autônomo, dotado de lógica e necessidades específicas em torno das quais se estabelecem relações de concorrência entre diferentes agentes em torno do monopólio da gestão dos bens de salvação. Deste modo, nessas disputas as operações de identificação também têm seu lugar, na medida em que concorrem para a legitimação das propostas de um grupo, não raro, mediante a desqualificação dos outros.

Assim, é possível compreender as concepções, atitudes e discursos espíritas em relação à definição de sua doutrina e de seus adeptos, como formas de autoclassificação, as quais também se prestam à classificação do outro. Nesse sentido, há que se considerar que as ações dos indivíduos estão pautadas pela posição que ocupam no espaço social, mas também pelas formas com que eles apreendem a realidade.

Vimos que os espíritas não apenas reivindicavam para si o caráter de uma religião cristã,

dentre outras especificidades, tais como o caráter racional e a prática da caridade, como também expressavam e defendiam suas concepções e interpretações sobre a religião e o mundo social, contrapondo-as às de seus concorrentes. É nesse sentido que consideramos pertinente a noção de *representação* como sendo capaz de articular três registros de realidade:

[...] por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada. (CHARTIER, 2002, p. 11)

Expressas por seus preceitos doutrinários, as representações espíritas configuram-se como traços distintivos da religião e também de seus adeptos que as assimilam e as adotam, de forma consciente e/ou inconsciente, como matrizes de suas práticas. De fato, os diferentes grupos que integram a sociedade produzem e compartilham representações próprias que os definem, e, em diferentes graus, os aproximam ou opõem tenazmente.

Acreditamos que este também seja o caso das oposições entre espíritas e católicos no campo religioso rio-grandense da década de 1950, configurando o que Chartier (1990) denomina de “lutas de representações”, a partir de sua leitura sobre as “lutas simbólicas e de classificações” referidas por Bourdieu (1990) que se processariam entre indivíduos, grupos e instituições no espaço social e das quais as afirmações de identidade tomam partido.

As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso a investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Esses elementos permitem vislumbrar a lógica do relacionamento e da concorrência que se processava entre o espiritismo e outros grupos religiosos neste período. Dados os limites deste estudo, os aspectos aqui elencados apenas esboçam um panorama geral sobre a questão, a qual suscita reflexões mais abrangentes e profundas com a consideração de outros elementos documentais da imprensa espírita, católica e leiga. Procedimento que possibilitaria, por exemplo, uma melhor compreensão acerca da campanha contra a heresia espírita no Estado, os elementos e estratégias colocados em disputa e sua repercussão na sociedade.

Enfim, o que deve ser destacado a partir dessas considerações é a importância que as questões relativas ao campo religioso adquiriram para o espiritismo na década de 1950, expressas pelo acirramento da concorrência advinda do crescimento de outras perspectivas como, por exemplo, a umbanda e, especialmente, pela oposição organizada do catolicismo. Tendo em perspectiva o Rio Grande do Sul, identificamos tais preocupações e estratégias visando a afirmação do espiritismo neste espaço e também na sociedade, dentre as quais destacaram-se a adoção de uma relativa postura não-conflitiva e a afirmação de sua identidade social a partir da definição do que seria o espiritismo, em termos rituais e doutrinários, e, por conseguinte, de quem seriam os espíritas, enquanto adeptos dessas perspectivas.

4.4 A integração do movimento espírita

No primeiro item deste capítulo, abordamos a repercussão do “Pacto Áureo” entre os espíritas do Rio Grande do Sul assinalando que, apesar das críticas, este foi oficialmente saudado pela FERGS que aderiu às suas deliberações e à liderança da FEB. No segundo, identificamos as iniciativas desenvolvidas ao longo da década de 1950 com vistas à consolidação da estrutura organizacional estabelecida, bem como a definição de preocupações institucionais em relação à evangelização, educação e assistência social. Em caráter conclusivo, este item concentra-se nas ações voltadas à integração do espiritismo rio-grandense em torno desses elementos e sua articulação com as perspectivas mais gerais do movimento espírita brasileiro.

Em relação às iniciativas de articulação em torno da FERGS é possível identificar o reforço de certos instrumentos empregados pela entidade com eficiência nas décadas de 1930 e 1940. É o caso da atuação dos representantes autorizados que em 1950 se faziam presentes em 36 cidades do Rio Grande do Sul.²²⁰ Já em 1958, 69 deles encontravam-se distribuídos em 55 cidades exercendo as funções de apoio, fiscalização e propaganda com o intuito de angariar novos filiados e fortalecer a ação federativa no Estado.²²¹

Também as Caravanas da Fraternidade destacaram-se nesse período viabilizando, em âmbito estadual, o contato mais direto da FERGS com suas filiadas no interior e, em âmbito nacional, o relacionamento com as federativas de outros Estados brasileiros. No primeiro caso, em 1951, a delegação composta por João Pompilio de Almeida Filho, Francisco Spinelli e Moab

²²⁰ A Reencarnação. Ano 16. n. 10-11. Porto Alegre. jul. ago. 1950. p. 16.

²²¹ A Reencarnação. Ano 24. n. 5. Porto Alegre. fev. 1958. p. 30.

Zanelli percorreu as cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Uruguaiana, Santa Maria, Bagé, Santana do Livramento, Taquari e Taquara, com fins de confraternização e divulgação dos princípios federativos.²²²

Com a realização do 2º Congresso Espírita do Rio Grande do Sul, em outubro de 1951, estabeleceram-se as Concentrações Regionais²²³ como forma de dinamizar a articulação do movimento espírita, sendo as mesmas organizadas pelas caravanas em determinadas cidades com a convergência dos grupos e lideranças espíritas das localidades próximas. A primeira foi realizada na cidade de Santo Ângelo, nos dias 7 e 8 de junho de 1952, fazendo-se presentes delegações de Ijuí, Três Passos, Piratini, Porto Xavier, São Leopoldo, Montenegro, Santa Maria e Bagé, tendo sido proferidas conferências com temas relativos à evangelização, assistência social, prática mediúnica e organização federativa.²²⁴

Ao longo do ano de 1953, realizaram-se outras concentrações nas cidades de Bento Gonçalves, Pelotas e Santa Maria nos mesmos moldes.²²⁵ Já em 1959, as concentrações foram reorganizadas de acordo com o programa da Ação Social Espírita com o intuito de abordar questões concernentes à organização federativa, evangelização e prática do serviço social, aspectos que, como abordamos no capítulo anterior, figuravam neste período como preocupações para a FERGS em sua proposta de organização para o movimento espírita.²²⁶

Além dessas ações, deu-se a difusão dos princípios do sistema federativo através de *A Reencarnação* que, após alguns lapsos de publicação no início da década, causados por dificuldades financeiras e de produção, voltou a circular normalmente a partir de agosto de 1952.²²⁷ Com a manutenção do formato de revista, o periódico passou a ser editado na sede da FERGS que, no ano seguinte, inaugurou sua gráfica dentro de um projeto que incluía a organização de uma livraria, tendo ambas a finalidade de produção e difusão de materiais e obras de cultura geral, evangelização e propaganda.²²⁸

Na já citada série de artigos “Vida Espírita Federativa”, encontramos algumas definições que procuravam ressaltar o caráter da FERGS como o resultado da união de suas filiadas de modo a mesma constituir-se como “uma elite orientadora e controladora da vida teórica e prática das entidades federadas que constituem o quadro social”.²²⁹ Colocando-se como um

²²² A Reencarnação. Ano 17. n. 8-9-10-11. Porto Alegre. set. out. nov. dez. 1951. p. 5,10 e 12.

²²³ Ibid., p. 8.

²²⁴ A Reencarnação. Ano 17. n. 12. Porto Alegre. ago. 1952. p. 13 e 15.

²²⁵ A Reencarnação. Ano 17. n. 23-14. Porto Alegre. jul. ago. 1953. p. 21-22. A Reencarnação. Ano 18. n. 27-28. Porto Alegre. nov. dez. 1953. p. 10.

²²⁶ A Reencarnação. Ano 25. n. 7. Porto Alegre. abr. 1959. p. 26.

²²⁷ A Reencarnação. Ano 17. n. 12. Porto Alegre. ago. 1952. p. 1.

²²⁸ A Reencarnação. Ano 18. n. 27-28. Porto Alegre. nov. dez. 1953. p. 12-13.

²²⁹ A Reencarnação. Ano 22. n. 17. Porto Alegre. jan. 1953. p. 1.

órgão orientador e não arbitrário, a instituição afirmava que suas deliberações e recomendações seriam oriundas do consenso entre as agremiações representadas.

A vida espírita federativa é uma cúpula do conjunto, para onde se condensa o acervo de conhecimentos teóricos e práticos da Doutrina, coletados pelas atividades esparsas dentro do território de jurisdição da entidade “mater” para, desta irradiar no conjunto dentro de um programa fixador de diretrizes para a sua execução no corpo social que é o quadro das federadas.²³⁰

Nesse sentido, consideravam-se as diversas questões que a organização de uma entidade espírita suscitava, em termos doutrinários, administrativos e legais, para os quais colaborariam os serviços federativos.

Pelo seu setor de serviço doutrinário e jurídico, a Federação terá condições de dizer, informar, como se fundam, como funcionam e como as sociedades adquirem personalidade jurídica. Para tanto indicará obras a serem estudadas, dirá que espécie de sessões - doutrinárias e mediúnicas -, segundo o elemento de que dispõe a entidade, devem ser realizadas; fornecerá modelos de estatutos, de extratos, de regimentos internos, para que a marcha da instalação obedeça ritmo seguro e segundo o aconselhado pelos conhecimentos teóricos e práticos a que nos referimos.²³¹

Tendo em vista esses elementos, podemos compreender que a FERGS almejava transmitir às instituições espíritas a ideia de que a organização federativa traria benefícios às mesmas e ao espiritismo no Estado, garantindo a preservação de sua autonomia. Neste ponto, há que se considerar a possibilidade de que esse discurso se constituísse como uma forma de fomentar as adesões, considerando a hipótese levantada no segundo capítulo de que a percepção da perda de sua independência e da excessiva ingerência da Federação tenham se colocado como entraves para que os grupos espíritas aderissem à proposta.

Com efeito, a filiação de uma entidade implicava a adoção de certos princípios de ordem administrativa, ritual e doutrinária, além do reconhecimento da orientação e do caráter representativo da FERGS. Com abordamos anteriormente, ao longo das décadas de 1930 e 1940, a instituição lançou mão de diversos esforços no sentido de normatizar, disciplinar e moralizar a prática espírita dentro de um padrão comum, desempenhando, por conseguinte, ações de fiscalização, o que não raro resultava no desligamento daquelas federadas que não estivessem de acordo ou se recusassem a seguir tais orientações.

²³⁰ A Reencarnação. Ano 22. n. 17. Porto Alegre. jan. 1953. p. 2.

²³¹ A Reencarnação. Ano 22. n. 18. Porto Alegre. fev. 1953. p. 2.

Encontramos na década de 1950 uma postura mais rígida nesse sentido, como podemos depreender da reafirmação dos critérios de filiação e dos deveres atribuídos aos grupos federados pelos Estatutos e, especialmente, pelo Regimento Interno da FERGS. Este último, reformulado em 1957, estabelecia como condições fundamentais para ingresso no quadro federativo a posse de “um programa definido de trabalhos, baseados e orientados segundo a Codificação Kardequiana” e a orientação de “suas atividades de natureza espiritual nas linhas gerais do opúsculo “Normas e Instruções”, editado e distribuído pela Federação”.²³²

De acordo com o documento, o trâmite burocrático requeria ainda uma solicitação de filiação assinada pelo presidente do grupo candidato; um exemplar de seu Estatuto, devendo o mesmo estar de acordo com o modelo da Federação; uma cópia de seus regulamentos ou regimentos internos em vigor; a relação dos membros da Diretoria, com especificação de cargos; a relação de todos os sócios; informação das atividades realizadas, com indicação de dias e horários; e, por fim, uma certidão para comprovação de personalidade jurídica.²³³

O Regimento ainda fazia considerações sobre a categorização das instituições, aconselhando a adoção do termo “sociedade”, em detrimento de “grupo” e/ou “centro” uma vez que estes se ajustariam melhor “a ambiente familiar e a atividades incipientes”.²³⁴ Quanto a nomenclatura, recomendava-se o uso de frases-conceito em detrimento de nomes de pessoas, não sendo admitidas as entidades que adotassem “o nome de “caboclos”, de “índios”, de “santos” ou outros extravagantes ou inconvenientes”.²³⁵

Um artigo publicado em março de 1958 elucida a cobrança da instituição em relação ao cumprimento dessas diretrizes por suas federadas considerando a falta de comprometimento como prejudicial às entidades e ao espiritismo de forma geral, posto que contribuiria para a confusão em relação à sua identificação na sociedade.

As entidades federadas precisam ser mais coerentes com suas idéias e compromissos assumidos. Ninguém é obrigado a federar-se. Mas, se o faz, assume o compromisso de viver de acordo com os estatutos, instruções e normas da Federação, em troca do Diploma que lhe é concedido. A falta de obediência a esse importante compromisso trás, como consequência, o desrespeito à doutrina e à Federação a que pertencemos. A confusão que se cria com essas irregularidades práticas e doutrinárias, deram causa a que irmãos de outras crenças e mesmos sem crença propriamente dita, nos confundissem com doutrinas que nada têm que ver com o espiritismo, verdadeiramente.²³⁶

²³² FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Regimento Interno. Porto Alegre: Tipografia Allan Kardec. 1957. p. 1.

²³³ Ibid., p. 1-2

²³⁴ Ibid., p. 3.

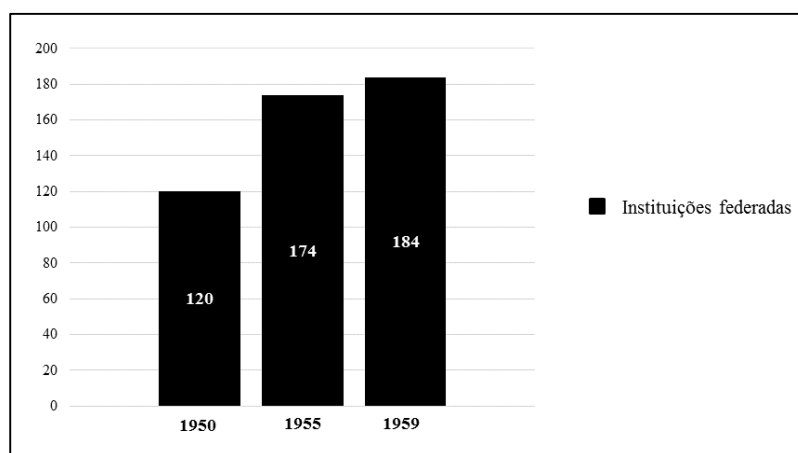
²³⁵ Ibid., p. 2.

²³⁶ A Reencarnação. Ano 24. n. 6. Porto Alegre. mar. 1958. p. 1.

O fato de a FERGS se impor a suas federadas nesses termos, estabelecendo regulamentações e cobrando sua execução de forma incisiva, é um possível indicativo do grau de legitimidade e estabilidade que a entidade atingira dentro do movimento espírita, bem como do sistema de organização que pretendia difundir e implementar no Estado. Para tanto, acreditamos que mais uma vez o fator adesão, enquanto reconhecimento de autoridade e substrato para a ação institucional, tenha sido fundamental.

Em relação à movimentação do quadro federativo, embora não tenha sido possível reunir dados mais pormenorizados como no período anterior, identificamos na década de 1950 um crescimento igualmente significativo, o qual pode ser sintetizado no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Evolução do quadro federativo da FERGS (1950-1959)



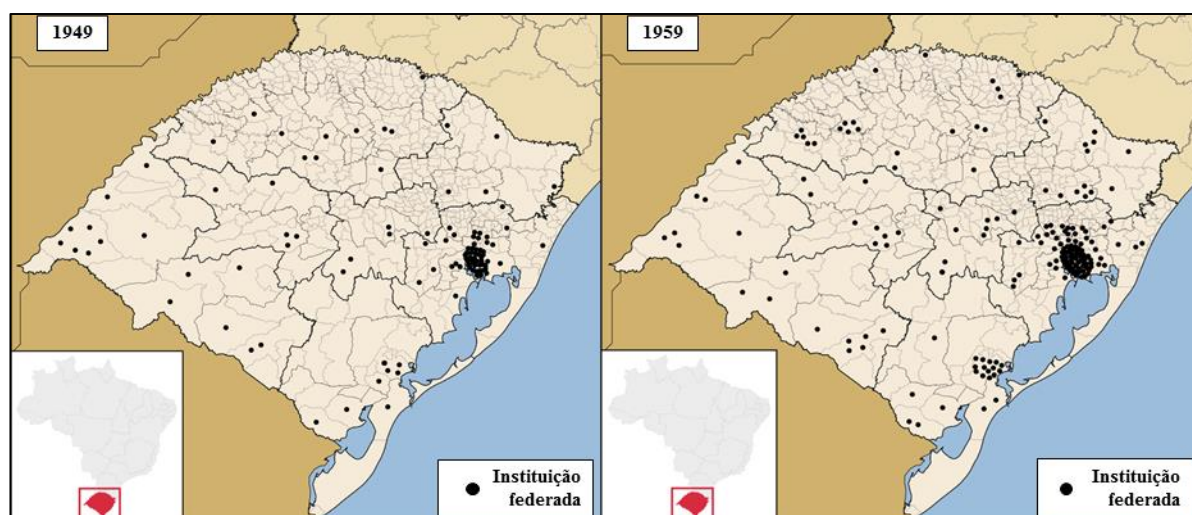
Elaborado pelo autor com base em: A Reencarnação. Ano 16. n. 6. mar. 1950. p. 20. A Reencarnação. Ano 16. n. 7-8. abr. mai. 1950. p. 12. A Reencarnação. Ano 22. n. 6. mar. 1956. p. 21. A Reencarnação. Ano 25. n. 4. jan. 1959. p. 30. A Reencarnação. Ano 25. n. 8. mai. 1959. p. 33-36. A Reencarnação. Ano 26. n. 13. out. 1959. p. 33.

A partir desses dados e comparando-os com os do período anterior (ver Capítulo 2), podemos constatar que a FERGS adentrou a década de 1950 com um total de 120 entidades filiadas, o que representou um crescimento de cerca de 13% em relação ao ano de 1949, em que o número de adesões era de 104.²³⁷ Essa tendência prosseguiu entre os anos de 1950 e 1955, quando o aumento foi de aproximadamente 31%, perfazendo-se o total de 174 instituições. Contudo, a partir desse ano houve um retrocesso expresso pela taxa de crescimento de apenas 5% entre 1955 e 1959, quando então eram contabilizadas 184 instituições adesas.

²³⁷ A Reencarnação. Ano 15. n. 4. Porto Alegre. jan. 1949. p. 20. A Reencarnação. Ano 15. n. 8-9. Porto Alegre. mai. e jun. 1949. p. 19.

O mapa a seguir permite comparar o avanço da ação federativa no Rio Grande do Sul num período de 10 anos, evidenciando que a elevação do número de entidades federadas esteve especialmente atrelada a consolidação da posição da FERGS em determinadas regiões. Nesse sentido, em 1959, a capital Porto Alegre continuava a concentrar o maior contingente do movimento espírita organizado no Estado, sendo seguida pelas cidades de Pelotas, com 14 entidades, Bagé, Santa Maria, Santo Ângelo e São Leopoldo, com 5 cada, e, por fim, Caxias e Vacaria, com 4 federadas cada.²³⁸

Mapa 2 - Instituições filiadas à FERGS entre 1949 e 1959



Mapa editado pelo autor com base nos dados supracitados. Fonte da imagem: CÂMARA DE VEREADORES DE SALDANHA MARINHO. Mapa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.camarasaldanha.rs.gov.br/index.php?site=municipio&tipo=3>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

As razões para o crescimento na primeira metade da década podem estar relacionadas ao fortalecimento da ação federativa em razão da eficácia de suas propostas, especialmente no sentido de resguardar a prática espírita contra constrangimentos de toda ordem. Igualmente, há que se considerar o peso do reconhecimento do status de representante oficial do espiritismo no Estado atribuído à FERGS pela FEB e de sua participação na unificação espírita nacional. Já o declínio na segunda metade pode estar justamente relacionado à postura assumida pela instituição no sentido de fiscalizar e cobrar o cumprimento de suas normativas, bem como de estabelecer um processo mais criterioso para ingresso em seu quadro social.

²³⁸ A Reencarnação. Ano 25. n. 8. Porto Alegre. mai. 1959. p. 33-36.

No que tange a articulação com o movimento espírita nacional, merecem destaque os vínculos mantidos ao longo do período entre a FERGS, a FEB e as representações estaduais no que tange à implementação da unificação nacional do espiritismo. Em *A Reencarnação* essas conexões são atestadas pelo espaço concedido à divulgação das resoluções do CFN, por notícias sobre encontros e o trânsito de representantes das federativas estaduais, com destaque para os Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e, por fim, publicações relativas à unificação e às ações necessárias a sua efetiva implementação.

A esse respeito, uma nota sobre o terceiro aniversário do “Pacto Áureo”, publicada em outubro de 1952, reproduz o pronunciamento de Francisco Spinelli e Roberto Pedro Michelena na “Hora Espírita Radiofônica” em que ambos reafirmam o apoio da FERGS considerando a alta significância do acordo para o espiritismo brasileiro. Igualmente, ressaltam a necessidade de esforços visando a “cimentação cada vez maior da obra de unificação ao derredor da Federação Espírita Brasileira, como passo seguro ao cumprimento dos superiores desígnios nas tarefas que cabem à Doutrina Espírita na Pátria do Evangelho”.²³⁹

Já a edição de novembro/dezembro de 1953 trata dos intercâmbios de confraternização entre as representações espíritas destacando a visita de elementos dos Estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. Animada pelo mesmo objetivo, a FERGS teria promovido durante este ano visitas dentro e fora do Estado, contemplando em seu roteiro as cidades de Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Pedro Leopoldo, Juiz de Fora e Rio de Janeiro.²⁴⁰

Ainda dentro dessa perspectiva, em janeiro de 1957, a FERGS organizou uma grande caravana composta por 37 colaboradores que representariam o quadro social da entidade como portadores de “uma mensagem pessoal muito fraterna e amiga, da grande família espírita do Rio Grande do Sul para o Conselho Federativo Nacional, e entidades co-irmãs ali representadas e extensiva a tôdas as demais entidades visitadas”. Em seu roteiro constavam as cidades de Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Petrópolis, Belo Horizonte, Pedro Leopoldo, São Paulo e Santos.²⁴¹

No mais, a FERGS fez-se representar nas reuniões do CFN e discussões relativas à organização federativa, como na convenção realizada entre os dias 27 e 29 de agosto de 1955, na sede da FEB, no Rio de Janeiro. Encontro que reuniu os representantes das entidades federativas dos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte,

²³⁹ A Reencarnação. Ano 17. n. 14. Porto Alegre. out. 1952. p. 15.

²⁴⁰ A Reencarnação. Ano 18. n. 27-28. Porto Alegre. nov. dez. 1953. p. 14 e 22.

²⁴¹ A Reencarnação. Ano 23. n. 6. Porto Alegre. mar. 1957. p. 13.

Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e Paraná.²⁴²

Em relação à implementação da unificação, é digno de nota a divulgação no meio espírita rio-grandense de uma publicação editada pela FEB, em meados de 1953, sob o título de “Preceitos Gerais Pró-Unificação do Espiritismo”. De acordo com seu prefácio, o documento se apresentava como um conjunto de princípios que teriam “o intuito de acelerar a marcha unificadora do Espiritismo em terras do Brasil” servindo “como bases mínimas para a concretização do grande ideal consubstanciado na Ata de 5 de outubro de 1949”.²⁴³

Em linhas gerais, as orientações diziam respeito a organização de instituições espíritas, em termos de aquisição de personalidade jurídica e elaboração de seus Estatutos, apresentando-se em anexo um modelo que contemplava a estrutura administrativa, as atividades a serem desenvolvidas e aquelas que deveriam ser evitadas por serem consideradas inadequadas aos princípios do espiritismo. Nesse sentido, era também apresentado um conjunto de recomendações à prática mediúnica intitulado “Abecedário dos Médiuns”, além de uma relação de 92 obras espíritas, dentre as quais se destacavam as de Allan Kardec, Jean-Baptiste Roustaing e as psicografadas por Francisco Cândido Xavier.²⁴⁴

Por fim, o documento ditava as linhas fundamentais a serem seguidas pelas instituições que integravam o movimento espírita organizado, visando o estabelecimento e o efetivo funcionamento da organização federativa no Brasil. A saber, que: “a) as Instituições distritais procurarão reunir-se em torno de uma “União Municipal”; b) as “Unões Municipais”, em torno de uma Sociedade de Âmbito Estadual; c) e as “Sociedades de Âmbito Estadual” em torno da Federação Espírita Brasileira;”.²⁴⁵

Ao considerar esses elementos, identificamos uma clara congruência com os princípios de organização preconizados pela FERGS através de seus Estatutos, Regimento Interno e, especialmente, da publicação “Normas e Instruções”, referidos ao longo deste capítulo. Constatação que, além da própria divulgação das orientações da FEB no meio espírita rio-grandense, corrobora o alinhamento entre as duas instituições em torno da organização

²⁴² A Reencarnação. Ano 21-22. n. 12-1. Porto Alegre. set. out. 1955. p. 18-19.

²⁴³ Apesar de ter sido publicada em 1953, a edição da normativa a qual tivemos acesso é posterior: FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. Preceitos Gerais Pró-Unificação do Espiritismo e Normas de Estatutos. Rio de Janeiro: Editora da FEB. 1959. p. 3.

²⁴⁴ FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. Preceitos Gerais Pró-Unificação do Espiritismo e Normas de Estatutos. Rio de Janeiro: Editora da FEB. 1959. 61 p.

²⁴⁵ FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. Preceitos Gerais Pró-Unificação do Espiritismo e Normas de Estatutos. Rio de Janeiro: Editora da FEB. 1959. p. 17.

federativa, cuja implementação se colocava como uma aspiração importante apesar de transcorridos dez anos de sua oficialização através do “Pacto Áureo”.

Diante disso, é compreensível que a efetivação dessa proposta e da ação coordenada pela FERGS passassem não apenas por ações de propaganda, mas também de integração. Afinal, em seus respectivos âmbitos de atuação, FEB e FERGS se colocavam como instâncias de representação e condutoras de propostas que articulavam-se entre si e que pretendiam estabelecer-se como parâmetros de organização para o movimento espírita.

Tendo em vista que a consagração da unificação do espiritismo configurou-se como a resultante de um longo processo permeado por debates e embates, internos e externos, é preciso considerar que sua concretização também demandaria esforços e investimentos institucionais de longo prazo. Apesar desse aspecto merecer uma análise mais sistemática, os elementos aqui apontados denotam essa perspectiva, bem como a necessidade constante de as representações do espiritismo legitimarem-se enquanto tais perante o movimento espírita, de modo que ao final deste período essas propostas ainda encontravam-se em desenvolvimento.

Enfim, a partir dos elementos analisados ao longo deste capítulo e do anterior, é possível concluir que a década de 1950 tenha justamente se constituído como uma nova etapa para a consolidação da FERGS e de sua proposta de organização para o movimento espírita. Com efeito, a instituição concentrou-se em fortalecer seus princípios e gerenciar o sistema federativo através de mecanismos de difusão e integração, na mesma medida em que investiu em determinadas frentes de ação social e tomou a defesa do espiritismo contra seus opositores, articulando essas perspectivas ao contexto mais amplo da sociedade e do movimento espírita brasileiro. E assim procedendo contribuiu para que o espiritismo continuasse a difundir-se e afirmar-se na sociedade rio-grandense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho almejou compreender a organização do movimento espírita no Rio Grande do Sul, elegendo como objeto de estudo a atuação da Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS), agremiação de âmbito estadual fundada na cidade de Porto Alegre, em 17 de fevereiro de 1921, com o objetivo de difundir, organizar e representar o espiritismo no Estado. Abrangendo o período compreendido entre os anos de 1934 e 1959, a pesquisa concentrou-se em analisar a formulação e o desenvolvimento de sua proposta de organização institucional para os grupos espíritas, considerando em que medida suas ações contribuíram para a difusão e consolidação do espiritismo na sociedade rio-grandense.

A discussão desenvolvida no primeiro capítulo, baseada em elementos bibliográficos, evidenciou diversos aspectos concernentes à institucionalização do espiritismo na França, no Brasil e também no Rio Grande do Sul, onde especialmente a presença do positivismo, da maçonaria e da homeopatia teriam contribuído para a inserção e desenvolvimento da doutrina kardecista, que se destacou com suas práticas de cura. A constituição de grupos organizados em suas principais cidades, ao longo das últimas décadas do século XIX, resultou na gradual estruturação das atividades espíritas, bem como na definição de canais de difusão, com destaque para o recurso à imprensa periódica.

De maneira análoga a outras regiões do Brasil, a imprensa espírita rio-grandense, de fato, se constituiu como um importante instrumento de propaganda, comunicação e institucionalização. Tornou-se, igualmente, um meio eficaz de fazer frente às oposições que o espiritismo passou a receber de diversos campos e também um meio de definição de sua identidade social. É nesse sentido que as primeiras décadas do século XX se constituíram como o momento de emergência do movimento espírita rio-grandense, um contexto em que foram formuladas as primeiras iniciativas no sentido de sua difusão, organização e defesa, funções que foram especialmente desempenhadas pela FERGS a partir da década de 1920.

Através da análise do periódico *A Reencarnação*, editado pela instituição, entre outros elementos documentais, o segundo capítulo abordou a atuação da Federação em favor da organização do movimento espírita ao longo das décadas de 1930 e 1940. Idealizada com este intuito, em razão da diversidade com que se desenvolviam as práticas espíritas e das questões que envolviam o relacionamento do espiritismo com outros agentes sociais, a entidade lançou mão de uma série de iniciativas centradas na difusão do espiritismo, na normatização de discursos e práticas rituais e na definição de formas de atuação social.

Essas propostas foram difundidas através de publicações de orientação e do referido periódico, bem como da atuação de representantes autorizados e de grandes eventos que almejavam congregar as células espíritas, reafirmando os princípios federativos para as entidades filiadas e destacando os benefícios de adesão para as demais. Através desses meios, a FERGS procurou apresentar-se aos grupos espíritas como uma instância de representação capaz de resguardar o espiritismo e seus praticantes dos constrangimentos legais, das oposições advindas dos campos médico e religioso e da ação repressiva do Estado durante a “Era Vargas”.

Nesse sentido, sua legitimação enquanto representante do espiritismo no Rio Grande do Sul, esteve atrelada ao grau de adesões a sua proposta, expressas pelo reconhecimento desses atributos, da eficácia de suas ações e, igualmente, dos capitais social e simbólico advindos de seu trabalho de sociabilidade, de sua participação na unificação do movimento espírita nacional e do reconhecimento advindo da Federação Espírita Brasileira (FEB) que, ao se consagrar como entidade máxima do espiritismo no Brasil, com a conclusão desse processo, em 1949, oficializou a FERGS como sua representante no Estado.

Concentrando-se em sua atuação ao longo da década de 1950, o terceiro capítulo analisou a incorporação de preocupações de cunho social pela instituição e pelo movimento espírita, expressas por discursos e iniciativas referentes à educação, à evangelização e à assistência social, os quais convergiram para a definição de uma “Ação Social Espírita”. Fundamentado em determinadas representações sociais atreladas ao sistema de crenças espíritas, esse movimento constituiu-se como expressão de uma leitura realizada pelo espiritismo acerca da sociedade brasileira de meados do século XX.

Identificando suas problemáticas e propondo ações que poderiam contribuir para saná-las, considerava o potencial e a missão da doutrina espírita na transformação social através do seu aprimoramento moral e espiritual, da elevação das condições materiais de existência e, por conseguinte, do reajustamento dos indivíduos à família e à sociedade. Perspectivas que conduziram à consideração das ações sociais espíritas não apenas como aspectos relacionados às aspirações de difusão e inserção social do espiritismo, mas também como expressões de representações que compunham sua grade de leitura da realidade e ação sobre o mundo social.

Finalmente, o quarto capítulo examinou o impacto da unificação nacional do espiritismo no Rio Grande do Sul e a condução da organização proposta pela FERGS durante a década de 1950. A análise evidenciou o alinhamento da instituição às definições da unificação espírita, bem como o reconhecimento da autoridade da FEB na direção do movimento espírita brasileiro. Articulando-se à implementação do sistema federativo em nível nacional, a Federação rio-grandense concentrou-se em administrar e reforçar a estrutura organizacional que

estabelecera para o Rio Grande do Sul no período anterior, através de ações de integração e da revisão de suas normativas, as quais mantiveram o intento de uniformizar, disciplinar e moralizar as atividades desenvolvidas pelos grupos espíritas.

Perspectivas que somadas à reafirmação de uma postura não-conflitiva e de um discurso de neutralidade político-partidária contribuíram para resguardar o espiritismo contra possíveis oposições de ordem política. Por outro lado, este período foi marcado pelo acirramento da concorrência no campo religioso brasileiro, advinda do crescimento de outros segmentos como, por exemplo, a umbanda e, especialmente, pela oposição organizada do catolicismo sob a forma de uma campanha nacional contra a chamada “heresia espírita”.

Tomando a defesa do espiritismo no Estado, a FERGS procurou orientar os espíritas rio-grandenses no enfrentamento da oposição católica através de estratégias que almejavam sua afirmação neste espaço e também na sociedade. Dentre elas, destacaram-se a adoção de uma relativa postura não-conflitiva e a afirmação de sua identidade social a partir da definição do que seria o espiritismo, em termos rituais e doutrinários, e, por conseguinte, de quem seriam os espíritas, enquanto adeptos dessas perspectivas.

A identificação e reflexão acerca desses elementos evidenciaram, portanto, a formulação e o desenvolvimento de uma ampla proposta de organização para o movimento espírita no Rio Grande do Sul, coordenada pela FERGS e precedendo a própria unificação nacional do espiritismo. Desenvolvida em seus principais aspectos ao longo das décadas de 1930 e 1940, essa organização vivenciou uma nova etapa de consolidação na década de 1950, considerando as repercussões da unificação espírita e as deliberações da FEB, bem como as questões colocadas pela dinâmica do campo religioso e o contexto sócio-político do Brasil.

Ao articular as necessidades internas às injunções externas ao meio espírita, a organização institucional coordenada pela FERGS se apresentou como uma consistente via para a consolidação do espiritismo na sociedade rio-grandense, bem como para a legitimação da instituição enquanto sua representação oficial. Com efeito, suas ações visando à normatização e à uniformização dos grupos, centros e sociedades espíritas, vinculadas à adoção de determinados discursos e posturas em seu relacionamento com outros agentes sociais, proporcionaram estabilidade à prática espírita e fomentaram sua difusão no Estado.

Essas conclusões não desconsideram os limites da pesquisa, tais como as lacunas que os elementos documentais analisados não foram capazes de suprir. Igualmente, a necessidade de relativização dos elementos por eles apresentados, na medida em que procurou-se compreender a organização do movimento espírita rio-grandense através da atuação de uma instituição específica, com base em seus discursos sobre si e o desenvolvimento de sua proposta.

Apesar disso, acredita-se que os referenciais teóricos e metodológicos adotados permitiram uma reflexão crítica a qual evidenciou instabilidades financeiras, dificuldades na implementação de propostas e na conquista de adesões, divergências internas e outros insucessos, em outras palavras, que não se tratou de um processo unânime e espontâneo.

Considera-se, portanto, que o estudo tenha atendido aos objetivos a que se propôs, contribuindo com novos elementos para a compreensão acerca do desenvolvimento institucional do espiritismo, sua difusão e consolidação na sociedade rio-grandense. Igualmente, projetando esses aspectos para a reflexão acerca da diversidade religiosa no Rio Grande do Sul de meados do século XX e, por fim, viabilizando a problematização das rupturas e continuidades do espiritismo brasileiro no tempo presente.

De fato, os elementos de organização projetados e difundidos tanto pela FERGS quanto pela FEB, ao longo do período analisado, encontram-se no fundamento da atual organização institucional e doutrinária do movimento espírita. Do mesmo modo, persistem dificuldades e tensões internas, notadamente aquelas relativas à arregimentação dos grupos espíritas, à uniformização de suas práticas, bem como divergências de ordem doutrinária, como a questão Roustaing e o caráter religioso e/ou científico do espiritismo brasileiro.

Enfim, tratam-se de questões que não se esgotam com as discussões aqui desenvolvidas, na medida em que explorou-se apenas uma parcela do potencial de investigação histórica que comporta o espiritismo. Apesar disso, espera-se que esses aspectos, assim como algumas das hipóteses e possibilidades aventadas ao longo deste estudo, tenham contribuído para evidenciar a diversidade e a complexidade dessa temática, fornecendo elementos para novos estudos que se proponham a refletir sobre a prática espírita no Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Pedro Paulo. **Renovação Cristã**: de Kardec a Lutero – o papel do livro na cisão do Movimento Espírita Brasileiro (1949-2010). 206 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ARRIBAS, Célia da Graça. **Afinal, espiritismo é religião?** A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. São Paulo: Alameda, 2010. 303 p.

BOFF, Angélica Bersch. **Espiritismo, alienismo e medicina**: ciência ou fé? Os saberes publicados na imprensa gaúcha da década de 1920. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 7-15.

_____. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 149-168.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. São Paulo: Papirus, 1996. 229 p.

_____. O capital social - notas provisórias. In: **Escritos sobre a educação**. Tradução e organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2007. p. 65-69.

_____. Gênese e estrutura do campo religioso. In: **A economia das trocas simbólicas**. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 27-78.

BETARELLO, Jeferson. **Unir para difundir**: o impacto das federativas no crescimento do espiritismo. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. set. dez. 2000, Vol. 16 n. 3. p. 233-239. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4810.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

CAVALCANTI, M. L. V. C. **O mundo invisível**. Cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A. 1983. 105 p.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A Industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos**. jul. set. 2009, São Paulo, v. 39, n. 3 p. 513-538. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000300003>. Acesso em: 18 dez. 2014.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. 244 p.

_____. **A beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002. 277 p.

COSTA, Flamarion Laba da. **Demônios e anjos**: o embate entre espíritas e católicos na República Brasileira até a década de 60 do século XX. 271 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUCS, 1999. p. 175-203.

DAMAZIO, Sylvia F. **Da elite ao povo**: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 164 p.

DIAS, Camila Carmona. **Anos dourados, belos e femininos: a mulher e a moda na década de 1950 no Brasil**. 8º Colóquio de Moda. 2012. Disponível em: <<http://www.coloquiomoda.com.br/anais/8-coloquio-de-moda.php>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudo**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, nº 13, 1995, p. 19-29.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS. dez. 1998.v. XXIV. n. 2. p. 269-289,

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. p. 395-463.

GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos**: uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. 326 p.

_____. Religiões no Brasil dos anos 1950: processos de modernização e configurações da pluralidade. **PLURA - Revista de Estudos de Religião**. vol. 3. n. 1. 2012. p. 79-96.

GIL, Marcelo de Freitas. **O movimento espírita pelotense e suas raízes sócio-históricas e culturais**. 2008. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

ISAIA, Arthur Cesar. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 147-204.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Tradução de Matheus Rodrigues de Camargo. 9. ed. Capivari – SP: Editora EME, 2007. 352 p.

_____. **O Evangelho Segundo o Espiritismo**. Tradução de Salvador Gentile. 306. ed. Araras – SP: IDE, 2008. 384 p.

_____. **A Gênese**. Tradução de Salvador Gentile. 39. ed. Araras – SP: IDE, 2004. 384 p.

LEVINE, Robert. **Pai dos pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 81-111.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

LEWGOY, Bernardo. **O grande mediador**: Chico Xavier e a cultura brasileira. Bauru: EDUSC, 2004. 135 p.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MATTOS, Renan Santos. **Que espiritismo é esse?** Fernando do ó e o contexto religioso de Santa Maria- RS (1930-1940). 187 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

MELNITZKI, Marcelo Lima. **As regras espirituais são tão exatas e positivas como as das ciências materiais**: As representações sobre a ciência no Jornal Espírita. Porto Alegre, década de 1930. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MIGUEL, Sinuê Neckel. **Espiritismo unificado**: Movimento espírita brasileiro e suas relações com o Estado (1937-1951). 2007. 110 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. Espiritismo fin de siècle: a inserção do Espiritismo no Rio Grande do Sul (1896-1898). **Revista Brasileira de Histórias das Religiões**. ANPUH, Ano II, n.4, mai. 2009a. 40 p. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf3/texto7.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

_____. Espiritismo e política: o compasso dos espíritas com a conjuntura dos anos 1930-1940. **Debates do NER**. UFRGS, Porto Alegre, v. 15, p. 39-70, 2009b. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/8063/5918>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

_____. O espiritismo frente à igreja católica em disputa por espaço na Era Vargas. **Revista Esboços**. UFSC. Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 203-226, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2010v17n24p203>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. A vida infantil e sua intimidade pública: o trabalho social como novidade na atenção à infância na América Latina, 1928-1948. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. v.19. n.2. abr.-jun. 2012. p.451-473.

OLIVEIRA, P. A. R. A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu. In: TEIXEIRA, Faustino. (Org.). **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 177-197.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Frei Boaventura Kloppenburg - 80 Anos por Cristo em Sua Igreja**. Lajeado - RS: O Autor, 1999. p. 186-187.

SCHMIDT, Benito Bisso. O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República. **Revista Brasileira de História**. vol. 21, nº 41, p. 113-126, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200006&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 18 dez. 2014.

SCHERER, Bruno Cortês. **Ações Sociais do Espiritismo**: A Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, Santa Maria - RS (1932-1957). 87 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SILVA, Fabio Luiz da. **Espiritismo**: História e Poder (1938-1949). Londrina: EDUEL, 2005. 161 p.

SILVA, Eliane Moura. **O espiritualismo no século XIX**. Textos Didáticos. n. 27. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997. 84 p.

STOLL, Sandra Jacqueline. **Espiritismo à brasileira**. São Paulo: Editora da USP; Curitiba: Editora Orion, 2003. 294 p.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de Curar**. Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense. Santa Maria/Bauru: EDUFMS/EDUSC, 1999. 250 p.

Sites Consultados

Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos
Decreto-lei N° 2.848, de 7 de Dezembro de 1940

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>.
Acesso em: 18 dez. 2014.

Centro de Estudos Ubaldianos de Belo Horizonte, MG

Disponível em: <<http://www.ubaldibh.org/>>.
Acesso em: 18 dez. 2014.

Câmara de Vereadores de Saldanha Marinho

Disponível em: <<http://www.camarasaldanha.rs.gov.br/index.php?site=municipio&tipo=3>>.
Acesso em: 18 dez. 2014.

FONTES

1. ACERVO DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL

1.1 Periódico “A Reencarnação”

A Reencarnação. Ano 1. n. 1. Porto Alegre. out. 1934.
A Reencarnação. Ano 1. n. 4. Porto Alegre. jan. 1935.
A Reencarnação. Ano 2. n. 2. Porto Alegre. nov. 1935.
A Reencarnação. Ano 2. n. 6. Porto Alegre. abr. 1936.
A Reencarnação. Ano 2. n. 9. Porto Alegre. jun. 1936.
A Reencarnação. Ano 3. n. 11. Porto Alegre. ago. 1937.
A Reencarnação. Ano 4. n. 2. Porto Alegre. nov. 1937.
A Reencarnação. Ano 4. n. 3. Porto Alegre. dez. 1937.
A Reencarnação. Ano 6. n. 1. Porto Alegre. out. 1939.
A Reencarnação. Ano 6. n. 5. Porto Alegre. fev. 1940.
A Reencarnação. Ano 6. n. 10. Porto Alegre. jul. 1940.
A Reencarnação. Ano 6. n. 12. Porto Alegre. set. 1940.
A Reencarnação. Ano 7. n. 3. Porto Alegre. dez. 1940.
A Reencarnação. Ano 7. n. 7. Porto Alegre. abr. 1941.
A Reencarnação. Ano 7. n. 11. Porto Alegre. set. 1941.
A Reencarnação. Ano 8. n. 1. Porto Alegre. out. 1941.
A Reencarnação. Ano 8. n. 2. Porto Alegre. nov. 1941.
A Reencarnação. Ano 8. n. 11. Porto Alegre. ago. 1942.
A Reencarnação. Ano 8. n. 12. Porto Alegre. set. 1942.
A Reencarnação. Ano 10. n. 11. Porto Alegre. ago. 1944.
A Reencarnação. Ano 11. n. 8. Porto Alegre. set. 1945.
A Reencarnação. Ano 12. n. 1. Porto Alegre. out. 1945.
A Reencarnação. Ano 12. n. 3. Porto Alegre. dez. 1945.
A Reencarnação. Ano 12. n. 5. Porto Alegre. fev. 1946.
A Reencarnação. Ano 14. n. 5. Porto Alegre. fev. 1948.
A Reencarnação. Ano 14. n. 11. Porto Alegre. ago. 1948.
A Reencarnação. Ano 15. n. 1. Porto Alegre. out. 1948.
A Reencarnação. Ano 15. n. 2-3. Porto Alegre. nov. dez. 1948.
A Reencarnação. Ano 15. n. 4. Porto Alegre. jan. 1949.
A Reencarnação. Ano 15. n. 8-9. Porto Alegre. mai. e jun. 1949.
A Reencarnação. Ano 16. n. 2. Porto Alegre. nov. 1949.
A Reencarnação. Ano 16. n. 3. Porto Alegre. dez. 1949.
A Reencarnação. Ano 16. n. 6. Porto Alegre. mar. 1950.
A Reencarnação. Ano 16. n. 7-8. Porto Alegre. abr. mai. 1950.
A Reencarnação. Ano 16. n. 9. Porto Alegre. jun. 1950.
A Reencarnação. Ano 16. n. 10-11. Porto Alegre. jul. ago. 1950.
A Reencarnação. Ano 17. n. 8-9-10-11. Porto Alegre. set. out. nov. dez. 1951.
A Reencarnação. Ano 17. n. 12. Porto Alegre. ago. 1952.
A Reencarnação. Ano 17. n. 13. Porto Alegre. set. 1952.

A Reencarnação. Ano 17. n. 14. Porto Alegre. out. 1952.
 A Reencarnação. Ano 17. n. 17. Porto Alegre. jan. 1953.
 A Reencarnação. Ano 17. n. 19-20. Porto Alegre. mar. abr. 1953.
 A Reencarnação. Ano 17. n. 21-22. Porto Alegre. mai. jun. 1953.
 A Reencarnação. Ano 17. n. 23-24. Porto Alegre. jul. ago. 1953.
 A Reencarnação. Ano 17. n. 25-26. Porto Alegre. set. out. 1953.
 A Reencarnação. Ano 18. n. 27-28. Porto Alegre. nov. dez. 1953.
 A Reencarnação. Ano 19. n. 2. Porto Alegre. fev. 1954.
 A Reencarnação. Ano 19. n. 3. Porto Alegre. mar. 1954.
 A Reencarnação. Ano 19. n. 6-7. Porto Alegre. jun. jul. 1954.
 A Reencarnação. Ano 19-20. n. 8-9-10. Porto Alegre. ago. set. out. 1954.
 A Reencarnação. Ano 20. n. 4-5. Porto Alegre. jan. fev. 1955.
 A Reencarnação. Ano 20. n. 6-7. Porto Alegre. mar. abr. 1955.
 A Reencarnação. Ano 20. n. 8-9. Porto Alegre. mai. jun. 1955.
 A Reencarnação. Ano 20. n. 10-11. Porto Alegre. jul. ago. 1955.
 A Reencarnação. Ano 21-22. n. 12-1. Porto Alegre. set. out. 1955.
 A Reencarnação. Ano 22. n. 10. Porto Alegre. jul. 1956.
 A Reencarnação. Ano 22. n. 12. Porto Alegre. set. 1956.
 A Reencarnação. Ano 22. n. 18. Porto Alegre. fev. 1956.
 A Reencarnação. Ano 22. n. 21-22. Porto Alegre. set. 1956.
 A Reencarnação. Ano 23. n. 2. Porto Alegre. nov. 1956.
 A Reencarnação. Ano 23. n. 3. Porto Alegre. abr. 1957.
 A Reencarnação. Ano 23. n. 5. Porto Alegre. fev. 1957.
 A Reencarnação. Ano 23. n. 6. Porto Alegre. mar. 1957.
 A Reencarnação. Ano 23. n. 7. Porto Alegre. abr. 1957.
 A Reencarnação. Ano 24. n. 1. Porto Alegre. out. 1957.
 A Reencarnação. Ano 24. n. 2. Porto Alegre. nov. 1957.
 A Reencarnação. Ano 24. n. 4. Porto Alegre. jan. 1958.
 A Reencarnação. Ano 24. n. 5. Porto Alegre. fev. 1958.
 A Reencarnação. Ano 24. n. 6. Porto Alegre. mar. 1958.
 A Reencarnação. Ano 24. n. 7. Porto Alegre. abr. 1958.
 A Reencarnação. Ano 24. n. 8. Porto Alegre. mai. 1958.
 A Reencarnação. Ano 24. n. 12. Porto Alegre. set. 1958.
 A Reencarnação. Ano 25. n. 5. Porto Alegre. fev. 1959.
 A Reencarnação. Ano 25. n. 6. Porto Alegre. mar. 1959.
 A Reencarnação. Ano 25. n. 7. Porto Alegre. abr. 1959.
 A Reencarnação. Ano 25. n. 8. Porto Alegre. mai. 1959.
 A Reencarnação. Ano 25. n. 9. Porto Alegre. jun. 1959.
 A Reencarnação. Ano 26. n. 3. Porto Alegre. dez. 1959.
 A Reencarnação. Ano 72. n. 431. Porto Alegre. 1. sem. 2006.

1.2 Outras publicações

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Estatuto da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Livraria Continente. 1942. 24 p.
 FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Estatuto da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sul Impressora Ltda. 1949. 23 p.
 FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Regulamento e Normas. Porto Alegre: Livraria Continente, 1944. 64 p.

- FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Estatutos da FERGS. Porto Alegre: Tipografia Allan Kardec. 1955. 20 p.
- FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Normas e Instruções. Porto Alegre: Livraria da FERGS. 1955. 28 p.
- FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL. Regimento Interno. Porto Alegre: Tipografia Allan Kardec. 1957. 34 p.
- FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. Preceitos Gerais Pró-Unificação do Espiritismo e Normas de Estatutos. Rio de Janeiro: Editora da FEB. 1959. 61 p.
- FERRARI, Conrado; HECKER, Paulo. Assistência aos psicopatas. Tese apresentada ao II Congresso Espírita do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1951. 18 p.
- UNIÃO EVOLUCIONISTA CRISTÃ. O espírita e a política. São Paulo: Gráfica Linotype. 1953. 64 p.